



Comércio e investimento chinês e seus impactos sobre as florestas

Um estudo exploratório nas florestas de miombo

Laura A. German

George C. Schoneveld

Sheila Wertz-Kanounnikoff

Davison Gumbo

Comércio e investimento chinês e seus impactos sobre as florestas

Um estudo exploratório nas florestas de miombo

Laura A. German

George C. Schoneveld

Sheila Wertz-Kanounnikoff

Davison Gumbo

Documento de Trabalho 130

© 2013 Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR)

O conteúdo desta publicação é licenciado sob Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0 Unported License <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>

German LA, Schoneveld GC, Wertz-Kanounnikoff S e Gumbo D. 2013. *Comércio e investimento chinês e seus impactos sobre as florestas: um estudo exploratório nas florestas de miombo*. Documento de Trabalho 130. Bogor, Indonésia : CIFOR.

Traduzido de: German LA, Schoneveld GC, Wertz-Kanounnikoff S and Gumbo D. 2011. *Chinese trade and investment and its impacts on forests: A scoping study in the miombo woodlands*. Working Paper 84. Bogor, Indonesia: CIFOR.

Foto da capa por George C. Schoneveld. Placa no canteiro de obras da Sino-Hydro, Kariba, na Zâmbia.

CIFOR
Jl. CIFOR, Situ Gede
Bogor Barat 16115
Indonésia

T +62 (251) 8622-622
F +62 (251) 8622-100
E cifor@cgiar.org

cifor.org

Gostaríamos de agradecer a todos os doadores que apoiaram esta pesquisa através de suas contribuições ao Fundo do CGIAR. Para uma lista dos doadores do Fundo, veja: <https://www.cgiarfund.org/FundDonors>

Todos os argumentos expostos nesta publicação são atribuídos aos autores e não necessariamente representam a posição do CIFOR, instituições representadas pelos autores ou financiadores desta publicação.

Índice analítico

Abreviaturas	v
Agradecimentos	vi
Resumo	vii
1. Contexto e justificativa	1
1.1 Evolução da ajuda, comércio e investimento chinês na África	1
1.2 As características e a importância das florestas e bosques da África Austral para os meios de subsistência	1
1.3 Escopo da análise	2
2. Objetivos	3
3. Questões da pesquisa	4
4. Metodologia	5
4.1 Seleção de países para o estudo exploratório	5
4.2 Metodologia do estudo exploratório	5
5. Resultados	7
5.1 Fase 1: Seleção de países e <i>commodities</i>	7
5.2 Fase II: estudo exploratório nos países	7
6. Conclusões e implicações para futuras pesquisas	49
6.1 Conclusões	49
6.2 Implicações para pesquisas futuras	50
7. Referências	54

Lista de figuras, tabelas e quadros

Figuras

1	África Austral, com a distribuição aproximada das florestas de miombo e os países focados no estudo exploratório no campo	5
2	Evolução da APD chinesa para a Zâmbia, 1986-2006 (milhões de USD)	11
3	Dez principais produtos moçambicanos exportados para a China em termos de valor, 2001-2010 (mil USD)	14
4	Dez principais produtos da Zâmbia exportados para a China em termos de valor, 2001-2010 (mil USD)	15
5	Dez principais produtos do Zimbábue exportados para a China em termos de valor, 2001-2010 (mil USD)	16
7	Capital chinês do IED por setores (exceto mineração), janeiro de 2000 a setembro de 2010	17
6	Projetos com base no IED chinês (todos os setores, exceto mineração) em Moçambique, janeiro de 2000 a setembro de 2010	17
8	Predomínio do capital chinês em investimentos que envolvem investidores chineses, por setor, de janeiro de 2000 a setembro de 2010	18
9	Empenhos de IED por setor, 2000-2009 (milhões de USD)	18
10	Volume de IED chinês em países ricos em florestas na África Austral, 2008	19
11	Exportações de algodão para a China e para o mundo, em termos de valor (milhões de USD)	21
12	Importações e exportações chinesas de folhas de tabaco manufaturadas e não manufaturadas, em termos de valor, 2001-2010 (milhões de USD)	23
13	Exportações de tabaco para a China e para o mundo, em termos de valor, 2001-2010 (milhões de USD)	23
14	Exportações de gergelim de Moçambique para a China e para o mundo, em termos de valor (milhões de USD)	27
15	Produção anual de cultivos de renda de pequenas e médias propriedades em Moçambique	28
16	Tendências recentes nas exportações de madeira para a China e para o mundo, 2000-2010 (milhões de USD)	29
17	Exportações de madeira da Zâmbia para a China e para o mundo, 2000-2010 (milhões de USD)	30
18	Valor das exportações de madeira de Moçambique para a China e para o mundo, 2000-2010 (milhões de USD)	34
19	Porcentagem das exportações de madeira não processada para a China, 2001-2010	36
20	Tendências no comércio de minerais (excluindo combustíveis minerais) com a China e com o mundo, 2001-2010 (milhões de USD)	40

Tabelas

1	Estatísticas de florestas e bosques para países com floresta de miombo	2
2	O foco geográfico e de <i>commodities</i> do estudo exploratório de campo em países com floresta de miombo	6
3	Principais variáveis relacionadas com as relações China-África para os países com floresta de miombo	8
4	Participação de <i>commodities</i> nas exportações por países com floresta de miombo	9
5	Seleção dos países para o estudo exploratório no campo	9
6	Setores e <i>commodities</i> com um significativo grupo de corporações chinesas ou presença do mercado chinês	20
7	Distribuição de espécies comerciais de madeira na Zâmbia, por província	30
8	Todas as operações de exploração madeireira nas províncias do Noroeste e Oeste (2010)	31
9	Florestas produtivas em Moçambique, por província (Ministry of Finance 2010)	32
10	Principais exportações de metais e minerais do Zimbábue (mil USD)	39

Quadros

1	Tendências de “boas práticas” para a assistência internacional ao desenvolvimento	11
2	Agências de crédito à exportação e a competitividade das empresas chinesas (de German e Wertz-Kanounnikoff, em prep.)	12

Abreviaturas

ACE	Agência de Crédito à Exportação
APD	Assistência Pública ao Desenvolvimento
CAP	Corte Anual Permitido
CATIC	Corporação Nacional Chinesa de Aerotecnologia, Importação e Exportação
CCS	Fundição de Cobre de Chambishi
CEPAGRI	Centro de Promoção da Agricultura (Moçambique)
CGA	Associação dos Descaroadores de Algodão (Zimbábue)
CJIC	Corporação Chinesa Internacional Jiangxi
CMAC	Corporação Nacional Chinesa de Construção e Maquinaria Agrícola, Importação e Exportação
CNMC	Companhia Chinesa de Mineração de Metais Não Ferrosos
CNTC	Corporação Nacional Chinesa de Tabaco
CPI	Centro de Promoção de Investimentos (Moçambique)
CSFAC	Corporação Estatal Chinesa de Fazendas e Agronegócio
ECZ	Conselho Ambiental da Zâmbia
EMA	Agência de Gestão Ambiental (Zimbábue)
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GDI	Golden Driven Investments
IED	Investimento Estrangeiro Direto
MFEZ	Zonas Econômicas Multifuncionais (Zâmbia)
MINAG	Ministério da Agricultura (Moçambique)
NFCA	Companhia Africana de Não Ferrosos
NORINCO	Corporação Chinesa de Indústrias do Norte
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SINOMA	Corporação Industrial Chinesa de Materiais de Construção
TIMB	Conselho da Indústria e do Comércio do Tabaco (Zimbábue)
USD	Dólares norte-americanos
ZAFFICO	Corporação Limitada de Silvicultura e Indústrias Florestais da Zâmbia
ZCCM	Minas Consolidadas de Cobre da Zâmbia
ZCCZ	Zona de Cooperação Econômica e Comercial Zâmbia-China
ZCMT	Empresa Têxtil Mista Zâmbia-China de Mulungushi
ZCTF	Força Tarefa de Conservação do Zimbábue
ZDA	Agência de Desenvolvimento da Zâmbia
ZESA	Companhia de Fornecimento de Eletricidade do Zimbábue
ZFU	Sindicato dos Agricultores do Zimbábue
ZMDC	Corporação de Desenvolvimento da Mineração do Zimbábue

Agradecimentos

Este documento de trabalho é um produto do Projeto “Comércio e investimento chinês na África: avaliando e governando *trade-offs* para as economias nacionais, meios de subsistência locais e ecossistemas florestais”, gerido pelo CIFOR e implementado em conjunto com o ICRAF-China e pela Universidade de Leipzig. O projeto foi possível graças a uma doação do Ministério Federal Alemão para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (Contrato BMZ-GTZ-BEAF nº 81121785). Os autores também expressam o seu apreço pelas contribuições feitas pelos parceiros do projeto, nomeadamente, o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) / Plataforma para Investigação Agrária e Inovação Tecnológica (PIAIT) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em Moçambique; Universidade Copperbelt na Zâmbia, e o Instituto de Estudos Africanos, da Universidade de Leipzig, na Alemanha. Reconhecemos, em particular, o apoio de Mário Falcão na UEM para a orientação para o trabalho de campo e revisão do texto sobre Moçambique; Carlos Dominguez e Carmelia

Chebeia no IIAM/PIAIT por disponibilizar uma casa institucional e pelo muito necessário apoio logístico; e David Englehardt por fornecer dados para ajudar a orientar a nossa priorização de mercadorias na região. Agradecemos, também, os diversos indivíduos de agências governamentais (departamentos de silvicultura; ministérios de agricultura, mineração, finanças, indústria e comércio; a proteção ambiental e as agências de promoção de investimentos; e alfândegas), embaixadas, organizações da sociedade civil e de agricultores, organizações internacionais e a comunidade de pesquisa dos três países focais, pelo tempo disponibilizado para compartilhar conosco seus conhecimentos e experiências, mesmo com suas agendas cheias. Agradecemos Andrew Wardell e Louis Putzel pelos excelentes comentários apresentados em uma versão preliminar deste documento, Jeff Walker pelo seu apoio com o design gráfico, e os esforços dos colegas Grupo de Serviços de Informação, do CIFOR, por sua assistência na condução desta publicação em seus estágios finais.

Resumo

A presença diplomática e econômica da China na África tem crescido consideravelmente nos últimos anos. Desde a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e os esforços para fortalecer as relações diplomáticas, culturais e econômicas com os países africanos até o rápido crescimento do Investimento Estrangeiro Direto (IED) e do comércio bilateral, é provável que essa relação continue a desempenhar um papel determinante na economia da região. Estas tendências são importantes para as nações africanas que veem essa relação como uma oportunidade para catalisar investimentos necessários na infraestrutura e indústria, bem como para estimular a criação de empregos e exportações. Ao mesmo tempo, no entanto, isso tem levantado preocupações entre a sociedade civil e os parceiros tradicionais de desenvolvimento, os quais questionam se a transparência limitada ou as condicionalidades vinculadas aos empréstimos irão prejudicar o desenvolvimento em longo prazo, através de um crescente endividamento e a concorrência com as indústrias africanas, ou por meio da desaceleração dos avanços na área de governança. A comunidade de pesquisadores tem mostrado um grande interesse nesta dinâmica e começou a lançar luz sobre as suas implicações para o desenvolvimento econômico no hemisfério sul¹. Uma série de estudos recentes também explora como o crescente setor de processamento de madeira na China está moldando o comércio mundial de madeira e seus respectivos impactos nos países fornecedores de madeira². Contudo, pouca atenção tem sido direcionada para compreender como o crescente comércio e investimento sino-africano estão impactando as florestas através de vetores extrassetoriais (por exemplo, setores de agricultura ou mineração) ou como as tendências mais amplas na cooperação econômica e diplomática estão moldando o acesso a recursos e os impactos associados.

O objetivo deste relatório e do projeto em que ele está inserido é lançar luz sobre este debate, através de uma análise comparativa dos modelos de ajuda,

comércio e investimento com os chineses e outros “parceiros de desenvolvimento”, e suas implicações sociais, econômicas e ambientais para os setores-chave (agricultura, silvicultura, mineração) que estão configurando o setor florestal africano. Para esse fim, este relatório examina as relações diplomáticas e econômicas entre a China e três países com florestas de miombo (Moçambique, Zâmbia e Zimbábue). A ênfase é colocada sobre a identificação de padrões-chave do comércio e investimento sino-africano em setores de interesse, como um meio de identificar as tendências importantes para as florestas e explorar temas-chave para investigação em maior profundidade. O relatório é uma síntese daqueles de três países: um relatório sobre Moçambique por German e Wertz-Kanounnikoff, um sobre o Zimbábue por Schoneveld e Gumbo e um outro sobre a Zâmbia por Schoneveld, German e Gumbo (todos os três em preparação).

Como o produto de um estudo exploratório, este relatório enfrenta várias limitações que devem ser destacadas. Primeiro, o relatório se baseia fortemente em dados oficiais sobre o comércio, os investimentos e a cobertura florestal; esses dados variam muito em termos de qualidade e detalhe e, em alguns casos, são de validade questionável. Por exemplo, as exportações registradas pelos países incluídos nesses estudos de caso muitas vezes contrastam fortemente com os dados de importação chinesa para aquelas mesmas mercadorias. No entanto, utilizamos esses dados e as suas discrepâncias para ilustrar as tendências e as possíveis deficiências de governança. Em segundo lugar, como a maior parte dos dados provêm de entrevistas com informantes-chave, fontes secundárias e observação pessoal, muitos resultados ainda precisam ser comprovados e estudados em maior detalhe através de novas pesquisas. Finalmente, muitos dos entrevistados acharam difícil diferenciar entre empresas estatais e privadas chinesas e empresas sediadas na China, e aquelas que são administradas por pessoas de origem étnica chinesa. Isso gerou alguma confusão na atribuição de determinados comportamentos a determinados conjuntos de atores. Sempre que possível, são feitos esclarecimentos sobre propriedade estatal versus propriedade privada e sobre a origem da empresa. Contudo, os esforços para realizar tais esclarecimentos foram limitados pela

1 Jenkins e Edwards (2006); Broadman (2007); Alvarenga (2008); Rotberg (2008); Taylor (2009).

2 Mackenzie (2006); Canby et al. (2007); Milledge et al. (2007); Mackenzie e Ribeiro (2009).

disponibilidade de informações e os esforços para definir isso mais claramente podem ter resultado em algumas imprecisões.

Os resultados sugerem que a ajuda, o investimento, o comércio e a influência chineses estão se expandindo rapidamente na região sul da África. Enquanto a presença da China na região remonta às lutas de libertação nos três países estudados, a magnitude da cooperação econômica e diplomática tem crescido consideravelmente nos últimos anos. A assistência ao desenvolvimento e o engajamento do setor privado da China na África situa-se num contexto mais amplo de cooperação econômica e diplomática consagrada no âmbito do Fórum de Cooperação China-África, o Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (no caso de Moçambique) e uma série de acordos de comércio bilateral, de proteção de investimentos e de ajuda. A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) da China, para a região, é apresentada cada vez mais na forma de empréstimos ao invés de subsídios, refletindo o desejo do governo chinês de distanciar-se de sua condição de doador tradicional em favor de uma cooperação econômica estilo 'ganhador-ganhador', de caráter em grande parte comercial. Nos casos de Moçambique e Zâmbia, muitos desses empréstimos são preferenciais. Enquanto os laços diplomáticos entre a China e o Zimbábue permanecem fortes, a APD chinesa tem sido limitada e os empréstimos estão em condições menos preferenciais do que para qualquer outro país africano³. O influxo de capital está desempenhando um papel-chave na revitalização da infraestrutura, do investimento e do comércio na região. No entanto, a tendência de fornecer ajuda baseada em projetos, ao invés de apoio ao orçamento geral (e, portanto, mal alinhada com as estratégias nacionais de redução da pobreza), com limitada aderência às normas contemporâneas sobre empréstimos para o desenvolvimento, a proeminência da ajuda condicional e a limitada transparência associadas aos acordos bilaterais⁴ têm levantado preocupações sobre a concorrência com empresas nacionais, à sustentabilidade da dívida e as garantias sociais e ambientais.

3 World Bank (2008).

4 A maioria desses acordos bilaterais está na faixa de multimilhões de dólares, mas alguns deles têm valores de vários bilhões de dólares.

Ambos os lados têm buscado ativamente o comércio bilateral. Embora os países alvo ofereçam uma contribuição relativamente pequena às importações chinesas, a China representa um importante destino comercial para as exportações regionais. As importações de produtos chineses na região são dominadas pelos manufaturados, enquanto as exportações para a China consistem principalmente em madeira e produtos madeireiros (Moçambique), metais (Zâmbia e Zimbábue) e produtos agrícolas (todos os países). O IED chinês, estimulado pela estratégia da China de "Going out" (Indo para fora) ou "ação global", é igualmente significativo, principalmente nos setores de construção e mineração. Em Moçambique, com os interesses do Estado chinês e da iniciativa privada em apenas duas concessões de mineração avaliadas em 835 milhões de dólares e com muitas licenças de prospecção nas mãos de empresas chinesas, claramente a mineração está recebendo a maior parte do capital de investimento. O mesmo é verdade para a Zâmbia, onde 98% do IED empenhados por empresas chinesas estão destinados aos setores de mineração e manufatura. Megainvestimentos em mineração de cobre no país deram à China uma quota de 44% do IED total empenhados desde 2000. Recentes investimentos Chineses no Zimbábue são muito menores, com o IED chinês, representando menos de 4% do IED total do país, em 2008.

A presença de empresas chinesas no setor agrícola varia entre os países, com uma presença muito forte de empresas privadas chinesas em contratos de cultura de algodão e tabaco no Zimbábue, e uma presença mais modesta das empresas privadas e estatais na produção de algodão e pinhão-mansão na Zâmbia. No entanto, os mercados chineses têm um papel determinante no comércio agrícola em todos os países, particularmente para gergelim (no caso de Moçambique), tabaco (Zâmbia e Zimbábue) e algodão (Zimbábue). Mais pesquisas são necessárias para avaliar os impactos socioeconômicos e ecológicos associados à presença chinesa nesse setor. O tabaco é de particular interesse, devido às ligações históricas entre a secagem do tabaco e o desmatamento na região; a falta de interesse registrada entre as empresas chinesas de tabaco no Zimbábue para a adoção de práticas que visam a reduzir esse impacto; e os benefícios econômicos associados à capacidade de uma empresa chinesa de oferecer preços acima do mercado para os agricultores do Zimbábue. Há também uma indicação de que o florescente comércio de gergelim com a China tem gerado um

impacto favorável sobre os modos de subsistência dos pequenos agricultores (como evidenciado pela substituição generalizada do algodão por esta cultura). Contudo, isso também poderia ter um impacto negativo sobre as florestas, se as alegações sobre a susceptibilidade às pragas e a necessidade de que mudanças frequentes para novas áreas agrícolas sejam feitas fossem verdadeiras. Em todos os países, ainda é difícil tirar conclusões – neste momento – sobre se as práticas de trabalho, produção e meio ambiente variam entre empresas chinesas e não chinesas. As empresas chinesas também possuem dois dos maiores investimentos de biocombustíveis na região, com 79.300 ha recentemente assegurados por uma empresa estatal na Zâmbia e 20.870 ha em Moçambique. Embora seja certo que isso causa a conversão de florestas, esses impactos provavelmente resultarão de esforços do país anfitrião para canalizar investimentos para áreas menos densamente povoadas do país e poderiam também fazer parte de muitos empreendimentos não chineses.

No setor florestal, as empresas e mercados chineses têm uma presença claramente definida em Moçambique e, em menor medida, na Zâmbia. A participação da China nas exportações de madeira de Moçambique aumentou consideravelmente, de 10% em 2001 até 82% ao final da década, de acordo com estatísticas oficiais. O valor do comércio de madeira sino-moçambicano atingiu 134 milhões de dólares norte-americanos em 2010. Enquanto muitos investidores de grande escala entraram recentemente em Moçambique para investir em plantações de madeira, a presença de empresas e mercados chineses só é vista em madeira extraída de florestas nativas. O valor das importações de madeira de Moçambique relatado pela China excede em muito o valor das exportações relatado por Moçambique para todos os seus parceiros comerciais, sugerindo uma perda significativa na receita fiscal no comércio com a China no período de 2001-2010, da ordem de 361 milhões de dólares norte-americanos. Os dados também mostram níveis elevados de exportação de toras não processadas (de 100% a 83% no período 2001-2007), apesar das políticas oficiais para promover o processamento antes da exportação. A proibição de exportação de toras, implementada em 2007, parece ter reduzido a proporção de toras não processadas nas exportações. No entanto, o declínio sugerido pelos dados de importações chinesas é muito mais sutil do que o indicado pelos dados relatados por Moçambique: os dados anteriores sugerem que 76% das exportações para a China são de toras não

processadas. Além disso, quase 100% das exportações classificadas como toras processadas referem-se a produtos minimamente processados, o que sugere uma conquista muito limitada em face dos objetivos da política oficial. Irregularidades nas operações das concessionárias e comerciantes, tanto de origem chinesa quanto moçambicana, apontam fraquezas significativas na aplicação da lei. Na Zâmbia, as empresas chinesas têm 25% das licenças de concessão e empresas operadas por pessoal de origem étnica chinesa, taiwanesa e sul-africana estavam envolvidas no comércio de madeira – todos exportando para seus respectivos países. Com grandes áreas de concessão, registros de volumes de exportação muito baixos e um mercado doméstico de madeira deprimido, foram levantadas preocupações sobre o destino da madeira da Zâmbia. Enquanto os operadores chineses estavam ativamente envolvidos com serradores artesanais de pequena escala e detentores de licença simples nos dois países, a singularidade deste nicho econômico e os respectivos impactos sociais e ambientais ainda precisam ser confirmados.

O comércio sino-africano de mineração relacionado com as exportações foi significativo para a Zâmbia e o Zimbábue, com o cobre e cromo sendo as exportações primárias, respectivamente. A presença mais notável acontece na Zâmbia, onde as injeções de capital chinês no setor de mineração em períodos de incerteza econômica têm ajudado a recuperar empregos e a estabilizar a balança comercial. A China é o segundo maior importador de cobre da Zâmbia e a estatal Companhia Chinesa de Mineração de Metais Não Ferrosos (CNMC) adquiriu uma participação de 85% na mina de cobre Chambishi em 1998. Em 2008, os governos da China e da Zâmbia assinaram um acordo para desenvolverem a primeira Zona Econômica de Multiempreendimentos da Zâmbia, em Chambishi, a qual se espera que abrigue seis diferentes subindústrias de mineração. As principais preocupações relacionadas aos investimentos chineses no setor foram associadas com as relações precárias de trabalho, o deslocamento de comunidades sem qualquer compensação e incentivos excessivamente generosos, deteriorando a capacidade do país para beneficiar-se de seus recursos através de investimentos privados. Todavia, muitas dessas preocupações foram levantadas com relação ao setor privado em vez de empresas estatais. No Zimbábue, os investimentos chineses no processamento de cromo permitiram que uma indústria bastante afetada pelos baixos preços internacionais pudesse recuperar-se rapidamente. Um grande número de pequenos processadores de

cromo de origem étnica chinesa também compra minério de cromita extraído ilegalmente, permitindo que mineiros artesanais superem as barreiras para a entrada no mercado formal, mas causando um surto de mineração ilegal de cromo. Os resultados também mostram que o Zimbábue estava hipotecando muitos de seus ativos de mineração para empresas chinesas como garantia à assistência ao desenvolvimento e empréstimos chineses, levantando preocupações de que o Zimbábue poderia perder o controle sobre seus valiosos recursos em termos de não se verem benefícios líquidos ao longo prazo. Em Moçambique, os investidores estrangeiros tiveram uma presença muito limitada no setor de mineração até muito recentemente, quando o país iniciou uma série de reformas para atrair investimentos para o setor. A recente descoberta de um enorme depósito de carvão levou a uma série de investimentos de grande escala, com uma empresa estatal chinesa, assegurando a propriedade de 40% do Projeto de Carvão de Zambézia, com valor estimado de 2 bilhões de dólares norte-americanos e uma reserva de 9 bilhões de toneladas de carvão. Embora esta seja uma das poucas concessões chinesas, tem havido uma recente onda de licenças para prospecção, muitas das quais por empresas privadas chinesas. Mais pesquisas são necessárias para avaliar até que ponto as práticas empresariais variam pelo país de origem e os respectivos impactos sociais e ecológicos.

O panorama apresentado acima destaca uma série de prioridades para futuras pesquisas. A relação estabelecida entre o comércio chinês e as florestas, as fracas evidências de práticas diferenciadas entre

empresas e um claro desafio político relacionado ao aumento do investimento interno e adição de valor fazem com que mais pesquisas sobre o setor de madeira em Moçambique sejam uma clara prioridade. Esta pesquisa teria como objetivo fazer uma avaliação equilibrada dos impactos econômicos e ecológicos dos dois principais modelos de exploração no setor florestal (concessões versus licenças simples), das diferenças entre empresas dentro de cada modelo e o nível de participação em cada modelo por empresas e atores procedentes de diferentes países. Deste modo, contribuiria para a identificação de oportunidades e barreiras para alcançar os objetivos do setor de um modo geral e, em particular, através do modelo de concessão. Um segundo tema de destaque para futuras pesquisas refere-se à tendência observada entre comerciantes de origem chinesa de envolver pequenos operadores em todos os setores (produtores de algodão e tabaco, mineiros artesanais de cromo, serradores artesanais de pequena escala), em ambos os setores formal e informal. Através de uma avaliação comparativa entre pelo menos dois setores, a pesquisa buscaria estabelecer a singularidade desse nicho econômico e identificar os impactos ecológicos e sociais associados a ele. Um olhar mais amplo para o papel da diplomacia bilateral chinesa na formatação das condições enfrentadas pelos operadores econômicos nos países estudados também é de interesse, principalmente as implicações dos acordos de alto nível e do financiamento pelo setor público às empresas privadas que operam no exterior para o posicionamento econômico de empresas chinesas e suas implicações para as florestas.

1. Contexto e justificativa

1.1 Evolução da ajuda, comércio e investimento chinês na África

O comércio africano está sendo reorientado rapidamente do “Hemisfério Norte” para o “Hemisfério Leste” (Carmody e Owusu 2007). O comércio da China com a África explodiu nos últimos anos enquanto a demanda de importações subiu para abastecer o setor industrial em rápida expansão, transformando a China no terceiro maior parceiro comercial da África (Rico 2007). A China tornou-se também uma importante fonte de Investimento Estrangeiro Direto (IED) e apoio ao desenvolvimento, com os investimentos de empresas estatais e privadas, aumentando rapidamente devido a programas de apoio do governo (Asche e Schüller 2008). Isso tem alimentado uma nova simbiose entre a África e a China, com a demanda da China de matérias-primas, respondendo a oferta relativamente abundante de energia, minerais, madeira e terra, e a crescente demanda na África de produtos manufaturados chineses (Rotberg 2008). Durante a recente crise financeira, as atividades econômicas e os investimentos chineses mantiveram-se robustos, mesmo que muitas empresas tenham reduzido suas operações. O comércio e investimento em madeira, cultivos agrícolas comerciais e biocombustíveis já representam desafios para a sustentabilidade da floresta (Canby et al. 2007, Milledge et al. 2007, German et al. 2010, Mandondo e German 2011). Essa simbiose África-China poderia, portanto, ser “a construção da África”, através da criação de postos de trabalho, zonas de processamento de exportação e investimentos em educação e infraestrutura, ou poderia prejudicar o desenvolvimento em longo prazo através de mão de obra importada, concorrência com produtos africanos, esgotamento de recursos e pela desaceleração de avanços na governança (Rotberg 2008).

O papel da China na África é de interesse por causa de mudanças não apenas de grau (percentagem do comércio com diferentes regiões do mundo, volume de comércio), mas também de tipo. Tais características, que colocam a China à parte de outros parceiros de desenvolvimento, incluem: (1) uma abordagem colaborativa para a política externa entre estado e empresa, permitindo que as

empresas chinesas suportem os riscos que dificultam o investimento por outros atores (Edinger 2008); (2) a limitada transparência das negociações de alto nível, envolvendo ajuda externa, comércio e investimento (Huse e Muyakwa 2008); e (3) uma política “sem perguntas” sobre termos e condições de empréstimos para o desenvolvimento – visto com bons olhos pelos líderes africanos interessados em maximizar a autodeterminação e minimizar as barreiras comerciais não tarifárias, mas que tem o efeito de afrouxar as salvaguardas sociais e ambientais (BIC 2006). As empresas chinesas têm sido criticadas por violações de normas anticorrupção, ambientais, trabalhistas e sociais na África (Asche e Schuller 2008), levantando preocupações sobre a sustentabilidade de atividades extrativas (de Wit 2007). No entanto, as análises anteriores das contribuições de investimentos chineses para o desenvolvimento econômico de longo prazo na África sugerem um alto grau de variação entre os setores, não conseguem tirar conclusões claras sobre os impactos no bem-estar a partir de dados existentes (Asche e Schüller 2008) ou analisar os impactos sociais e ambientais locais sem uma consideração equilibrada dos benefícios sociais (White et al. 2006). Pesquisas adicionais são claramente necessárias para esclarecer o papel da China em moldar as perspectivas de desenvolvimento em longo prazo na região.

1.2 As características e a importância das florestas e bosques da África Austral para os meios de subsistência

Florestas e bosques cobrem áreas significativas em todo o sul da África, estimadas em 67% em 2005, segundo as estatísticas oficiais (Tabela 1). Os bosques de miombo são o tipo de floresta predominante e “a mais extensa formação de bosques tropicais estacionais e de florestas secas na África”, que abrange cerca de 2,4 milhões de km² (World Bank 2008: 1). Com uma estimativa de 8.500 espécies de plantas superiores e 54% de endemismo de plantas, a importância dos bosques para a conservação da biodiversidade global é bem conhecida.

Igualmente significativa é a importância do miombo para os meios de subsistência local. A região é

Tabela 1. Estatísticas de florestas e bosques para países com floresta de miombo

País	Cobertura florestal em 2010 (mil ha)	Outras áreas florestais em 2010 (mil ha)	Cobertura de florestas e outras áreas florestais (%)	Taxa de desmatamento 1990-2010 (%)
Angola	58.480	0	46,9	0,20%
DR Congo	154.135	11.513	70,6	0,19%
Malawi	3.237	0	27,3	0,85%
Moçambique	39.022	14.566	67,0	0,50%
Tanzânia	33.428	11.619	47,6	0,97%
Zâmbia	49.468	6.075	73,8	0,32%
Zimbábue	15.624	0	40,0	1,48%

Fonte: FAO 2010, Mongabay, disponível em http://rainforests.mongabay.com/deforestation_alpha.html (30 de novembro de 2011)

habitada por cerca de 75 milhões de pessoas e um adicional de 25 milhões de residentes urbanos depende de lenha ou carvão vegetal provenientes dessas florestas para suprir suas necessidades de energia (Campbell et al. 2003, Kambewa et al. 2007, SEI 2002, citado em World Bank 2008). Quando as oportunidades não agrícolas são limitadas, até um terço do consumo das famílias pode vir de florestas secas. Elas também oferecem importantes oportunidades para a geração da extremamente necessária renda monetária, através da venda de mel, cogumelos, lagartas, carvão e outros produtos florestais e fornecem importantes fluxos de renda na estação seca. Os bosques de miombo também são conhecidos por oferecerem uma importante rede de segurança ao impedir que as famílias se afundem mais ainda na pobreza, particularmente em tempos de perda de colheita ou choques domésticos – e, portanto, desempenham um papel na redução da vulnerabilidade das populações pobres das zonas rurais (Shackleton 2006, Shackleton et al. 2007, World Bank 2008). Os meios de subsistência de base florestal, formais e informais, também têm

ajudado algumas famílias a saírem da pobreza (Shackleton 2005).

1.3 Escopo da análise

Este relatório, e o projeto mais amplo no qual ele está inserido, busca compreender o que é único sobre as relações comerciais da África com a China no setor florestal e em outros setores que moldam as florestas e como as tendências do comércio e do investimento relacionadas com as florestas afetam os ecossistemas florestais-chave. O presente relatório, derivado da análise de fontes secundárias e um rápido estudo exploratório em três países da África Austral (Moçambique, Zâmbia, Zimbábue) (German e Wertz-Kanounnikoff em prep.; Schoneveld e Gumbo em prep.; Schoneveld et al. em prep.), procura caracterizar a relação diplomática e econômica bilateral; analisar tendências do comércio e do investimento sino-africano nos setores agrícola, de silvicultura e mineração; e identificar temas-chave para uma pesquisa mais aprofundada.

2. Objetivos

O principal objetivo deste exercício exploratório foi ganhar uma compreensão dos padrões do comércio e investimento chinês nas florestas de miombo, os impactos e *trade-offs* do comércio e investimento chinês em setores prioritários e das estruturas legais e institucionais que moldam esses impactos. Os objetivos secundários são os seguintes:

1. identificar países e *commodities* em cada ecorregião (Bacia do Congo, florestas de miombo), sobre os quais o governo e o setor privado chinês têm maior influência, de modo a

permitir a seleção estratégica de estudos de caso para uma análise mais aprofundada;

2. realizar uma avaliação preliminar dos impactos e *trade-offs* do comércio e investimento chinês em países prioritários, setores (agricultura, silvicultura, mineração) e *commodities*; e
3. identificar países e *commodities* específicos para uma análise mais aprofundada nas fases subsequentes da pesquisa e justificar essas escolhas.

3. Questões da pesquisa

As seguintes perguntas orientaram o estudo exploratório.

1. Em quais países da ecorregião de miombo o governo e as empresas chinesas têm maior influência econômica e política e por quê?
2. Quais setores econômicos recebem a maior parte dos investimentos do governo ou do setor privado chinês?
3. Com quais *commodities* o governo e as empresas chinesas têm maior envolvimento e quão importante é a influência dessas *commodities* para os países da região?
4. Quais são as características dos investimentos chineses, atuais e planejados, em setores de interesse (agricultura, silvicultura, mineração)? Quais *commodities* são importantes para a pesquisa, tanto em termos de comércio e investimento chinês como por seus impactos potenciais nas florestas?
5. Qual é a natureza da participação chinesa (e, sempre que possível, não chinesa) em setores selecionados e/ou sítios de campo para *commodities* de interesse:
 - Quais são os atuais níveis de investimento e comércio chinês para as *commodities* de interesse?
 - Quem são os atores corporativos envolvidos na produção ou extração de cada *commodity* e onde suas atividades estão localizadas ?
 - Até que ponto as diferenças nas práticas de negócios entre operadores chineses e não chineses podem ser discernidas?
6. Que tipo de impactos sociais, econômicos e ambientais locais podem ser observados a partir de relatórios publicados e um estudo exploratório rápido baseado em atividades de campo sobre investimentos/concessões chineses selecionados, para *commodities* de interesse? Um desmatamento ou degradação florestal significativo, causado a partir desses investimentos, é atualmente observado ou antecipado, com base nos planos de expansão das empresas?
7. Quais condições de governança moldam atualmente as práticas corporativas e de IED, bem como os impactos sociais e ambientais relacionados?
8. Como os principais especialistas avaliam os *trade-offs* (benefícios e custos sociais) dos investimentos chineses e não chineses sobre *commodities* ou setores de interesse?

4. Metodologia

A metodologia empregada para a fase exploratória foi adaptada de acordo com as etapas mais importantes da pesquisa.

4.1 Seleção de países para o estudo exploratório

A primeira etapa da fase exploratória, a qual se concentrou na identificação dos países e *commodities* sobre os quais o governo e o setor privado chineses têm maior influência, foi desenvolvida exclusivamente com base na revisão da literatura publicada e de fontes secundárias. Os países considerados nesta fase como candidatos para uma pesquisa mais aprofundada incluíram Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Para começar a entender as tendências do comércio, investimento e influência chinesa e para afunilar ainda mais o foco exploratório sobre países e *commodities*, objetivando o estudo nos países, foram realizadas pesquisas online em bancos de dados globais, relatórios da sociedade civil, notas de imprensa, relatórios da indústria e a literatura publicada. A coleta de dados concentrou-se no(a)(s):

- Proporção do total do comércio com a China (para todos os países sob consideração dentro de cada ecorregião);
- *Commodities* primárias exportadas para a China e a proporção do comércio total dessa *commodity* que é destinada para a China (para todos os países sob consideração dentro de cada ecorregião);
- Total de cobertura florestal e taxas de desmatamento (para todos os países sob consideração dentro de cada ecorregião);
- Acordos chave assinados entre a China e os países africanos de interesse, incluindo o tipo de contrato (por exemplo, comércio, ajuda, alívio da dívida, investimento, acordos de contratação ou pacotes em oferta), os valores e os setores envolvidos; e
- Localização e natureza dos investimentos ou mega negócios chineses, atuais e planejados, incluindo o(s) setor (es) e *commodity(ies)*, os valores e atores corporativos-chave.

4.2 Metodologia do estudo exploratório

A segunda etapa do estudo exploratório consistiu em uma exploração no nível nacional para identificar: (1) *commodities* com maior impacto sobre as florestas onde empresas estatais ou privadas chinesas têm uma presença notável; e (2) estudos de casos específicos para uma análise mais aprofundada. Essa etapa foi conduzida em três dos países que têm floresta de miombo: Moçambique, Zâmbia e Zimbábue (Figura 1). As razões para essa escolha são apresentadas na seção dos resultados.

Essa etapa envolveu duas metodologias. A primeira, contando exclusivamente com entrevistas com informantes-chave nas capitais e uma revisão dos documentos adquiridos através dessas interações, com o objetivo de capturar as principais questões e tendências relacionadas com a cooperação econômica e diplomática chinesa com o país de interesse, bem como compromissos do setor privado com setores de interesse (silvicultura, mineração,

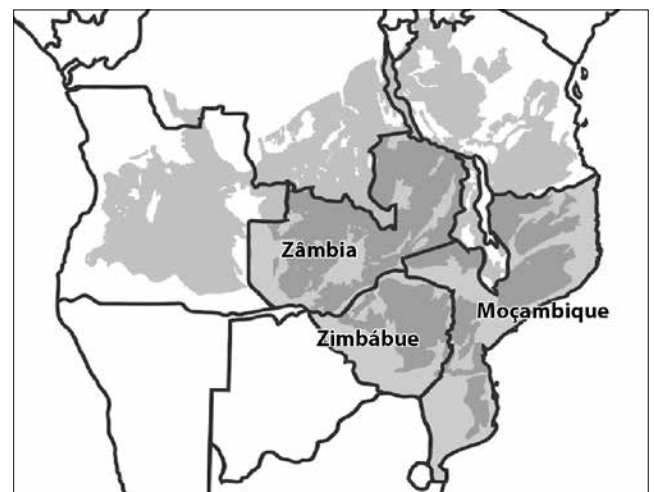


Figura 1. África Austral, com a distribuição aproximada das florestas de miombo e os países focados no estudo exploratório no campo

Fonte: Jeff Walker; distribuição das florestas de miombo do World Bank (2008)

Tabela 2. O foco geográfico e de *commodities* do estudo exploratório de campo em países com floresta de miombo

País	Setor		
	Agricultura	Silvicultura	Mineração
Moçambique	–	O investimento e comércio chinês no setor florestal na Província de Cabo Delgado	–
Zâmbia	–	O investimento e o comércio chinês no setor florestal nas províncias do Oeste e Noroeste	Os investimentos chineses em mineração de cobre na Província de Copperbelt
Zimbábue	–	–	O investimento chinês em mineração de cromo no sul de Great Dyke

agricultura). Entrevistas com informantes-chave foram realizadas com representantes de várias agências governamentais, incluindo agências de promoção de investimento, ministérios de terras, agências de proteção ambiental, ministérios setoriais fundamentais (agricultura, mineração), agências florestais e, em alguns casos, os ministérios de comércio e finanças. Entrevistas também foram realizadas com várias embaixadas (chinesa, de outras economias emergentes e países da OCDE), organizações da sociedade civil, organizações de pesquisa e empresas privadas.

O segundo componente-chave, assumindo um foco subnacional, teve como objetivo verificar as principais observações a partir de entrevistas em nível nacional; explorar a natureza dos impactos das *commodities* selecionadas e os modelos de negócios sobre as florestas; e identificar questões prioritárias e as características do projeto de pesquisa para uma investigação mais aprofundada. A metodologia consistiu em entrevistas com informantes-chave, como agências governamentais, organizações da sociedade civil e atores do setor privado em capitais de província ou distrito; revisão de dados ou relatórios obtidos de informantes-chave; e rápidas visitas de campo em áreas onde investimentos estão

sendo realizados ou onde a influência do comércio se faz sentir, para falar com os líderes comunitários e as famílias afetadas. Devido a limitações de tempo e recursos, o estudo exploratório focou-se apenas em algumas *commodities* consideradas como mais interessantes do ponto de vista do comércio e investimento chinês e seus impactos potenciais sobre as florestas (Tabela 2). As limitações de recursos também afetaram a nossa capacidade de aplicar protocolos para amostragem sistemática, o que limita a extensão na qual os resultados de estudo exploratório baseado em informações de campo podem ser generalizados.

Em alguns casos, entrevistas em nível nacional descartaram por completo determinados setores ou *commodities*, fazendo com que o estudo de campo não fosse necessário. Em outras ocasiões, casos potencialmente interessantes não foram conduzidos através de trabalho de campo durante o estudo exploratório no país devido aos prazos e à natureza seletiva desse levantamento de campo. Isso aplica para o tabaco do Zimbábue, o gergelim em Moçambique e o algodão na Zâmbia e no Zimbábue. Esses casos serão considerados para inclusão em uma fase posterior do projeto.

5. Resultados

Os resultados são apresentados de acordo com as fases fundamentais da pesquisa.

5.1 Fase 1: Seleção de países e *commodities*

5.1.1 Seleção dos países

Resultados relacionados às variáveis-chave de interesse para seleção do país encontram-se resumidos na Tabela 3 para os países com floresta de miombo que estão sendo considerados. Com base nesses números, a Zâmbia foi uma opção clara por causa dos altos níveis de dependência do comércio e investimento chinês, recentes investimentos chineses em zonas econômicas multissetoriais e infraestrutura e evidência de preocupações da sociedade civil sobre a influência chinesa. Moçambique também foi considerado estratégico por causa de seu alto nível de cobertura florestal e pela importância do comércio de madeira em geral e com a China, incluindo vários relatórios publicados sobre o assunto (Mackenzie 2006, Mackenzie e Ribeiro 2009, Ribeiro e Nhabanga 2009). Enquanto a Tanzânia poderia ter sido escolhida devido ao seu elevado volume comercial com a China e a importância da madeira chinesa (Milledge et al. 2007), o Zimbábue foi selecionado por causa da importância do comércio de tabaco e do vínculo deste cultivo com o desmatamento na região.

5.1.2 Seleção de *commodities*

Dada a dificuldade para estabelecer a relação entre determinadas *commodities* e o desmatamento devido à falta de visitas de reconhecimento no campo, foi tomada a decisão de deixar a identificação exata de *commodities* para o estudo exploratório no campo. No entanto, decidiu-se realizar o estudo exploratório do país em cada ecorregião em três setores, cada um dos quais tem ligações comprovadas com o desmatamento: silvicultura, mineração e agricultura. Para identificar as *commodities* que deveriam ser consideradas no estudo exploratório em cada país, foram coletados dados adicionais. Esses dados e a racionalidade para a seleção de uma longa lista de *commodities* nessa fase são apresentados abaixo.

Os dados sobre as *commodities* primárias negociadas por país e a proporção chinesa de exportação desses produtos para países com floresta de miombo prioritários, são apresentados na Tabela 4. Os dados representam o que de mais atualizado estava disponível no momento em que este estudo foi conduzido.

Com base nos dados das Tabelas 2 e 3, um conjunto de *commodities* por setor foi selecionado para estudo exploratório no campo, para países com floresta de miombo prioritários. Essas *commodities* são apresentadas resumidamente na Tabela 5.

5.2 Fase II: estudo exploratório nos países

Os resultados do estudo exploratório nos países estão divididos conforme os principais tipos de influência (ajuda, comércio e investimento) e os setores prioritários em análise.

5.2.1 Relações sino-africanas na África Austral: ajuda, diplomacia e influência política

Relações diplomáticas sino-africanas na África Austral não são novas. A República Popular da China (RPC) e outros países comunistas apoiaram as lutas para libertação em toda a região e o governo chinês continua enfatizando o apoio oferecido pelos países da região para ajudar a recuperar o lugar da China nas Nações Unidas em 1972⁵. No entanto, após um lapso em que seu olhar ficou relativamente voltado para as reformas políticas e econômicas internas, a ajuda e influência política chinesa na região têm aumentado – especialmente desde o início da década de 2000 – quando o sistema de cooperação internacional foi esquematizado e avançou através do Fórum de Cooperação China-África: “O enorme mercado da China e sua crescente capacidade de

5 Ver Youde (2007); <http://zm.chineseembassy.org/eng/zxxx/t780872.htm>; <http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Security-Watch/Detail/?id=53470&lng=en> (24 de fevereiro de 2011).

Tabela 3. Principais variáveis relacionadas com as relações China-África para os países com floresta de miombo

Variável	Moçambique	Tanzânia	Zâmbia	Zimbábue
Dependência do comércio chinês ^a (2008)	4,7%	6,5%	10,3%	8,8%
Comércio total com a China (milhões de USD, 2008) ^b	423	1.072	801	280
Principais <i>commodities</i> exportadas para a China (% do total de exportações para a China, 2008) ^c	Madeira(38%), alumínio (37%), sementes de gergelim (31%)	Minérios de metais preciosos (36%), minérios de cobre (29%), sementes de gergelim (20%)	Cobre (64%), minério de cobre (20%), tabaco (4%)	Tabaco (67%), ferro (19%)
Dependência de investimento atual (% volume do IED chinês sobre o volume total de IED) ^d	1,1%	2,8%	7,6%	3,9%
Principais investimentos planejados	A China é o segundo maior investidor em Moçambique, com investimentos estimados em USD 76,8 milhões, em 2009, grande parte dos quais foram direcionados a projetos de "alta visibilidade", como o Estádio Nacional, prédios governamentais e ampliação de aeroporto ^e .	Desenvolvimento de duas zonas econômicas especiais; 90% de licitações para obras de infraestrutura vencidas pelos chineses.	Zona Econômica Multifuncional de Chambishi, em operação ^f . Empresas chinesas respondem por cerca de 5% da produção total de cobre na Zâmbia. O grupo de mineração Zhougui empenhou USD 5 bilhões para mineração na Zâmbia (o maior investimento privado) ^g . Investimento de USD 3 bilhões em pinhão-mansão através de empreendimento conjunto (Wuhan-Biomassa PLC).	Investimentos de USD 8 bilhões em mineração, energia, habitação ^h .
Cobertura florestal (2008) ⁱ	57%	45%	44%	24%
Variação anual da cobertura florestal (2000-2005) ^j	-0,3% (5.000 ha)	-1,1% (412.200 ha)	-1,0% (444.800 ha)	-1,6% (313.000 ha)

a UM Comtrade

b Inclui exportações e importações.

c UN Comtrade

d MOFCOM, 2010; UNCTAD

e Ver: <http://www.clubofmozambique.com/pt/sectionnews.php?secao=investimento&id=14987&tipo=one>; http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/julho2008/nots_en_357_jul_08/. São mencionados novos parques industriais com elemento agroindustrial e de mineração (Dondo, Nacala) com relação a novos investimentos chineses.

f O FMI manifestou preocupação com as condições de investimento estabelecidas para as empresas chinesas entrando na zona econômica, criada em 2005, e já uma fonte de grande conflito entre trabalhadores, comunidades e investidores chineses. Ver: "IMF anxious about Chambishi economic zone?", Disponível em: http://www.minewatchzambia.com/2007/04/imf-anxious-about-chambishi-economic_03.html (5 de maio de 2010).

g Agência de Desenvolvimento da Zâmbia (ZDA 2010).

h A empresa chinesa Sonangol (empreendimento conjunto sino-angolano) está supostamente interessada em investir no refinamento de ouro e platina, exploração de petróleo e gás, aquisição e distribuição de combustíveis e habitação. Comenta-se que os fundos já chegaram a instituições financeiras nacionais (ver: "US\$8 billion Chinese investment in Zimbabwe", disponível em: <http://beta.miningreview.com/node/16779>, 5 de maio de 2010).

i FAOSTAT

j Ver: <http://rainforests.mongabay.com/deforestation/2000/Zimbábue.htm>.

Tabela 4. Participação de *commodities* nas exportações por países com floresta de miombo^a

Variável	Moçambique ^{b,c}	Zâmbia	Zimbábue
Principais <i>commodities</i> exportadas para a China (dados de 2009)	Madeira (38%), alumínio (37%), sementes de gergelim (31%)	Cobre (64%), minério de cobre (20%), tabaco (4%)	Tabaco (67%), ferro (19%)
Principais <i>commodities</i> exportadas para o mundo (dados de 2008)	Alumínio (54%), óleo (11%), tabaco (8%)	Cobre (65%), minério de cobre (15%), metais de base (6%)	Plantas vivas (12%), níquel (10%), algodão (9%), tabaco (7%)
Participação chinesa nas exportações de <i>commodities</i> , % (dados de 2008)			
– Alumínio	0*	0	0
– Cromo	0	0	59,9
– Cobre	0	6,3	0
– Minério de cobre	Sem comércio	5,7	0
– Algodão	0,6	26,5	6,2
– Ferro	5,3	0	0,2
– Sementes de gergelim	57,6	Sem comércio	Sem comércio
– Tabaco	0	2,0	9,3
– Madeira	80,2	12,3	0,4

a UN Comtrade

b No momento da elaboração deste relatório preliminar, esses dados ainda não estavam disponíveis para 2009, somente para 2008.

c Evidências de extração ilegal de madeira nas províncias de Zambézia, Cabo Delgado, Nampula e Niassa suportam a importância da madeira como *commodity* a ser explorada, enquanto o recente aumento das exportações de sementes de oleaginosas e cromo sugere que esses produtos também devem ser examinados (<http://www.clubofmozambique.com/pt/sectionnews.php?secao=investimento&id=14987&tipo=one>, 14 de dezembro de 2011). Evidências de um aumento “radical” nas exportações para a China também devem ser observadas (ver: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/julho2008/nots_en_357_jul_08/, 14 de dezembro de 2011).

Tabela 5. Seleção dos países para o estudo exploratório no campo

País	Silvicultura	Mineração	Agricultura
Zâmbia	Madeira	Cobre, minério de cobre	Tabaco, pinhão-manso, algodão
Zimbábue	–	Cromo	Tabaco, algodão
Moçambique	Madeira	Alumínio	Gergelim

investir no exterior também está suprindo Pequim com novas fontes de poder político com as quais alcançar os grandes objetivos estratégicos do país, incluindo a necessidade de garantir recursos naturais e matérias-primas para alimentar sua crescente economia.” (Friedberg 2006: 6). Com um superávit em conta corrente de USD 253,3 bilhões em 2009, a China tem sido capaz de alcançar uma reserva cambial de USD 2,3 trilhões, a maior do mundo. Enquanto cerca da metade dessa reserva está sendo aplicada em títulos dos EUA, uma quantidade considerável está sendo investida em “posicionamento geoestratégico para garantir independência energética

e ajuda externa a outros países em desenvolvimento” (Ilheu 2010: 4). A capacidade financeira da China, juntamente com o que foi chamado de “abordagem colaborativa entre o Estado e empresas para a política externa” (Edinger 2008), expandiu rapidamente a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para países africanos, bem como a presença de empresas chinesas no comércio sino-africano, no IED e licitações públicas para infraestrutura (Luo et al. 2010). Esta seção fornece um breve resumo da assistência e das relações diplomáticas chinesas com os três países de interesse.

Moçambique

As relações sino-moçambicanas têm uma longa história, que remonta à luta de Moçambique para sua independência de Portugal, quando a República Popular da China forneceu apoio para o treinamento de guerrilha, equipamento militar e apoio financeiro para a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) (Chichava 2008). Logo após a independência de Moçambique em 1975, os dois países estabeleceram relações diplomáticas, mantidas intactas durante a guerra “civil” de 1977-1992, as quais foram intensificadas desde o acordo de paz em 1992 (Jansson e Kiala 2009). Após o fim da guerra, as empresas chinesas estavam entre as primeiras a reentrar no país, entre as quais empresas de construção e comerciantes de madeira.

Em 2008, a China tornou-se o segundo maior investidor estrangeiro em Moçambique, depois da África do Sul, com investimentos no valor de USD 76,8 milhões (Jansson e Kiala 2009). Uma série de acordos bilaterais tem apoiado a consolidação da influência chinesa em Moçambique (Jansson e Kiala 2009). Esses situam-se em um quadro mais amplo para a cooperação China-África sob o FOCAC, através do qual os acordos de proteção de investimentos e comércio bilateral, o tratamento de isenção de impostos e de alívio da dívida estão sendo estendidos por todo o continente. A cooperação econômica sino-moçambicana também é apoiada pelo Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

A ajuda externa da China para Moçambique consiste em empréstimos preferenciais e sem juros, investimentos diretos em comércio e serviços, acordos técnicos, cancelamento da dívida e alívio de emergência (AFRODAD 2007⁶). Embora as doações e os empréstimos sejam semelhantes em número, volumes muito maiores de ajuda vêm na forma de empréstimos concessionais, a maioria deles do Eximbank da China (German e Wertz-Kanounnikoff em prep.). De acordo com o escritório do Conselheiro Econômico e Comercial da Embaixada da China em Maputo, a cooperação bilateral entre a China e Moçambique redirecionou-se da ajuda para a cooperação baseada no setor privado e em parcerias de interesse mútuo. Uma parte significativa desses recursos é direcionada para infraestrutura,

6 Também corroborado por entrevista do CIFOR com funcionários da Embaixada da China em Maputo, 26 de novembro de 2010.

particularmente a reabilitação de estradas e pontes, e a construção ou reforma de prédios públicos.

Além dos cerca de USD 3 bilhões em ajuda chinesa desde 2001, a China planeja investir USD 13 bilhões em 19 projetos industriais, de turismo, mineração e energia nos próximos cinco anos. Os detalhes desses projetos são desconhecidos, mas comenta-se que incluem uma fábrica de cimento, uma fábrica de automóveis e usinas hidrelétricas, incluindo um investimento de USD 300 milhões para a barragem de Moamba Major para abastecer Maputo. Sendo em grande parte baseada em projetos e negociada nos níveis mais altos da administração pública (AFRODAD 2007), a APD chinesa parece estar mal alinhada com alguns dos pensamentos recentes sobre a governança das finanças internacionais para o desenvolvimento (Quadro 1).

Zâmbia

A APD chinesa para a Zâmbia tem sido direcionada principalmente para as áreas de agricultura, mineração, manufatura, construção, comunicação, transporte e saúde (AFRODAD 2008). Uma análise das estatísticas históricas sobre a cooperação para ajuda indica uma crescente dependência de empréstimos ao invés de doações, em relação à APD (Figura 2). A composição incerta da categoria “cooperação econômica e técnica” sugere que a proporção de empréstimos pode ser muito maior do que esse quadro sugere.

Os dados sobre grandes projetos financiados nos últimos anos pela APD chinesa para a Zâmbia – incluindo um sistema nacional de armazenamento de grãos, um estádio nacional, clínicas móveis, melhorias na ferrovia TAZARA e a reforma de edifícios do governo – sugerem que, no caso de Moçambique, empréstimos – ambos sem juros e em condições favoráveis – são a forma preferida de cooperação. Isso apoia a observação de vários analistas de que as políticas de desenvolvimento chinesas estão se afastando da ajuda e direcionando-se para a cooperação econômica “ganha-ganha”, de caráter amplamente comercial (AFRODAD 2008).

O financiamento baseado em projetos também parece ser o modo preferido de apoio por parte do governo chinês para a Zâmbia. De acordo com uma autoridade do Ministério da Fazenda e Planejamento Nacional, “os empréstimos para projetos estão onde as condições permitem”. A condicionalidade-chave dessa ajuda parece ser a necessidade de contratar empresas chinesas. Para os projetos de construção,

Quadro 1. Tendências de “boas práticas” para a assistência internacional ao desenvolvimento

A assistência tradicional para os países em desenvolvimento originou-se na forma de projetos financiados e administrados por doadores específicos, com o financiamento ignorando as reservas de governos e os mecanismos de responsabilidade. Na década de 1990, essa abordagem começou a atrair criticismo por focar-se nas prioridades dos doadores e não nas prioridades do país anfitrião, por conduzir ao uso ineficiente de fundos e por minar a autoridade, a capacidade e a responsabilidade do governo destinatário dos recursos. A comunidade internacional começou a demandar uma mudança em direção a mecanismos de apoio orçamentário para evitar essas armadilhas e para amarrar o financiamento às prioridades políticas estabelecidas. O apoio orçamentário pode ser fornecido através de apoio orçamentário geral ou de apoio a orçamentos setoriais, conhecido como a “Abordagem Setorial Ampla”^a. No segundo caso, os recursos são destinados a um setor ou linha de orçamento específica (por exemplo, saúde, educação) e, portanto, vinculado a políticas de setores específicos.

Outra distinção que deve ser feita é aquela entre doações e empréstimos, cada um dos quais pode caracterizar tanto apoio orçamentário quanto a projetos. Enquanto as doações já foram consideradas superiores aos empréstimos por serem fornecidas de forma gratuita, hoje é reconhecido que as doações também podem trazer desvantagens na forma de ajuda reduzida aos países mais pobres, redução das receitas nacionais, menores incentivos para a disciplina fiscal e maior suscetibilidade a choques externos e condicionalidades dos doadores^b.

a Ver DFID (2006), Lawson et al. (2002), “Sector-Wide Approaches (SWAs)” (disponível em: <http://www.who.int/trade/glossary/story081/en/>; 31 de janeiro de 2011).

b Ver Gupta et al. (2003), OCDE (2007).

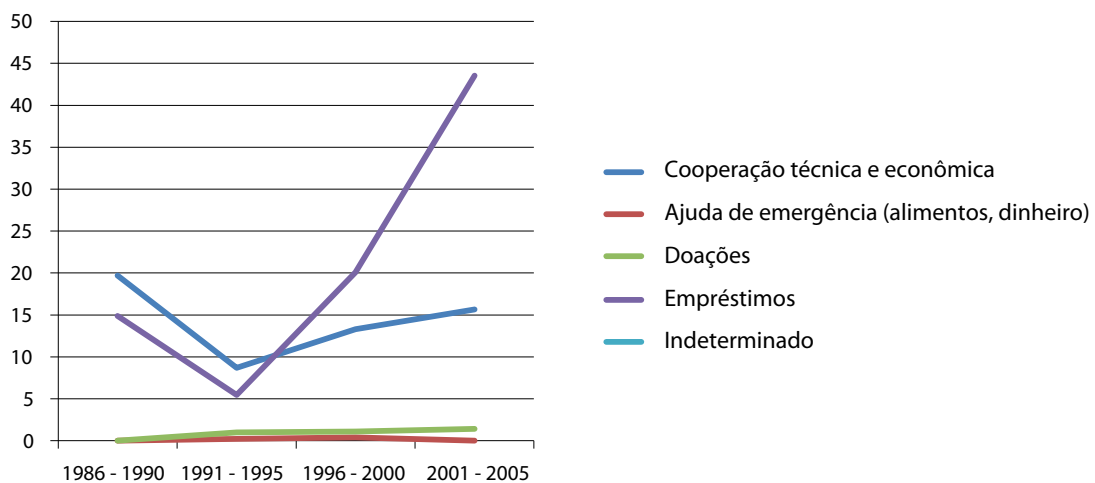


Figura 2. Evolução da APD chinesa para a Zâmbia, 1986-2006 (milhões de USD)

Fonte: AFRODAD 2007, Muneku e Koyi 2007

por exemplo, o governo chinês lança licitações na China exclusivamente para empresas chinesas. De acordo com Yang Miao, da Embaixada da China em Lusaka, “através da ajuda, as empresas chinesas passam a conhecer melhor o ambiente de negócios da Zâmbia. Algumas pessoas aproveitam a oportunidade e voltam para a Zâmbia como investidores.” Mesmo em projetos financiados através da Estratégia de Assistência Conjunta para a Zâmbia, um mecanismo de doadores para coordenar a APD e alinhá-la com as prioridades nacionais de desenvolvimento, as empresas chinesas têm concorrido com empresas

da Zâmbia pelos créditos de exportação da China, particularmente no setor rodoviário. Assim, além do tesouro público ser responsável pelos juros sobre os empréstimos, quantias consideráveis das finanças públicas (na forma de pagamentos do valor principal) são efetivamente canalizadas para empresas chinesas. Além disso, há uma percepção generalizada de que as empresas que ganham os contratos trazem a maioria dos materiais e recursos humanos necessários da China, o que, caso sua veracidade seja comprovada, prejudicaria ainda mais as repercussões econômicas positivas para o país anfitrião. Embora a capacidade

das empresas chinesas de fornecerem um bom negócio pelo valor aplicado ofereça benefícios óbvios aos países anfitriões, o papel do governo chinês em aumentar a competitividade das empresas chinesas levanta preocupações sobre a dívida pública e a sustentabilidade ambiental (Quadro 2).

Zimbábue

As relações diplomáticas da China com o Zimbábue datam da luta para a libertação nos anos 70. Como parte de esforços mais difundidos pelo bloco comunista para promover “guerras populares” ao estilo comunista, contra a hegemonia global dos

Quadro 2. Agências de crédito à exportação e a competitividade das empresas chinesas (de German e Wertz-Kanounnikoff, em prep.)

Com a maioria dos países doadores tendo uma ou mais agências de crédito à exportação, o apoio estatal para o setor privado não é exclusivo à China. No entanto, vários instrumentos da OCDE regulam as atividades das agências de crédito à exportação financiadas pelo Estado (ACEs) em estados membros da OCDE que fornecem financiamento à exportação (créditos ou seguros e garantias de crédito), para subscrever as atividades de empresas que operam no exterior. Desde 1978, o acordo sobre Créditos à Exportação Oficialmente Apoiados, da OCDE, estabeleceu “limitações sobre os termos e condições dos créditos à exportação com apoio oficial” (por exemplo, taxas de juro mínimas, taxas de risco e prazos máximos de reembolso) e as provisões de ajuda ligada^a. O acordo visa evitar que os países compitam para oferecerem as condições mais favoráveis de financiamento aos exportadores concorrentes por vendas ao exterior^b. Os Princípios e Diretrizes para promover práticas sustentáveis de empréstimos na provisão de créditos oficiais de exportação para países de baixa renda também fazem parte dos esforços do Banco Mundial e do FMI para ajudar países a alcançar seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), sem criar problemas de dívidas futuras^c. As chamadas “Abordagens Comuns”, intermediadas em dezembro de 2003, também tentam referenciar as políticas ambientais das ACEs em países membros da OCDE em relação àquelas do Grupo do Banco Mundial e dos bancos regionais de desenvolvimento para minimizar os custos ambientais associados aos projetos respaldadas pelas ACEs^d. Participantes do acordo incluem a Austrália, o Canadá, a Comunidade Europeia, o Japão, a República da Coreia, a Nova Zelândia, a Noruega, a Suíça e os Estados Unidos.

A importância de tais financiamentos não deve ser subestimada. As ACEs representam a maior Classe de instituições financeiras públicas que operam internacionalmente, superando em tamanho o Grupo do Banco Mundial e financiando mais projetos do setor privado nos países em desenvolvimento do que qualquer outra Classe de instituição financeira^e. Estimativas atuais sugerem que as ACEs financiam ou subscrevem atividades empresariais no exterior da ordem de USD 430 bilhões (cerca de USD 55 bilhões para financiamento de projetos em países em desenvolvimento e USD 14 bilhões em seguros para novo IED), superando todas as outras fontes oficiais de financiamento combinadas^f. Mesmo representando o maior componente da dívida dos países em desenvolvimento (mais de 25%), elas tem uma responsabilidade limitada sobre as prioridades nacionais de desenvolvimento.

Esse cenário desequilibrado torna muito mais fácil para os países não signatários, como a China, a Índia e o Brasil oferecerem empréstimos ligados e concessionais^g. Ele também aumenta os riscos de endividamento futuro entre as economias dos países em desenvolvimento, visto que a tendência em focar na disponibilidade de financiamento minará as considerações sobre qualidade e preço, com os níveis de concessionalidade ou de risco muitas vezes repassados para os contribuintes. A China também não está envolvida com os mecanismos de coordenação dos doadores em Moçambique e na Zâmbia. Por isso, sua assistência não está sujeita ao alinhamento com as estratégias de redução da pobreza, iniciativas de harmonização, normas de prestação de contas ou mecanismos de revisão^h. É possível que essa paisagem política desigual para as ACEs esteja por trás do declínio observado no interesse dos países membros da OCDE no financiamento de grandes projetos de infraestrutura e na habilidade do governo e das empresas chinesas em preencher esta lacuna.

a Ver http://www.oecd.org/about/0,3347,en_2649_34171_1_1_1_1_1,00.html (2 de fevereiro de 2011)

b Ver http://www.oecd.org/document/29/0,3746,en_2649_34171_1830173_1_1_1_1,00.html (2 de fevereiro de 2011)

c Disponível em http://www.oecd.org/department/0,3355,en_2649_34179_1_1_1_1_1,00.html (2 de fevereiro de 2011)

d Ver http://www.eca-watch.org/eca/ecas_explained.html (4 de fevereiro de 2011)

e Ver <http://www.eca-watch.org/eca/> (4 de fevereiro de 2011)

f Inclusive do Banco Mundial, dos bancos regionais de desenvolvimento e da ajuda bilateral e multilateral (http://en.wikipedia.org/wiki/Export_credit_agency)

g Entrevista do CIFOR com o Chefe da Cooperação de um país membro da OCDE, 3 de novembro de 2010

h Afrodad 2007

colonialistas, a China estendeu uma mão política em apoio à ZANU (Youde 2007). As relações diplomáticas entre os dois países solidificaram-se quando Mugabe tomou o controle do governo em 1980. No entanto, o apoio chinês “esfriou” quando o governo do Zimbábue atraiu o apoio principalmente de doadores ocidentais, durante os primeiros anos de independência.

A relação entre a China e o Zimbábue aumentou, seguindo a aceleração da reforma agrária no Zimbábue no início dos anos 2000. Enquanto os governos ocidentais e as instituições multilaterais começaram a se afastarem do Zimbábue, Mugabe voltou-se cada vez mais para o Oriente, para compensar suas deficiências (Youde 2007, Brown e Sriram 2008). A China concretizou essa relação, fornecendo apoio militar quando o Zimbábue enfrentava um embargo de armas⁷. Em 2003, o Zimbábue declarou oficialmente a sua “Política de olhar para o Oriente”, consolidando ainda mais essa mudança. Os objetivos subjacentes desta política são tanto econômicos quanto políticos: atrair o investimento tão necessário e que o Zimbábue se posiciona como um defensor de sua independência e soberania. Em 2004, o governo chinês expressou seu apoio à reforma agrária e defendeu a não-interferência por outros parceiros de desenvolvimento (AFP 2004). Durante as eleições de 2008, a China e a Rússia vetaram uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que buscava impor novas sanções sobre Mugabe e outros líderes da ZANU-PF (BBC 2008).

Embora a China tenha sido um grande importador de tabaco do Zimbábue nos anos 80 e 90, as contribuições chinesas tangíveis para o Zimbábue através de apoio bilateral e de investimentos têm sido limitadas. As concessões chinesas para o Zimbábue, principalmente na forma de ajuda humanitária, consistiram em cerca de USD 28 milhões entre 1992 e 2007. Considerando que o Zimbábue recebeu, ao todo, quase USD 3,3 bilhões durante esse período, a ajuda chinesa ao Zimbábue pode ser considerada

negligenciável. Assim, apesar da força da relação diplomática entre os dois países, a APD chinesa tem sido limitada. Há evidências que sugerem que isso se deve à limitada capacidade do Zimbábue de pagar e garantir empréstimos chineses. De acordo com um relatório do Banco Mundial (2008), os empréstimos para o Zimbábue são baseados em termos concessionais substancialmente “mais difíceis” ou menos favoráveis do que aqueles para qualquer outro país africano, com um elemento de doação de menos de 10%. De acordo com a AFRODAD (2007), citando dados do Ministério da Fazenda, até 2007, o governo do Zimbábue tinha acumulado USD 247 milhões em dívidas resultantes de empréstimos devidos à China. De acordo com fontes governamentais-chave da Reserva do Banco do Zimbábue (RBZ) e do Ministério das Relações Exteriores, o Zimbábue tem tentado por anos negociar grandes empréstimos para apoio orçamentário com o governo chinês, mas com limitado sucesso⁸. Apesar de que o país tenha conseguido garantir um fundo de crédito para exportação para equipamentos agrícolas, em apoio ao Programa de Mecanização Agrícola do Zimbábue, de USD 200 milhões do Eximbank em 2007, o governo foi obrigado a colocar algumas de suas mais ricas reservas de platina como garantia (Sutton 2010). Em 2007, a China estendeu outra linha de crédito no valor de USD 58 milhões para máquinas agrícolas, a ser pago em exportações de tabaco (Edinger e Burke 2008). Durante a oitava sessão da Comissão Conjunta China-Zimbábue em 2010, uma série de acordos bilaterais foi proposta. No início de 2011, foi divulgado que o Banco de Desenvolvimento da China estava considerando investir USD 10 bilhões nos setores de mineração, agricultura e energia no Zimbábue (Banya 2011). O governo do Zimbábue também está debatendo se assina um fundo de financiamento de USD 3 bilhões, oferecido pelo Eximbank da China, tendo como alvo os setores agrícola e de fabricação de fertilizantes, em troca dos direitos sobre alguns de seus depósitos de platina (Muleya 2011).

7 Em 2000, duas negociações de armas de pequeno porte foram concluídas, uma em troca de oito toneladas de marfim e outra por USD 65,9 milhões (Nuclear Threat Initiative 2004, Taylor 2008). Em 2004, a China vendeu ao Zimbábue USD 240 milhões em armas, incluindo 12 aviões de combate e 100 veículos militares (Taylor 2008). Entre 2005 e 2007, a China forneceu ao Zimbábue, pelo menos, USD 28 milhões de armas convencionais (Brautigam 2009) e, talvez mais controversamente, pouco antes das eleições, em 2008, um grande carregamento de munição (Michel e Beuret 2009).

8 Por exemplo, várias visitas teriam sido feitas à China para negociar um contrato de empréstimo de USD 5 bilhões. No entanto, o acordo nunca se concretizou, uma vez que a China ofereceu o empréstimo em termos exclusivamente comerciais (por exemplo, não concessionários). Quando Mugabe viajou para Pequim em 2005, para pedir ajuda para lidar com a escassez de divisas e a escassez de combustível do país, ele recebeu apenas USD 6 milhões para importações de grãos (Ploch 2008).

Do ponto de vista regional, pode-se ver uma clara preferência por empréstimos ao invés de ajuda nas ações chinesas de apoio ao desenvolvimento. Onde o risco de reembolso é limitado, esses empréstimos podem ser realizados em termos altamente concessionais. No entanto, há também evidências de que os financiadores chineses estão dispostos a negociar em ambientes incertos, em troca de acesso a recursos ou colaterais garantidos por recursos. Não está claro até que ponto os níveis de financiamento, tipo de projeto ou de concessionalidade de empréstimos também são usados como mecanismos para garantir o acesso a matérias-primas. Muitos desses empréstimos são amarrados, condicionados à contratação de empresas chinesas. Quanto ao alinhamento da ajuda com políticas oficiais e mecanismos de prestação de ajuda, a tendência a preferir apoio baseado em projetos mina os esforços nacionais e globais para alinhar a APD com as prioridades nacionais de desenvolvimento e monitorar melhor os investimentos dos doadores. Tanto na Zâmbia quanto em Moçambique, a embaixada chinesa não tem sido vista por outras embaixadas (predominantemente europeias) como um participante ativo nos mecanismos de coordenação dos doadores. Além disso, com ambos os subsídios e empréstimos, tendendo a ser condicionais e com limitada divulgação pública dos termos de acordo, a capacidade de garantir que a ajuda chinesa esteja alinhada com as políticas oficiais e as prioridades de desenvolvimento fica comprometida (AFRODAD 2008).

5.2.2 Comércio

O governo chinês e os governos dos três países focais têm buscado ativamente o comércio bilateral. Embora a contribuição dos países focais para as importações chinesas seja relativamente pequena, a China representa um importante destino comercial para as exportações regionais. Esta seção relata a situação do comércio bilateral para cada um dos três países estudados.

Moçambique

O comércio bilateral entre Moçambique e a China tem apresentado um aumento acentuado e constante durante a última década, para a maioria dos produtos. As importações moçambicanas da China são dominadas por produtos manufaturados (veículos e peças, aparelhos elétricos e artigos de ferro e aço), enquanto as importações chinesas de Moçambique consistem principalmente em toras, gergelim e madeira, seguidos por proporções menores de vários minérios e seus concentrados (Figura 3).

A composição forte e crescente de toras não processadas em relação à madeira processada é particularmente notável, devido ao requisito de que as concessionárias de madeira processem o produto antes da exportação, conforme previsto na Lei de Florestas e Vida Selvagem de 1999 e nos regulamentos de 2002, que tornaram ilegais as exportações de toras para muitas das espécies mais procuradas. A exportação de toras em estado bruto para a China tem sido objeto de crescente

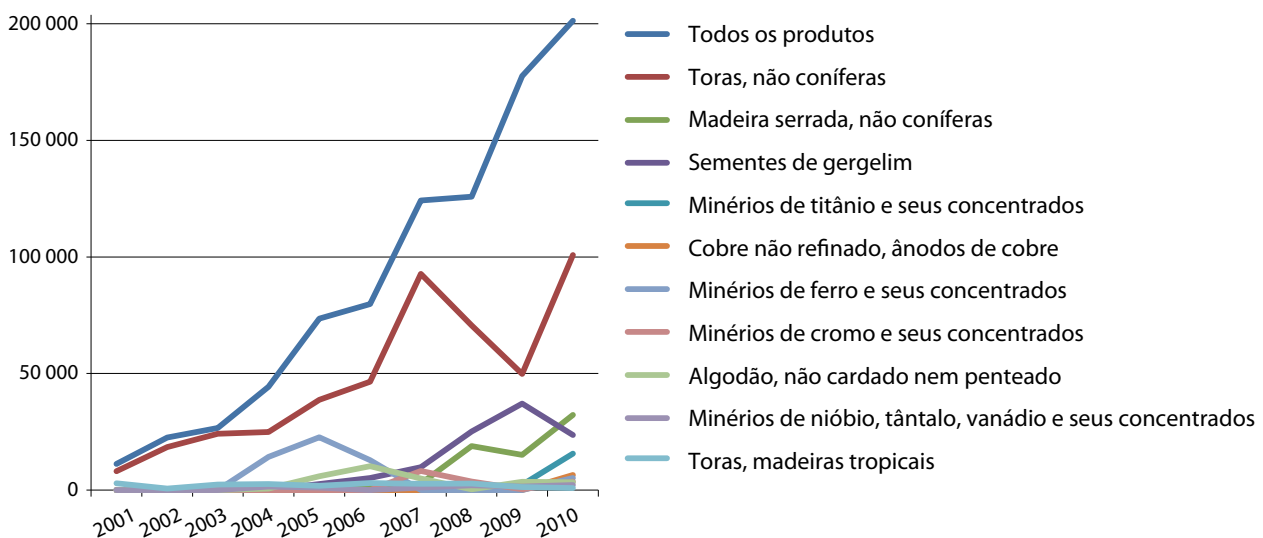


Figura 3. Dez principais produtos moçambicanos exportados para a China em termos de valor, 2001-2010 (mil USD)

Fonte: UN Comtrade

preocupação da sociedade civil e vários relatórios de pesquisa sugerem que a prática é insustentável (Mackenzie 2006, Mackenzie e Ribeiro 2009, Ribeiro e Nhabanga 2009). O acentuado declínio nas exportações de toras em 2007 está supostamente relacionado a uma regulamentação que entrou em vigor em junho de 2007, a qual exige que a maioria dos exportadores exporte madeira serrada. No entanto, como evidenciado pelo aumento menos significativo nas exportações de madeira serrada e do rápido aumento no número de toras não processadas em 2010, muitos exportadores simplesmente armazenaram suas toras ao invés de investir no seu processamento. Essa dinâmica é explorada com mais detalhes no panorama do setor florestal apresentado abaixo.

Zâmbia

As exportações da Zâmbia para a China aumentaram acentuadamente nos últimos anos, de apenas USD 47,8 milhões em 2003 para USD 2,5 bilhões em 2010. Em 2009, a China ultrapassou a África do Sul como o segundo maior mercado de exportação da Zâmbia, depois da Suíça (o que representa quase a metade das receitas da Zâmbia com exportação). Com cerca de 94% das receitas de exportação da Zâmbia para a China derivadas de produtos de cobre, as relações comerciais da China com a Zâmbia são definidas quase que exclusivamente pelas exportações de minerais (Figura 4). Isso reflete os padrões mais amplos nas exportações da Zâmbia; antes e desde a independência, a Zâmbia tem sido altamente

dependente do cobre para sua receita em divisas estrangeiras. Apesar da menor importância em termos de valor de exportação, outros produtos importantes exportados para a China incluem cobalto (2,3%), tabaco (1,1%) e, desde 2010, manganês e níquel (0,9% cada).

Zimbábue

Com exceção de 2010, as exportações do Zimbábue para a China ainda não experimentaram as fortes tendências de crescimento vistas em Moçambique e na Zâmbia (Figura 5). No entanto, a China continua a ser um importante mercado de exportação para o país, com a proporção do total das exportações para a China, variando de 2% a 18% nos últimos anos. O forte aumento no valor das exportações em 2010 é atribuído quase exclusivamente aos produtos de cromo.

A dependência mais forte no mercado chinês é evidente nos setores de tabaco, algodão e cromo (minério de cromo e ferro cromo). As exportações de tabaco para a China têm sido particularmente importantes. Entre 2001 e 2010, em média, 46% das exportações de tabaco do Zimbábue foi para a China, constituindo aproximadamente 76% de toda a receita de divisas da China durante esse período.

Para resumir, a partir de uma perspectiva regional, o comércio sino-africano é altamente variável, com o setor da madeira (predominantemente toras não processadas) dominando as exportações de

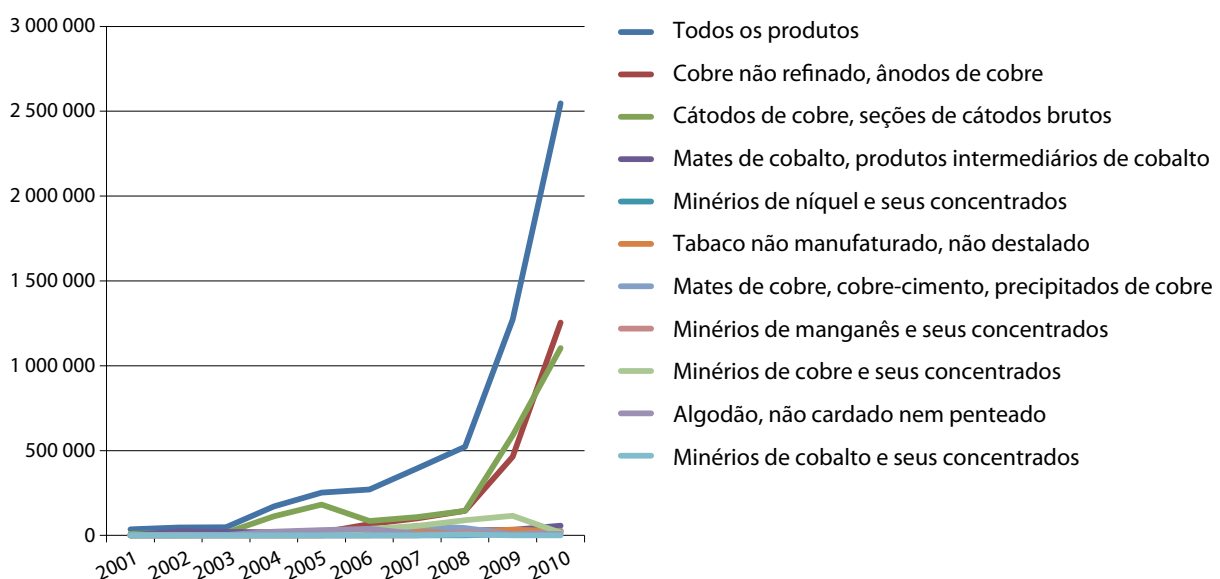


Figura 4. Dez principais produtos da Zâmbia exportados para a China em termos de valor, 2001-2010 (mil USD)

Fonte: UN Comtrade

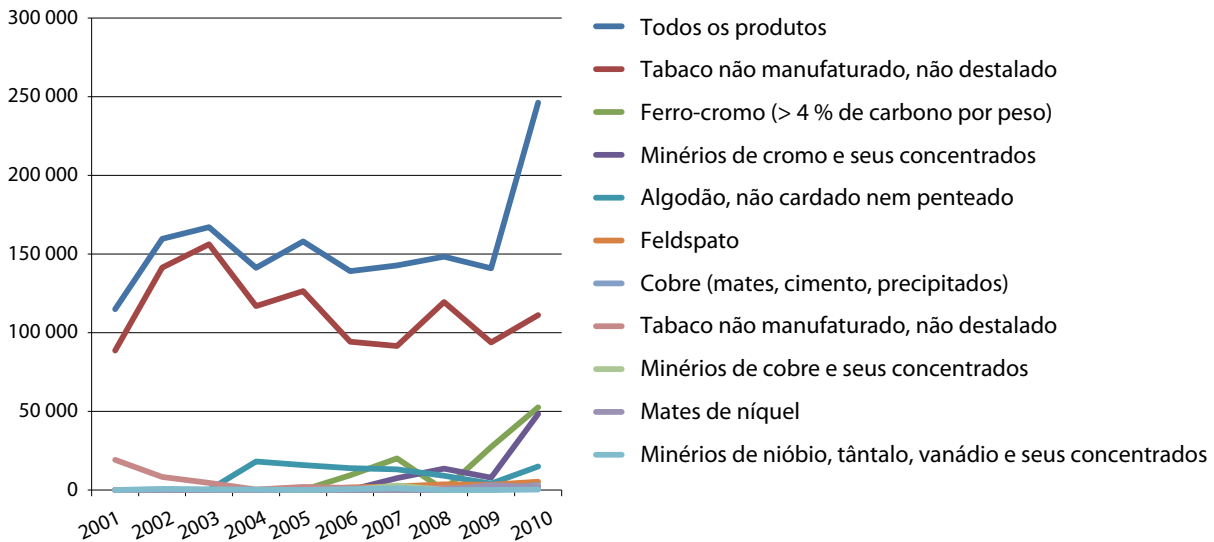


Figura 5. Dez principais produtos do Zimbábue exportados para a China em termos de valor, 2001-2010 (mil USD)

Fonte: UN Comtrade

Moçambique, da mineração (principalmente o cobre), dominando as exportações da Zâmbia e da agricultura (sobretudo o tabaco), dominando as exportações do Zimbábue. Em cada caso, o comércio tem sido dominado por um único produto, com limitada diversificação do comércio observada em Moçambique (todos os setores) e no Zimbábue (no setor de mineração, com foco quase que exclusivamente em produtos de cromo).

5.2.3 Investimento

Os governos da maioria das economias emergentes agora incentivam as empresas locais para “*go global*” (“globalize-se”) (WIR 2008). Eles estão desempenhando um papel cada vez mais ativo, maximizando o apoio financeiro e não financeiro para empresas de mercados emergentes “no processo de concorrência global no qual essas empresas sofrem as desvantagens dos últimos a agir, deficiências em capacidades distintivas e passivos de novidade e estranheza” (Luo et al. 2010: 2). O investimento privado chinês na África tem sido estimulado pela China com a estratégia de “*Going Out*” (“Indo para fora”) ou “*Going Global*” (“Globalize-se”), uma iniciativa lançada em 1999 para promover os investimentos chineses no exterior no contexto de ambições geopolíticas mais amplas da China (Friedberg 2006). As iniciativas subsequentes sob esse quadro político mais amplo ajudaram a solidificar a presença de empresas chinesas no exterior. Por exemplo, o Fundo Chinês de Riqueza foi estabelecido em 2007 pela Cooperação de Investimento Chinês (uma empresa de investimento quase governamental)

para investir uma parte das reservas cambiais da China, a fim de apoiar as empresas que investem no exterior. Financiado com um capital inicial de USD 200 bilhões, o Fundo canaliza financiamento público para as empresas chinesas sob a forma de fundos de crédito e seguros de crédito. Esta seção fornece uma visão geral da situação atual do IED chinês em cada um dos três países focais.

Moçambique

Com base em estatísticas oficiais do Centro de Promoção de Investimentos (CPI), de Moçambique, que inclui todos os setores exceto o de mineração, o IED chinês aumentou acentuadamente no final da década de 2000, atingindo um pico em 2008 (Figura 6)⁹. Sessenta e seis investimentos chineses no valor total de USD 216 milhões foram registrados no CPI entre 2000 e 2010¹⁰. A maioria desses investimentos – tanto em termos do número de projetos (66%) quanto dos níveis

9 Os investidores estrangeiros em Moçambique devem chegar com um investimento mínimo de USD 50.000 do seu próprio capital de investimento. Embora os investidores não sejam obrigados a se cadastrarem na agência de promoção de investimentos, a maioria o faz para ter acesso aos incentivos generosos prestados pela agência. No entanto, essas estatísticas não contemplam muitos comerciantes chineses de pequena escala (AFRODAD 2007).

10 Note-se que os dados do CPI relatam apenas os projetos “registrados”, o que é diferente do número de projetos que são realmente “implementados”. Atualmente, não há um acompanhamento sistemático da execução de projetos em Moçambique, tornando impossível relatar esses números (entrevista do CIFOR com funcionário do CPI sediado em Maputo, 5 de novembro de 2010).

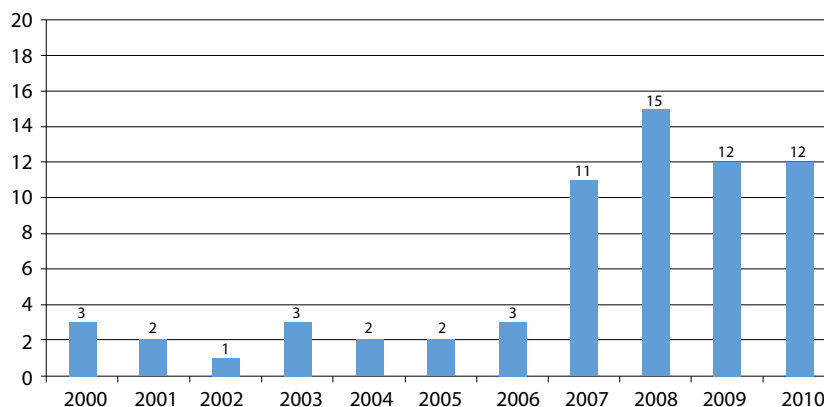


Figura 6. Projetos com base no IED chinês (todos os setores, exceto mineração) em Moçambique, janeiro de 2000 a setembro de 2010

Fonte: Cálculos baseados em dados oficiais do CPI

de investimento de capital – estão concentrados no setor da manufatura (no valor de USD 166 milhões) e correspondem a 77% de todo o capital de investimento chinês registrado entre 2000 e 2010 (Figura 7). A maior parte dos investimentos está registrada na Província de Maputo; sendo que as províncias do norte ricas em florestas (Cabo Delgado, Niassa, Nampula) representaram apenas 1,29% do total do IED chinês, durante o mesmo período. Esse último é orientado principalmente para o setor agroindustrial (por exemplo, o cultivo

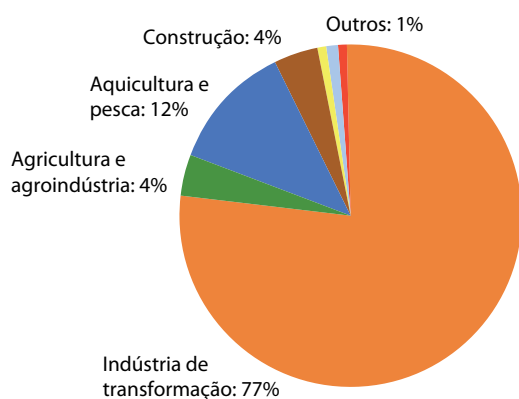


Figura 7. Capital chinês do IED por setores (exceto mineração), janeiro de 2000 a setembro de 2010

Fonte: Cálculos baseados em dados oficiais do CPI

de pinhão-manso e o processamento de madeira). Esse volume de investimentos é interessante, dada a declaração de funcionários da agência moçambicana de investimentos de que a maioria dos investidores chineses está interessada no setor florestal. Assim, o baixo fluxo de investimentos para a silvicultura,

em termos financeiros, não deve ser tomado como indicativo de uma participação limitada no setor, sobretudo levando em conta os investimentos relativamente baixos necessários para participar na indústria madeireira e a tendência entre muitos operadores chineses de trabalhar como comerciantes ao invés de gerentes de concessão, estabelecendo vínculos com os moçambicanos detentores de licenças para a exploração de madeira.

De acordo com funcionários da embaixada chinesa em Maputo, os setores-chave de interesse dos chineses são a mineração (carvão, titânio), tecnologia, agricultura (arroz) e comércio¹¹. As aparentes contradições entre essa afirmação e os dados acima provavelmente refletem as novas tendências do IED chinês, com uma série de novos investidores, mostrando interesse nos setores de mineração e agrícola em resposta aos ativos esforços de promoção de investimentos por parte do Ministério de Minas e do Centro de Promoção da Agricultura (CEPAGRI). Essas tendências setoriais são relatadas nas seções seguintes.

Esforços para estimar a proporção de capital chinês nos investimentos, envolvendo investidores chineses, sugerem que o capital chinês é muito mais dominante no setor florestal do que na maioria dos outros setores (Figura 8). No entanto, estas estatísticas capturam apenas três investimentos chineses no período 2000-2010, o que sugere que grande parte da atividade não foi captada pelas estatísticas oficiais de investimento.

¹¹ Entrevista do CIFOR com funcionários da Embaixada da China em Lusaka, 26 de novembro de 2010.

Zâmbia

Na última década, o IED chinês na Zâmbia tornou-se importante para os dois países. Não só o montante de IED chinês na Zâmbia alcançou pouco mais de 9% do total de USD 9,50 bilhões (MOFCOM 2010, UNCTADstat), como a Zâmbia também se tornou o terceiro destino mais importante do IED chinês na África e o seu maior destino de IED,

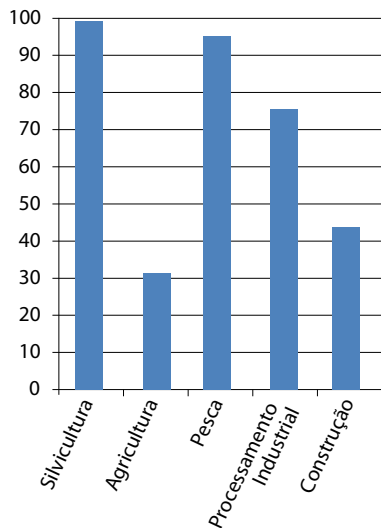


Figura 8. Predomínio do capital chinês em investimentos que envolvem investidores chineses, por setor, de janeiro de 2000 a setembro de 2010

Fonte: Cálculos baseados em dados oficiais do CPI

“excluindo petróleo” (Bastholm e Kragelund 2009). A participação econômica direta da China, como demonstrado pelo comprometimento com o IED, variou de USD 8,8 milhões em 2001 a USD 5,47 bilhões em 2008. Os dados de 2008, no entanto, apresentam uma imagem um tanto distorcida, pois eles são fortemente influenciados por uma única empresa de mineração chinesa, que se comprometeu a investir USD 5,3 bilhões na Zâmbia (o que será discutido com mais detalhes na próxima seção). No entanto, uma tendência ascendente é claramente discernível, com comprometimentos anuais de IED normalmente variando entre USD 10 milhões e USD 20 milhões na primeira metade da década, e entre USD 100 milhões e USD 250 milhões durante a segunda metade. Do total de comprometimentos de IED no período de 2000 a 2009, de USD 13,99 bilhões, USD 6,19 bilhões (44%) foram comprometidos pela China (Figura 9).

Como ilustrado pela Figura acima, os investimentos chineses na Zâmbia estão altamente concentrados, com 98% do valor do IED chinês nesse período, visando aos setores de mineração e de manufatura. No entanto, quando descontados os USD 5,3 bilhões de um único investimento em mineração, a proporção do total do IED chinês direcionado para esses setores cai para 87%: 63% para manufatura e 24% para a mineração. Dito isto, todos os principais investimentos classificados pela Agência de

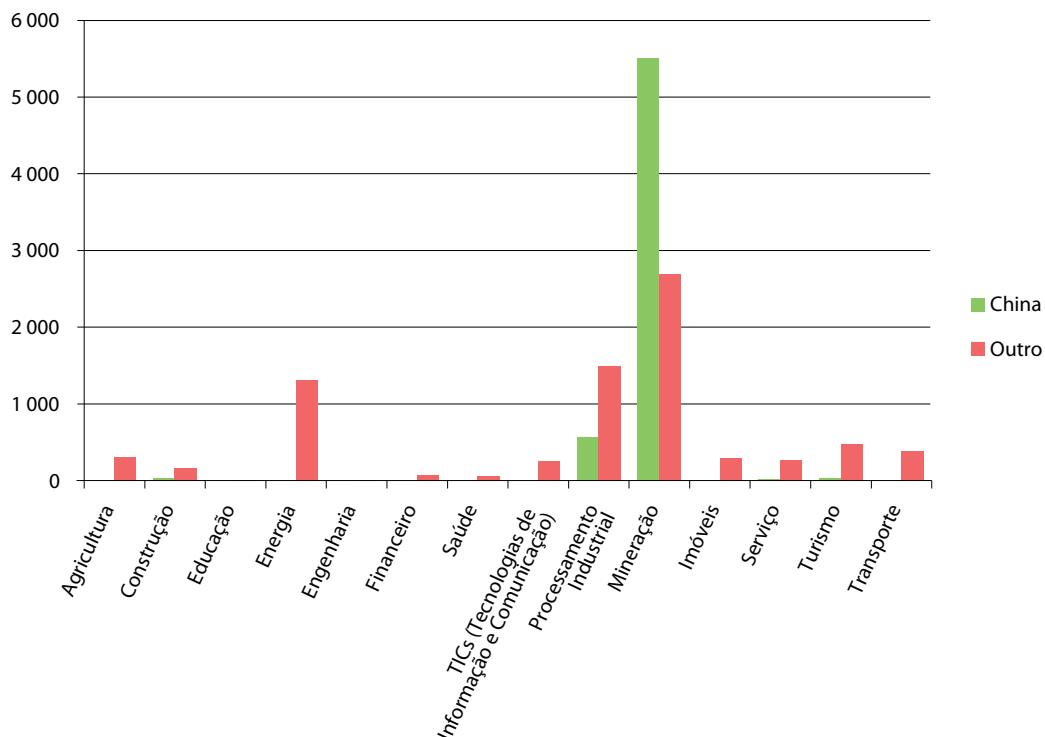


Figura 9. Empenhos de IED por setor, 2000-2009 (milhões de USD)

Fonte: Dados oficiais da Agência de Desenvolvimento da Zâmbia

Desenvolvimento da Zâmbia como “manufatura” são orientados para o processamento mineral, sugerindo uma orientação setorial fortemente distorcida do IED chinês para a indústria da mineração. Embora essas tendências de investimento sejam contrárias ao interesse declarado da Zâmbia na diversificação econômica distanciada de uma economia fortemente dominada pela indústria da mineração, eles têm desempenhado, no entanto, um papel crucial na estabilização da economia e de empregos no setor da mineração na Zâmbia, durante os períodos de recessão econômica.

Zimbábue

Em 2008, o montante do IED chinês no Zimbábue chegou a USD 60,1 milhões, o que representa menos de 4% do montante total de IED do Zimbábue, de USD 1,5 bilhão (MOFCOM 2009, UNCTADstat). Além de representar uma parte relativamente limitada do montante total de IED, o crescimento do IED chinês tem sido muito mais lento do que para os países vizinhos, com um aumento de pouco mais de um ponto percentual desde 2003. O montante do total do IED chinês no Zimbábue é, no entanto, significativamente maior do que para os vizinhos Tanzânia e Moçambique (Figura 10).

5.2.4 Participação da China nos setores de interesse

Esta seção apresenta os resultados relativos à presença chinesa nos três setores prioritários: agricultura, silvicultura e mineração. A Tabela 6 apresenta uma visão geral do envolvimento chinês nesses setores com base em dados de comércio e investimento e no estudo exploratório no país. Para cada setor, a maior parte da análise concentra-se naqueles países e *commodities* para os quais foi encontrada uma participação significativa de empresas ou mercados chineses.

Agricultura

Ao contrário do Zimbábue, onde grandes fazendas pertencentes e manejadas por colonos brancos têm sido uma característica das paisagens rurais por muito tempo, até muito recentemente, fazendas em escala industrial em Moçambique e Zâmbia foram uma rara exceção à regra. Enquanto isso é verdade em Moçambique, onde a guerra limitou o investimento estrangeiro por muitos anos¹², até muito recentemente

12 O setor agrícola de Moçambique continua a ser dominado por produtos tradicionais cultivados principalmente para consumo doméstico (mandioca, milho e arroz) e exportação (açúcar, castanha de caju, algodão, chá).

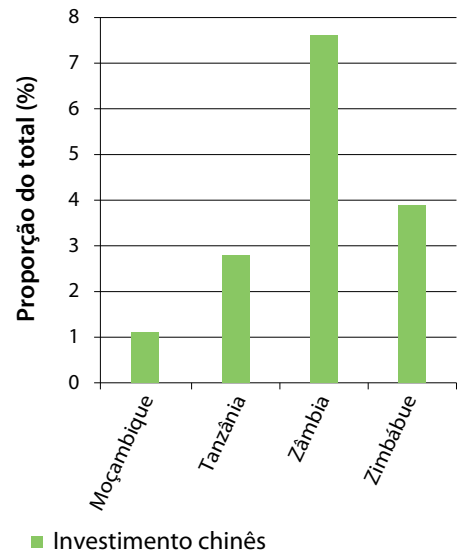


Figura 10. Volume de IED chinês em países ricos em florestas na África Austral, 2008

Fonte: Compilado pelo Ministério do Comércio da República Popular da China (2009); UNCTADstat

a agricultura em escala industrial na Zâmbia também foi caracterizada por apenas algumas poucas grandes fazendas que remontam ao período colonial¹³. No entanto, com o recente êxodo dos fazendeiros brancos do Zimbábue, a maioria dos produtores agrícolas e da produção nos três países continua a ser de pequena escala. Contudo, isso está mudando rapidamente à medida que os agricultores brancos do Zimbábue buscam investir em países vizinhos; vários países embarcam em grandes programas de modernização agrícola; e as autoridades de promoção de investimentos procuram atrair investidores estrangeiros para o setor através de incentivos fiscais e serviços de apoio.

Os investimentos chineses no setor agrícola tendem a ser diversificados, consistindo em iniciativas do setor estatal e privado voltadas para ambos os mercados interno e de exportação. Na Zâmbia, em 2008, 15 fazendas estavam sendo operadas por seis diferentes empresas estatais chinesas, abrangendo uma área de cerca de 10.000 ha (Freeman et al. 2008). Essas incluem duas fazendas administradas pela Corporação Estatal Chinesa de Fazendas e Agronegócio (CSFAC): a Fazenda Amizade China-Zâmbia, que cultivava cevada, milho e soja em 667 ha, para o mercado interno, e a Fazenda

13 Eles incluem uma grande fazenda em Mpongwe (Copperbelt) focada na produção de cereais, uma usina de açúcar em escala industrial na Província do Sul e uma grande propriedade de chá na Zâmbia setentrional que não está mais em operação.

Tabela 6. Setores e *commodities* com um significativo grupo de corporações chinesas ou presença do mercado chinês

Setor	Moçambique	Zâmbia	Zimbábue
Agricultura	Investimento muito limitado na produção. Envolvimento primário no comércio de gergelim. Vários novos investimentos em pinhão-manso.	Investimento na produção restrito ao algodão e recentes aquisições de terras para pinhão-manso. A China tornou-se recentemente o maior importador de tabaco da Zâmbia, a segunda mais importante <i>commodity</i> não-mineral de exportação do país.	Envolvimento extensivo nos setores de exportação agrícola mais importantes do Zimbábue (tabaco e algodão), em grande parte através de esquemas de produção agrícola por contrato gerenciados por empresas chinesas.
Silvicultura	Até recentemente, investimento limitado em concessões e processamento. Importante papel no comércio, com foco em madeira não processada.	Formalmente um ator secundário, mas de presença significativa na Província Oeste (detentor de 2 das 12 licenças de concessão e fornecedor de adiantamento financeiro para operadores de serrarias).	Não há indícios de participação de empresas chinesas ou de outras empresas estrangeiras no setor florestal.
Mineração	Presença formal muito limitada, até recentemente. Empresa estatal recentemente comprou participação de 40% em um grande projeto de carvão. Recente onda de licenças de prospecção. Evidências informais sobre o comércio ilegal de pedras preciosas.	Importante ator na produção, processamento e comércio de cobre (o pilar da economia da Zâmbia).	O maior ator na mineração e processamento de minério de cromita. Envolvimento extensivo na exploração de diamantes de aluvião. Acordos recentes assinados para a mineração de platina, níquel e cobre.

Amizade Jhonken, uma das maiores fazendas da China na África com 3.500 ha (Freeman et al. 2008, Bastholm e Kragelund 2009, Spring 2009). Com todas as fazendas supostamente abastecendo o mercado interno, alguns argumentam que os investimentos chineses em áreas onde zambianos têm ampla capacidade apenas deslocam a produção de proprietários da Zâmbia (Hare 2007, McGre al. 2007)¹⁴. Em Moçambique, o governo chinês doou um centro de demonstração de tecnologias agrícolas no valor de USD 55 milhões e 12% dos investimentos chineses registrados entre 2000 e 2010 estão no setor agrícola, principalmente em avicultura, arroz e pinhão-manso (Ilhéu 2010, dados oficiais do CIP). Esta seção concentra-se nas *commodities* que apresentam maior destaque no comércio e investimento chinês no setor. Elas incluem algodão e tabaco (Zâmbia e Zimbábue), dois dos cultivos comerciais tradicionais da região, e as exportações dos cultivos não tradicionais de gergelim (Moçambique) e pinhão-manso (Moçambique e Zâmbia).

Algodão

Embora o algodão tenha sido cultivado predominantemente por grandes agricultores comerciais antes da independência no sul da África, ele é agora largamente cultivado por pequenos agricultores, com o apoio financeiro e técnico de empresas de fiação de algodão. O cultivo, portanto, fornece uma importante fonte de renda monetária para milhares de pequenos produtores. Esse fator, combinado com a capacidade do setor de capturar partes crescentes do comércio global, levou uma fonte a declarar que o algodão é uma “rara história de sucesso econômico” para a região, apesar das evidências de que o algodão, também, trouxe alguns custos sociais e ambientais (Monela et al. 2005, Tschirley et al. 2006). No Zimbábue, os esforços articulados do governo para integrar os pequenos agricultores marginalizados no sistema de comercialização agrícola permitiram que os produtores de algodão em pequena escala pudessem tomar a liderança na produção. Na Zâmbia, uma única empresa estatal, LINTCO, dominou o setor de algodão de 1977 a 1994, depois disso ela foi privatizada e vendida a duas empresas privadas com

14 Entrevista do CIFOR com o ZNFU, novembro de 2010.

interesses regionais no algodão. Um modelo de integração foi o modo de produção predominante em ambas as fases, com financiamento antecipado para aquisição de insumos e extensão rural e com compra a um preço fixo (Tschirley e Kabwe 2010). Em Moçambique, a empresa paraestatal que dominava o setor de algodão foi liquidada em 1986, após o colapso do setor durante a guerra civil, e foi substituída pelo empreendimento conjunto de quatro empresas consorciadas que operam sob um modelo de “concessão” na Província de Nampula (Boughton e Tschirley 2006). Em cada país, as reformas econômicas do setor levaram a uma mudança gradual a partir de um pequeno número de empresas que dominavam o processamento e a comercialização de algodão para uma maior diversificação. Embora oferecendo mais opções de comercialização aos agricultores, a desenfreada venda paralela e o calote de dívidas que resultaram contribuíram para um alto nível de instabilidade na indústria (Tschirley e Kabwe 2010). Os três países estão tentando regulamentar o setor para criarem “as regras do jogo”, as quais todos os atores devem obedecer.

Embora a demanda da China pelo algodão da região, no passado, tenha sido modesta (Figura 11), as empresas chinesas têm tido um papel determinante no setor do algodão do Zimbábue. Até 2006, a China foi responsável por uma parte considerável das exportações da Zâmbia e o algodão continua a ser o terceiro produto com maior valor exportado por Moçambique para a China. A crescente presença da China no setor é impulsionada pelo déficit de produção na China e pelo cada vez mais

restrito acesso da China aos mercados de algodão de fornecedores tradicionais. Em abril de 2010, por exemplo, a Índia adotou uma série de medidas para atender a crescente demanda de algodão de seu próprio setor têxtil, tornando-se um fornecedor menos confiável para a China (NCC 2010). Em grande parte devido à má colheita de algodão na China resultante das enchentes de 2010, em 2011 o algodão alcançou o maior preço em 150 anos, enquanto a China buscou atender o déficit de produção doméstica (Cancryn e Cui 2010, Cotlook 2011).

O governo e as empresas privadas chinesas têm estado envolvidos com a indústria têxtil e de algodão na Zâmbia por vários anos. Em 2003, o Grupo *Qindao Textile Holdings* criou a Companhia de Algodão de Chipata, a qual operava duas empresas de fiação que em 2006 eram abastecidas por 40.000 produtores de algodão contratados (Chipata Cotton Company 2011). A participação da *Qindao Textile* no setor de algodão na Zâmbia começou em 1997, quando ela começou a operar o Empreendimento Conjunto Zâmbia-China Mulungushi (ZCMT), em Kabwe, com o apoio financeiro do governo chinês. A fábrica têxtil foi construída pelo governo chinês em 1983 e cresceu até se tornar a maior empresa têxtil na Zâmbia, mas depois fechou suas operações em 1994, devido a crescentes pressões competitivas de produtos asiáticos, mais baratos; demitindo no processo cerca de 1.000 trabalhadores (People Daily 2003). Apesar dos significativos investimentos realizados pela *Qindao Textile* para revitalizar a fábrica e os esforços para transformar o seu complexo em um

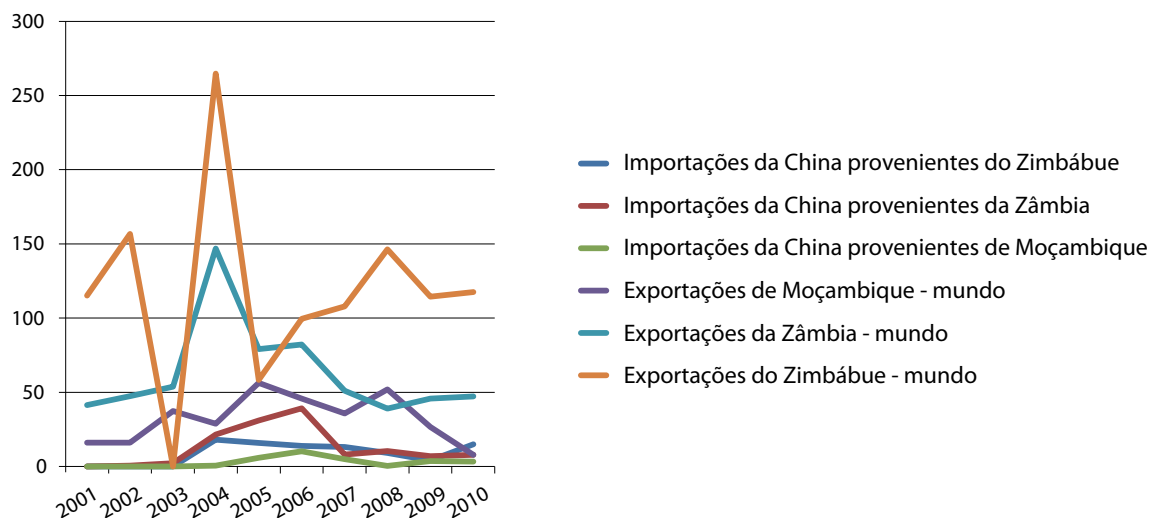


Figura 11. Exportações de algodão para a China e para o mundo, em termos de valor (milhões de USD)

Fonte: UN Comtrade

parque industrial orientado para a exportação, em 2007, a fábrica foi novamente fechada por causa da baixa rentabilidade (Carmody 2009, Kapekele 2010). Além de demissões, o fechamento da fábrica contribuiu para a queda da Companhia de Algodão de Chipata, que estava suprindo a fábrica com insumos. Sendo que a Companhia de Algodão de Chipata exportava toda sua produção excedente de algodão para a China, seu fechamento também fez com que o comércio de algodão entre a Zâmbia e a China estancasse.

No caso do Zimbábue, a participação de empresas chinesas no setor é muito recente e politicamente turbulenta. Em 2009, o governo emitiu o Instrumento Estatutário 142 que exige que empresas de descaroçamento de algodão estabeleçam acordos de contratos anuais com os produtores (e pré-financiem todo o algodão que compram), como forma de frear a venda endêmica paralela realizada pelos produtores de algodão. Na temporada de 2009/2010, os fornecedores de algodão resistiram ao que eles viam como um preço sazonal injusto de USD 0,30 por kg, sendo oferecido por comerciantes de algodão, o que fez com que um grande número de agricultores retivesse seu produto. Duas empresas chinesas, *Sino-Zimbabwe Holdings* e *Sinotex United Corporation*, entraram no mercado durante esse impasse através da compra de algodão dos agricultores contratados por outras empresas de descaroçamento, a preços de até USD 0,50 por kg (Goko 2010). A empresa *Sino-Zimbabwe Holdings* foi particularmente ativa, criando um grande número de pontos de compra em todo o país e adquirindo cerca de 9% da colheita do ano. Enquanto isso violava as disposições legais do Instrumento Estatutário 142, os esforços da Associação dos Descaroçadores de Algodão (CGA) para levar o caso ao Supremo Tribunal e para Mugabe em pessoa, encontraram limitado sucesso por causa de supostas preocupações sobre o apoio público a ZANU-PF e pela natureza estratégica das relações China-Zimbábue. Desde então a empresa *Sino-Zimbabwe Holdings* tornou-se uma descaroçadora registrada e membro da CGA (CGA 2010), registrando 180.000 agricultores – quase 14% da população rural. Ambas as empresas *Sino-Zimbabwe Holdings* e *Sinotex United Corporation* parecem estar envolvidas na política do Zimbábue, com a milícia ZANU-PF, supostamente exigindo que os agricultores que desejem ser contratados pela *Sino-Zimbabwe Holdings* filiem-se ao partido; e com a *Sinotex United*, assinando um acordo para exportação de algodão com o governo do Zimbábue, cujos termos não foram divulgados

(Mhizha 2010). Embora o impacto ambiental derivado da participação chinesa no setor não possa ser confirmado, o grande número de agricultores que a *Sino-Zimbabwe Holdings* registrou irá, sem dúvida, exigir um aumento significativo na área de cultivo de algodão. Como muitos agricultores estarão iniciando atividades no setor e, provavelmente, estarão relutantes a abandonarem completamente as culturas de subsistência, alguma expansão de área para o cultivo provavelmente deverá ocorrer às custas das florestas.

A extensão da participação da China na produção de algodão em Moçambique é incerta. No entanto, dado os baixos volumes de exportação de algodão para o mercado chinês e relatos de agricultores, abandonando o cultivo de algodão em troca do florescente comércio de gergelim com a China, espera-se que a presença chinesa no setor seja mínima.

Tabaco

O cultivo de tabaco na Rodésia (atualmente Malawi, Zâmbia e Zimbábue) pode ser rastreado até a década de 1890, quando foram feitos esforços pioneiros para cultivar diferentes variedades da planta como uma cultura comercial (Rubert 1997). Leis e políticas promulgadas durante o período colonial em toda a África Austral tornaram o cultivo comercial um direito exclusivo dos colonos brancos em terras tituladas (Misana et al. 1996, Poulton et al. 2007, World Bank 2005). Reformas de mercado promulgadas no Malawi em 1980 e 1990, e a reforma agrária no Zimbábue no início de 2000, levaram a um afluxo de agricultores de pequena escala para o setor. Isso resultou em uma redução no número de grandes propriedades e pequenos proprietários, contribuindo para o aumento na proporção da produção total (Mandondo et al. em prep.).

A relação entre a expansão e processamento do tabaco e o desmatamento está bem estabelecida. Estima-se que o tabaco seja responsável por 5% do desmatamento na África; e um número estimado de 200.000 ha de florestas é cortado anualmente para apoiar a produção de tabaco na África Austral, o que corresponde a cerca de 12% do desmatamento na região (Geist 1997). De acordo com uma estimativa, das perdas de cobertura florestal global associadas ao tabaco, 38% são atribuídas ao desmatamento em novas terras para cultivo; 42% devido à necessidade de lenha; 8% porque os agricultores abandonam antigas áreas e buscam novas terras; e os restantes 12% para atender às demandas para embalagem de

cigarros (World Bank 1997). A secagem do tabaco pode ser realizada por meio de combustão ou através de cura, com o primeiro método. usando cerca de 4,6% mais madeira do que o segundo, devido à utilização intensa de madeira para combustível e para a construção de galpão (Mandondo et al. em prep.).

As importações chinesas de tabaco não processado têm aumentado dramaticamente nos últimos anos (Figura 12), com o crescimento a partir de 2004, após uma redução nas taxas de importação de 40% para 10%, em resposta às diretrizes acordadas na OMC (Parker 2007). A subsequente reestruturação do setor ao longo da década de 2000, em uma tentativa de consolidar as empresas existentes em algumas grandes

corporações e melhorar a qualidade do produto, estimulou ainda mais as importações e o valor das exportações, mantendo os volumes de exportação relativamente estáveis (Figura 12). Embora não esteja clara que proporção desse aumento pode ser atribuída às gigantes corporações ocidentais de tabaco que operam na China, o acesso aos mercados de fabricação doméstica continua limitado por causa de um alto nível de regulamentação do setor e por um monopólio controlado pela Corporação Nacional Chinesa de Tabaco (CNTC) e pela Administração Estatal do Monopólio do Tabaco (Parker 2007). No entanto, contratos para consórcios de fabricação foram recentemente estabelecidos entre a *Philip Morris* e a Corporação Nacional Chinesa de Tabaco e

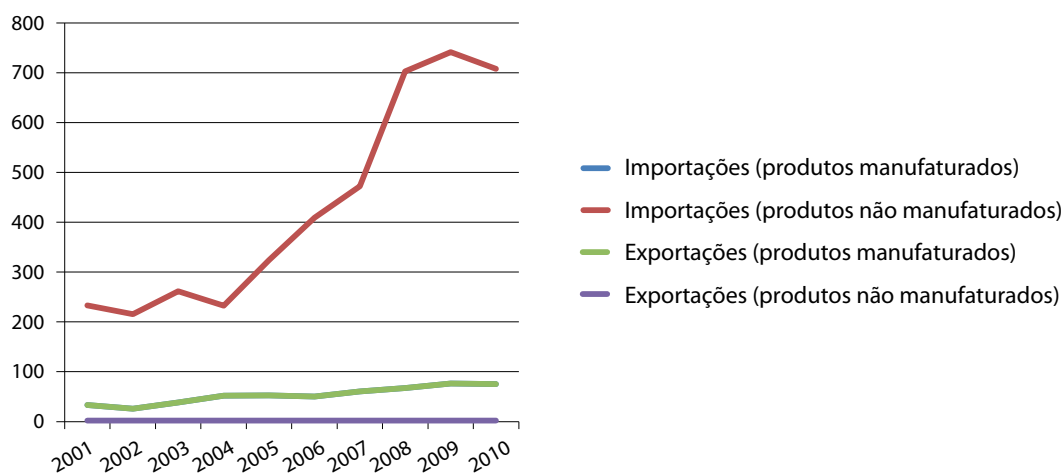


Figura 12. Importações e exportações chinesas de folhas de tabaco manufaturadas e não manufaturadas, em termos de valor, 2001-2010 (milhões de USD)

Fonte: UN Comtrade

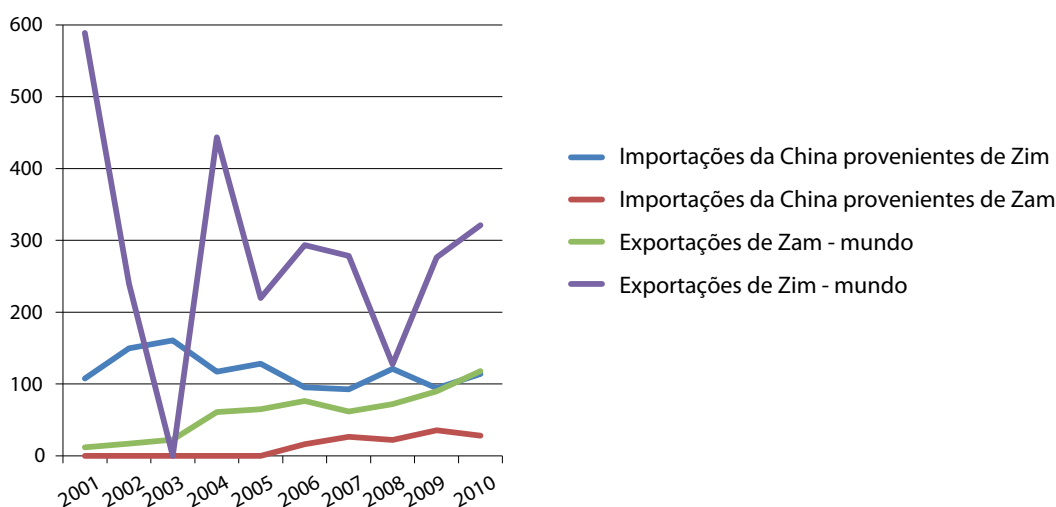


Figura 13. Exportações de tabaco para a China e para o mundo, em termos de valor, 2001-2010 (milhões de USD)

Fonte: UN Comtrade

entre fabricantes de tabaco sediados no Reino Unido e corporações chinesas¹⁵.

O comércio de tabaco entre os países focais e a China tem oscilado (Figura 13)¹⁶. Durante a última década, não foram registradas exportações de Moçambique e apenas exportações mínimas da Zâmbia. Portanto, após uma breve discussão sobre a Zâmbia, a maior parte desta seção é dedicada ao Zimbábue, com o qual as autoridades aduaneiras chinesas registraram importações de tabaco relativamente estáveis, no valor de USD 100 a 150 milhões por ano ao longo da última década.

O tabaco é atualmente a única das grandes *commodities* agrícolas exportadas da Zâmbia para a China, sendo que nos últimos anos a China tornou-se o maior importador de tabaco da Zâmbia. Contudo, apesar da importância dessa relação comercial, nenhuma evidência foi encontrada de participação direta chinesa na produção, seja por meio de propriedade agrícola ou contratos de cultivo. O rápido aumento na produção de tabaco na década de 2000 provavelmente não ocorreu em função do aumento da demanda chinesa, mas de um influxo de agricultores comerciais brancos do Zimbábue deslocados de suas terras, como resultado das reformas agrárias em 2000-2003¹⁷. Após o início do comércio entre os dois países, em 2006, a crescente influência do mercado chinês ficou patente quando a China capturou 40% das exportações da Zâmbia em 2009. Para um cultivo que traz retornos elevados para os pequenos agricultores, é provável que o comércio de tabaco seja uma ajuda extraordinária para os meios de subsistência dos 18.000 agricultores envolvidos e para as outras 432.000 pessoas cujas vidas dependem

15 Tobacco International Journal (2008).

16 Esses dados devem ser interpretados com cautela, dada a divergência entre as estatísticas oficiais divulgadas por países exportadores e importadores. Com a China muitas vezes relatando valores de importação muito mais elevados do que os países exportadores, a informação acima é mais um indicativo do papel relativo do mercado chinês do que dos valores de exportação de per se. No caso do tabaco, as estatísticas sobre as importações chinesas revelam valores de importação de 4 a 31 vezes maiores do que os valores das exportações relatados pela Zâmbia e de 2 a 13 vezes maiores do que aqueles relatados pelo Zimbábue para o período 2001-2009. Se as estatísticas das importações chinesas podem ser assumidas como mais precisas, as receitas de exportação da Zâmbia provenientes do seu comércio de tabaco com a China chegam a até USD 35,7 milhões (em 2009) e as do Zimbábue alcançam USD 128 milhões (com um pico em 2005).

17 Entrevista do CIFOR com o Sindicato dos Agricultores do Zimbábue (ZFU), 3 de novembro de 2010.

de uma forma ou de outra dessa cultura (Gumbo 2010)¹⁸. O crescimento constante das exportações de tabaco da Zâmbia sugere que o cultivo também está contribuindo positivamente para alcançar os objetivos da política de diversificação econômica e de exportações da Zâmbia.

Em contraste com Moçambique e Zâmbia, o tabaco foi o estio da economia do Zimbábue durante as décadas de 1980 e 1990. O setor foi historicamente caracterizado por uma elevada concentração de grandes empresas comerciais e, assim, também por práticas de cultivo relativamente intensivas e de alta produtividade. Como consequência da expropriação de terras de agricultores comerciais brancos de grande escala no início de 2000, a produção de tabaco caiu e, apesar do aumento da produção nos últimos anos, o país tem sido incapaz de restaurar a antiga produtividade e os níveis de produção. Comerciantes de tabaco, previamente acostumados a comprar tabaco através do sistema de leilão do Zimbábue, lentamente passaram a operar contratos agrícolas, a fim de poder exercer maior controle sobre a quantidade e a qualidade do tabaco adquirido. O Sindicato dos Agricultores do Zimbábue (ZFU) e o Conselho da Indústria e do Comércio do Tabaco (TIMB) foram fundamentais para forjar novas ligações entre comerciantes (em grande parte, multinacionais) e agricultores de pequena escala. Na época da safra 2009/2010, 51.700 agricultores tinham sido cadastrados como produtores de tabaco e o cultivo de tabaco estava firmemente impulsionado por pequenos produtores.

Entre 2001 e 2010, em média, 42% das exportações de tabaco do Zimbábue foram para a China, o que constitui aproximadamente 76% de todas as divisas cambiais provenientes da China durante aquele período. A empresa chinesa *Tian Ze* foi a terceira maior compradora de tabaco no Zimbábue em 2010, representando 15% das vendas depois da *Northern Tobacco* (com 22%) e da *Zimbabwe Leaf Tobacco* (com 21%). A empresa *Tian Ze* é totalmente controlada pela estatal chinesa do monopólio do tabaco, a Corporação Nacional Chinesa de Tabaco (CNTC), a maior fabricante de cigarros do mundo. A empresa *Tian Ze* apenas iniciou suas operações no mercado do Zimbábue em 2007 e atualmente adquire folhas de tabaco através de agricultores contratados e leilões. A empresa rapidamente construiu uma posição dominante no mercado,

18 Ver também <http://zambianchronicle.com/?p=6655> (2 de março de 2011).

com o rápido aumento de compras de tabaco de produtores contratados (TIMB 2010). Enquanto a maioria dos compradores tipicamente envolve os pequenos agricultores, ao longo dos últimos anos a *Tian Ze* tem mostrado uma preferência para lidar com um número menor de produtores do tabaco, mas que operam em grande escala. Em 2010, a empresa contratou apenas 150 agricultores, o que implicaria que cada um cultivasse uma média de 35 ha de tabaco (supondo uma produtividade similar a do setor) – consideravelmente mais do que a área média de 1,3 ha. Supostamente, como a *Tian Ze* está interessada apenas na chamada “folha de tabaco cor de limão” (geralmente, preferida na China), que cresce apenas em certas condições, a empresa prefere contratar agricultores que têm a capacidade (técnica) de atender às suas necessidades. De acordo com o ex-embaixador do Zimbábue na China, a empresa não estava inicialmente interessada em investir no cultivo do tabaco no Zimbábue e o governo teve que oferecer “incentivos adequados” para firmar o acordo¹⁹. Em 2007, o mesmo ano em que a *Tian Ze* iniciou suas operações, o Zimbábue estabeleceu um acordo de permuta de tabaco com a China. A China forneceu USD 25 milhões em máquinas agrícolas para substituir o equipamento danificado quando as fazendas de proprietários brancos foram tomadas, em troca de 30 milhões de quilos de tabaco. De acordo com o Ministério da Agricultura do Zimbábue, o acordo teria duração de cinco anos (Reuters 2007). Embora os detalhes do acordo permaneçam obscuros, é possível que o envolvimento da *Tian Ze* com o setor esteja ligado a esse acordo, vez que declaradamente a empresa *Tian Ze* planejou estar ativa no Zimbábue apenas durante o período de cinco anos correspondentes à duração do contrato²⁰.

Em outro acordo de permuta de tabaco proposto, a Corporação Nacional Chinesa de Aerotecnologia, Importação e Exportação (CATIC) deveria fornecer equipamentos à Companhia de Fornecimento de Eletricidade do Zimbábue (ZESA) em troca de tabaco. No entanto, o negócio não vingou porque a ZESA não conseguiu levantar o capital necessário para financiar as compras de tabaco (Brautigam 2009). O único comprador chinês que regularmente adquire tabaco no Zimbábue é a empresa *Golden Driven Investments* (GDI), sediada em Hong Kong. Ela opera a uma escala significativamente menor do

que a *Tian Ze* e adquire o produto exclusivamente através de contratistas, ao invés de optar por participar de leilões.

Embora as duas empresas chinesas sejam diretamente responsáveis por apenas 17% do tabaco total comprado em 2010, as estatísticas oficiais indicam que 35,4% da produção total de tabaco em 2010 foi exportada para a China²¹. Embora alguns comerciantes exportem de forma independente para a China, tem sido amplamente afirmado que muitos compradores que operam em leilões realizam compras em nome da empresa *Tian Ze*. Alega-se que uma certa quantia de fixação de preços ocorre, e tanto os vendedores quanto os compradores se queixam de que o comportamento de compra da *Tian Ze* levou a desequilíbrios de mercado por ditar os preços no início da temporada de comercialização (Sandu 2010)²². Por exemplo, eles estariam buscando preencher uma cota predeterminada e parar de comprar uma vez que essa quota fosse alcançada. Sendo que a *Tian Ze* é capaz de superar outros comerciantes, os preços no início da temporada eram anormalmente elevados, caindo rapidamente, depois que a empresa parou de comprar (TIMB 2010a). Os entrevistados na TIMB argumentam que, dado que a *Tian Ze* é essencialmente uma empresa de tabaco verticalmente integrada (sendo uma subsidiária da CNTC), ela não precisa ter lucro com a venda de tabaco não manufaturado, tornando a concorrência com a empresa mais difícil para outros comerciantes. Não está claro se isso tem alguma influência sobre os benefícios econômicos para o Estado, mas é provável que seja favorável para os produtores de tabaco do Zimbábue.

Com base nas informações disponíveis, é difícil dizer algo de conclusivo sobre os impactos econômicos e ambientais da crescente presença chinesa no setor do tabaco no Zimbábue. Enquanto a China tem sido historicamente um dos principais parceiros comerciais do Zimbábue para o tabaco, foi só nos últimos dois anos que a China envolveu-se diretamente no cultivo de tabaco, arrematando agricultores através de contrato. Sem dúvida, essa tem sido uma contribuição importante para expandir a capacidade de produção de tabaco do Zimbábue. E provavelmente é a principal força motriz por trás

19 Entrevista do CIFOR com o Ministério das Relações Exteriores, 18 de novembro de 2010.

20 Entrevista do CIFOR com o Conselho da Indústria e do Comércio de Tabaco (TIMB), 4 de novembro de 2010.

21 Em uma entrevista (4 de novembro de 2010), um representante da TIMB estimou o domínio comercial da China como sendo de pelo menos 40%.

22 Entrevista do CIFOR com o Sindicato dos Agricultores do Zimbábue (ZFU), 3 de novembro de 2010.

do aumento de mais de 20% das exportações para a China em 2010. Da mesma forma, a capacidade da *Tian Ze* de oferecer preços acima do mercado, provavelmente, só beneficiará o Zimbábue. No entanto, com a *Tian Ze* alegando estar disposta a fazer negócios no Zimbábue por apenas cinco anos, há um risco de que a sua contribuição para o setor seja temporária. Além disso, embora as significativas discrepâncias entre os dados de importações chinesas e de exportação do Zimbábue²³ sugiram que a atuação dos agentes alfandegários pode ser insatisfatória ou as empresas estão evadindo divisas alfandegárias, a relativa estabilidade das importações relatadas por autoridades aduaneiras chinesas sugere que a China proporcionou um mercado para escoamento estável da produção durante um período de extrema instabilidade política e econômica. Os benefícios econômicos dos mercados e comerciantes chineses aos agricultores e para a economia do Zimbábue são, portanto, provavelmente significativos, mesmo que de curta duração.

Os impactos ambientais do aumento da participação chinesa no setor tendem a ser menos positivos. O TIMB argumenta que a maioria dos grandes comerciantes de tabaco (principalmente a *Northern Tobacco* e a *Zimbabwe Leaf Tobacco*) fizeram avanços importantes nos últimos anos para minimizar a pegada ecológica da produção de tabaco. Com a expansão da produção de tabaco no Zimbábue, mais uma vez, mas com uma base de produção muito diferente daquela de uma década atrás, o impacto sobre as florestas poderia ser enorme. Enquanto muitos agricultores de grande escala usam carvão para curar o tabaco, a maioria dos pequenos agricultores está cortando árvores nativas para usá-las como lenha para realizar a cura²⁴. Representantes da Comissão Florestal estimam que, para cada quilo de tabaco Virgínia curado com ar quente, são necessários de 6 a 8 kg de lenha. No contexto do Zimbábue, isso se traduziria no equivalente a um hectare de floresta de terra firme para curar o tabaco cultivado em 4 a 5 ha. Para reduzir o impacto sobre as florestas, a *Northern Tobacco* e a *Zimbabwe Leaf Tobacco* têm fornecido aos seus agricultores mudas de eucalipto para uma

curta rotação e promovido o uso de sistemas de cura que façam uso mais eficiente de combustível (por exemplo, a chamada Estufa-Foguete). Embora não existam relatórios independentes para atestar a eficácia dessas iniciativas na redução da pegada ecológica do tabaco, de acordo com representantes do TIMB, a *Tian Ze* e a GDI ainda não adotaram tais iniciativas de sustentabilidade. Se um instrumento regulatório proposto para obrigar produtores de tabaco a plantar pelo menos um hectare de eucalipto por ano e uma iniciativa de distritos rurais para aumentar a acessibilidade ao carvão para os produtores de tabaco forem aprovados, uma avaliação dos prováveis impactos ambientais resultantes da crescente presença chinesa no setor teria que ser apresentada.

Gergelim

Ao contrário do algodão e do tabaco, o gergelim é um cultivo de renda relativamente novo para a região. Como demonstrado na Figura 3, entre 2007 e 2009, o gergelim foi a segunda *commodity* por valor que a China importou de Moçambique, depois de toras não processadas²⁵. O gergelim é também uma das *commodities* com crescimento mais rápido, apresentando um salto enorme nas exportações em 2008-2009, por causa da expansão de sua área de cultivo (Figura 14). Essa *commodity* sofreu uma queda forte nas exportações em 2010, possivelmente por causa das quedas acentuadas nos preços de mercado após a safra de 2008 (Bennett 2008).

Vários especialistas agrícolas confirmaram que o gergelim era um cultivo comercial emergente em Moçambique, cuja produção vem crescendo fortemente nos últimos anos, substituindo principalmente o algodão como cultura de renda entre os pequenos agricultores²⁶. A rápida expansão da produção de gergelim na agricultura familiar é confirmada pelos dados do censo nacional sobre a produção anual de culturas de renda em pequenas e médias propriedades rurais (Figura 15).

Os pequenos agricultores supostamente estão migrando para o cultivo de gergelim para tirar proveito dos atraentes preços de mercado. A planta

23 O Zimbábue relatou USD 11 milhões em exportações para a China em 2008, enquanto a China informou que havia importado USD 119 milhões – com um excesso de USD 33 milhões sobre o total das exportações de tabaco registradas pelo Zimbábue naquele ano.

24 Entrevista do CIFOR com a Comissão Florestal, 19 de novembro de 2010.

25 UM Comtrade.

26 Entrevista do CIFOR com a equipe de uma organização internacional de pesquisa agrícola e de uma universidade estrangeira, sediadas em Maputo, 3 e 18 de novembro de 2010; entrevista do CIFOR com o corpo docente da Universidade Eduardo Mondlane, 23 de novembro de 2010.

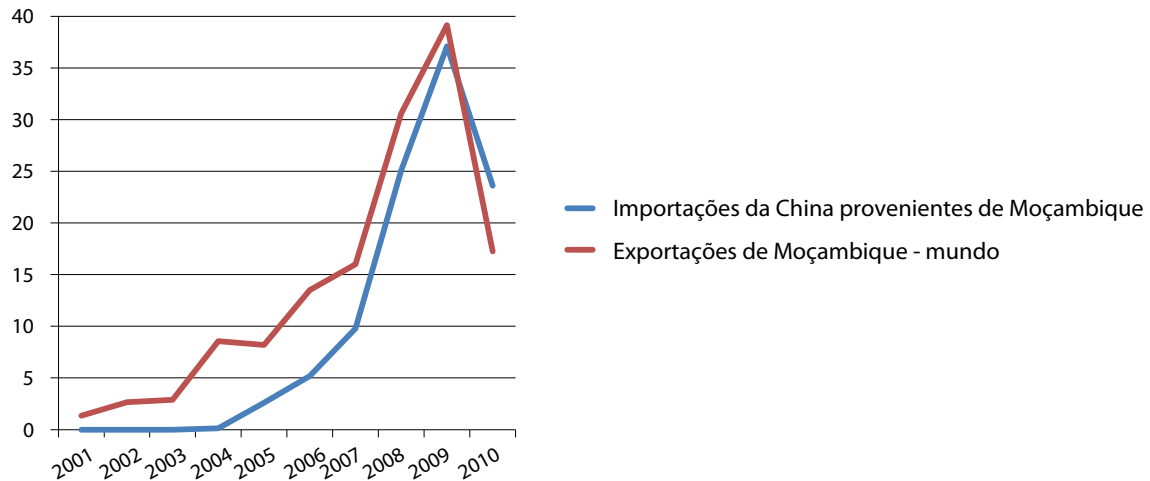


Figura 14. Exportações de gergelim de Moçambique para a China e para o mundo, em termos de valor (milhões de USD)

Fonte: UN Comtrade

também tem um número de propriedades agrônômicas favoráveis à agricultura familiar sob condições de sequeiro, incluindo um ciclo curto de produção (levando a retornos rápidos e permitindo que outras culturas sejam cultivadas na mesma área), um sistema radicular profundo permite que a planta resista a condições de seca, oferece à planta a capacidade de crescer em solos relativamente pobres e a capacidade de ser utilizada em consórcio com outras culturas (Chemonics International 2002).

Com o foco do estudo exploratório com base em observações de campo limitado ao setor florestal, não fomos capazes de visitar áreas de produção de gergelim para observar o desempenho dessa dinâmica. Isso, juntamente com a ausência de relatórios publicados sobre um produto de exportação relativamente novo para o país, torna qualquer avaliação de impactos conjectural. Os relatos de muitas unidades familiares, abandonando cultivos tradicionais, tais como o algodão, sugerem que os efeitos sobre os meios de subsistência provavelmente sejam positivos, pelo menos no curto prazo. No entanto, a decisão por parte dos agricultores de substituir uma cultura perene, como o algodão, por um cultivo anual como gergelim, pode comprometer o retorno de capital e trabalho a médio prazo, no contexto de preços de mercado voláteis. Com a grande maioria da área cultivada localizada nas províncias ricas em florestas de Nampula, Sofala e Cabo Delgado²⁷, há também a possibilidade de que as florestas possam ser afetadas por mudanças nos padrões de uso da terra em grande escala. Declarações

não confirmadas de que o cultivo está sendo afetado pela infestação de nematóides parasitas, exigindo frequentes deslocamentos para novas parcelas de terras agrícolas, aumentam a preocupação sobre possíveis desmatamentos enquanto agricultores cultivam novas áreas, mas essa informação ainda precisa ser validada.

Pinhão-manso

Embora as empresas chinesas estejam presentes no setor de biocombustível em Moçambique e na Zâmbia, sua presença é limitada a uma empresa em cada país (de um total de 13 investidores na Zâmbia e 28 em Moçambique). No entanto, a área de terra adquirida por cada empresa é significativa: a chinesa Wuhan Kaidi (uma subsidiária da estatal *Wuhan Iron and Steel Corporation*) adquiriu 79.300 ha na Província do Norte, na Zâmbia, em colaboração com a empresa local *Biomass Development*, e a empresa Zamcorp (um consórcio entre o Estado moçambicano, a empresa *Geocapital*, sediada em Macau, e investidores privados moçambicanos) adquiriu 20.870 ha na Província de Sofala, em Moçambique. Assim, em cada país, as empresas chinesas constituem-se em mais um dentre os muitos atores na recente onda de investimentos agrícolas comerciais em larga escala por empresas estrangeiras.

O caso da Zâmbia é de particular interesse devido à grande área de terra procurada e, finalmente, adquirida, e pelo envolvimento de funcionários do Estado na intermediação do negócio. Durante uma visita de Estado pelo então Presidente Banda à China, no início de 2010, a empresa assinou um memorando de entendimento com o governo da Zâmbia

27 Com base em dados do INE (disponível em www.ine.gov.mz).

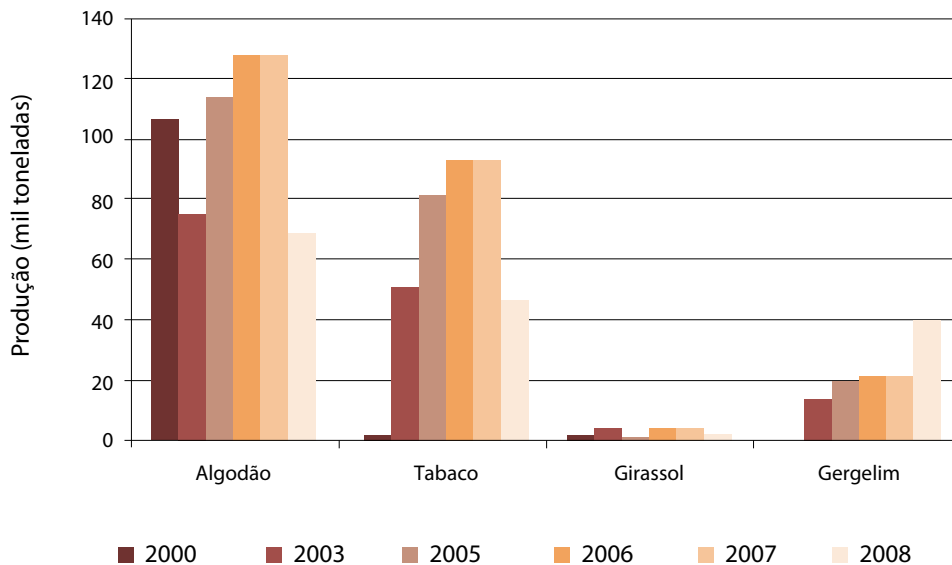


Figura 15. Produção anual de cultivos de renda de pequenas e médias propriedades em Moçambique

Fonte: www.ine.gov.mz

segundo o qual a empresa investiria USD 3 bilhões no cultivo de *Jatropha curcas* L. para a produção de biodiesel, com capacidade de criar 200.000 postos de trabalho (*Times of Zambia* 2010). Inicialmente pretendendo obter acesso a uma quantidade exorbitante de 2 milhões de ha (predominantemente em terra tradicional), a empresa conseguiu obter compromissos por parte das autoridades de terras tradicionais para “apenas” cerca de 300.000 ha²⁸. Buscando principalmente o acesso a terras mais estrategicamente localizadas ao longo do corredor TAZARA, para fácil acesso ao mercado e exportação, a empresa recusou grandes áreas de terra que foram oferecidas no mais remoto Distrito de Mporokosho. O governo, através do Ministério do Comércio e Indústria, tem desempenhado um papel ativo no sentido de facilitar essas aquisições de terras, com o ministro, visitando pessoalmente a região junto com os investidores, para convencer as autoridades tradicionais a abandonarem suas propriedades rurais em prol do projeto (German et al. 2011).

Embora esses projetos possam gerar emprego significativo em províncias remotas, eles também apresentam riscos significativos. Na Zâmbia, títulos de arrendamento implicariam que a terra seria reclassificada de tradicional para terras do Estado e, portanto, seriam alienadas indefinidamente de proprietários de terra tradicionais para o

governo (German et al. 2011). Em cada país, as aquisições de terras em larga escala podem resultar no deslocamento de atividades tradicionais de subsistência e na extensa derrubada de florestas e bosques ambientalmente significativos, como sugerido por estudos recentes (ABN 2007, Schoneveld et al. 2011). No entanto, com o Estado da Zâmbia promovendo ativamente o desenvolvimento agroindustrial na província, não há nenhuma razão para supor que tais impactos sejam devidos exclusivamente aos investimentos chineses.

Silvicultura

A África Austral abriga algumas das mais extensas áreas de floresta seca em todo o mundo – florestas que têm estoques significativos de madeira com valor comercial, mas de crescimento lento. Com base em dados aduaneiros dos países exportadores, os mercados chineses conquistaram uma parte significativa das exportações de madeira apenas de Moçambique; estimando-se que a participação chinesa nas exportações cresceu de 10% em 2001 para 82% em 2010 (Figura 16). Para o período 2000-2010, as exportações de madeira da Zâmbia para a China foram pequenas e nenhuma exportação foi registrada do Zimbábue para a China.

Embora os resultados dos estudos exploratórios nos países corroborem a ausência de exportações

28 Entrevistas com funcionários da ZDA, junho e novembro de 2010.

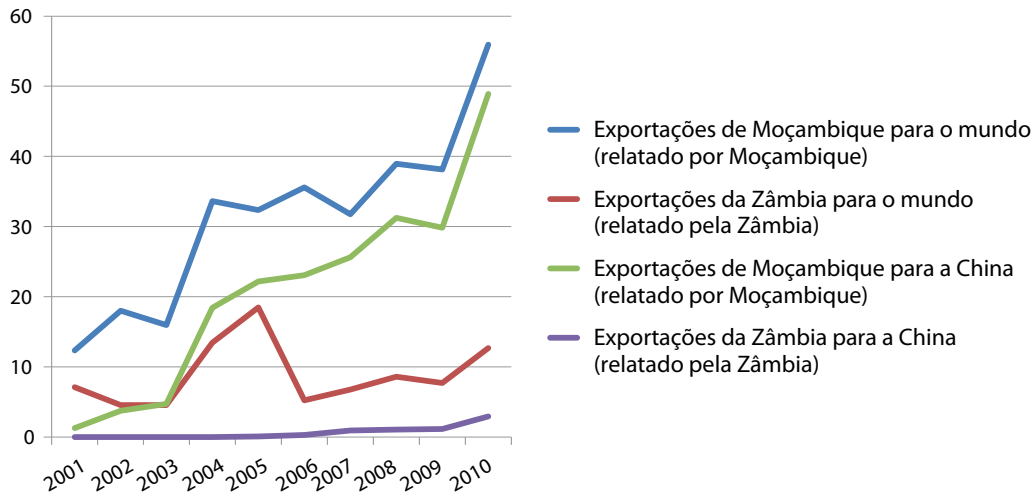


Figura 16. Tendências recentes nas exportações de madeira para a China e para o mundo, 2000-2010 (milhões de USD)

Fonte: UN Comtrade

de madeira do Zimbábue para a China²⁹, relatórios de um comércio ilegal de madeira desenfreado nas fronteiras da Zâmbia para a África do Sul, envolvendo comerciantes chineses e sul-africanos sugerem que os dados aduaneiros não contam a história completa. Assim, esta seção foca-se na presença chinesa nos setores florestais da Zâmbia e de Moçambique.

Zâmbia

Os estimados 50 milhões de hectares de florestas e bosques da Zâmbia (66,4% da área total do país) detêm um estoque em crescimento de cerca de 2,9 bilhões de m³ (Mukosha e Siemplale 2008). O volume total de madeira comercial foi estimado em 340,1 milhões de m³, com a maioria (cerca de 75%) localizada nas florestas semi-perenes dominadas por miombo. A amplitude de distribuição de madeira comercial varia muito em nove províncias do país, com os maiores volumes disponíveis nas províncias do Noroeste e do Oeste (Tabela 7).

A maioria da madeira é extraída em 50.000 ha de plantações industriais de propriedade da e exploradas pela empresa paraestatal *Zambia Forestry and Forest Industries Corporation Limited* (ZAFFICO) (CFA 2010, Ng'andwe et al. 2006). As exportações de madeira geram, para a Zâmbia,

divisas da ordem de USD 12 milhões por ano, em média, predominantemente através da exportação de madeira minimamente processada (Figura 17, ver também Ng'andwe et al. 2006). Isso é equivalente a cerca de 414.000, aproximadamente 3% da produção total anual³⁰ – Embora tradicionalmente a China não tenha sido um parceiro comercial para produtos madeireiros, nos últimos anos o mercado chinês foi responsável por 12-23% do total de receitas de exportação de produtos madeireiros. Embora a demanda do mercado interno pareça, recentemente, ter sido a principal força motriz da produção industrial de madeira em tora³¹, isso parece estar mudando. Empresas chinesas detêm atualmente quatro das 16 licenças de concessão no país e comerciantes sul-africanos, chineses e taiwaneses estão envolvidos no comércio de madeira, todos exportando para seus países de origem. Com grandes áreas de concessão, registros de baixos volumes de exportação e um mercado madeireiro interno deprimido, preocupações têm sido levantadas sobre o destino dessa madeira. A licença de uma empresa chinesa foi recentemente revogada com base em considerações ambientais³².

30 Usando um fator de conversão de USD 29/m³, seguindo Puurstjärvi et al. (2005).

31 Com base em estatísticas oficiais de comércio da UN Comtrade.

32 “Governo retira licença de empresa” chinesa”, disponível em: http://www.postzambia.com/post-read_article.php?articleId=18943 (acessado em 23 de novembro de 2011).

29 De acordo com uma fonte (Shumba, 2001), poucas empresas estão interessadas na exploração madeireira de florestas do Zimbábue porque mais de 90% delas têm limitado ou nenhum valor comercial de madeira.

Tabela 7. Distribuição de espécies comerciais de madeira na Zâmbia, por província

Província	Madeira comercial por tipo de floresta (milhões de m ³)				Total
	Floresta perenifólia	Floresta semiperenifólia	Floresta caducifólia	Outras	
Central	0,0	44,5	1,5	0,0	46,0
Copperbelt	0,0	21,6	0,3	0,0	21,9
Leste	0,0	9,1	18,7	0,0	27,8
Luapula	0,0	16,9	0,0	0,0	16,9
Lusaka	0,0	5,2	0,0	0,0	5,2
Noroeste	9,5	99,9	2,9	1,2	113,5
Norte	0,1	21,6	14,2	0,0	35,8
Sul	0,7	2,5	10,1	0,0	13,3
Oeste	0,0	34,8	25,0	0,0	59,8
Total	10,2 (3,0%)	256,0 (75,3%)	72,6 (21,3%)	1,2 (0,4%)	340,1

Fonte: Mukosha e Siampale (2008)



Figura 17. Exportações de madeira da Zâmbia para a China e para o mundo, 2000-2010 (milhões de USD)

Fonte: UN Comtrade

Em 2010, 19 e 22 licenças de serrarias e 2 e 11 licenças de concessão estavam ativas nas províncias do Noroeste e Oeste, respectivamente (Tabela 8). Embora as áreas sobre as quais os dois tipos de licença dão direito a operar sejam semelhantes, os titulares de licença de concessão têm o direito legal de explorar cerca de duas vezes mais do que os titulares de licenças de serrarias. Empresas estrangeiras não podem legalmente possuir uma licença de serraria mas, nessas duas províncias, duas empresas estrangeiras – ambas de origem chinesa – são titulares de licenças de concessão. As empresas, *Sikale Wood Manufacturing* e *AfriZam Timber Trading*, são de propriedade da mesma família e ligadas a *Suzhou*

Golden Ocean Timber Products, com sede em Xangai. Ambas as empresas operam na Província do Oeste e estão envolvidas na exploração e processamento de madeira.

Empresas concessionárias na Província do Oeste relataram a exploração de apenas 4.101 m³ em 2010, abaixo do requerimento legal mínimo de 6.600 m³, com base no Capítulo 19 da Lei de Florestas. Apesar disso, ambas as empresas chinesas compraram madeira de serrarias, sendo que uma terceira empresa, a *AfriZam*, também era patrocinadora de serrarias no distrito de *Likulu*. Outra empresa chinesa, a *Flying Dragon*, opera sem licença de concessão, comprando

Tabela 8. Todas as operações de exploração madeireira nas províncias do Noroeste e Oeste (2010)

Província	Área de atuação		Exploração madeireira licenciada (ha)	Capacidade de exploração madeireira (m ³)	
	Bosque aberto	Reserva florestal		Mínimo	Máximo
Oeste - Serraria	17	5	33.000	3.960	19.800
Oeste- Concessão	10	1	55.000	6.600	52.800
Noroeste - serraria	14	5	28.500	3.420	17.100
Noroeste - Concessão	2	0	10.000	1.200	9.600

Fonte: Departamento Florestal de Zâmbia (2011a, 2011b)

madeira estritamente de serrarias³³ – uma prática que é legal, desde que haja um “acordo de venda” e que o vendedor detenha uma licença para produção de madeira.

Operadores de serrarias manifestaram preferência por empresas chinesas sobre as sul-africanas ou os comerciantes da Zâmbia: enquanto as primeiras costumam oferecer preços mais baixos, as outras costumam ser mais confiáveis, pagando os preços acordados no prazo definido. No entanto, duas questões foram levantadas em relação às práticas dos operadores chineses. Uma empresa foi identificada, operando uma licença para serraria durante três anos, apesar de haver um tempo máximo legal de dois anos. Houve, também, casos em que as toras não processadas estavam escondidas debaixo de madeira serrada em postos de fronteira; enquanto a exportação de toras, tanto nativas quanto de coníferas, é proibida pelas Regulamentações Florestais (Exportação de madeira) de 1997. O Ministério das Florestas afirma que os comerciantes chineses muitas vezes camuflam as toras, colocando tábuas em cima e nas laterais de um carregamento, para contornar esse regulamento. Funcionários do Ministério das Florestas admitem que o problema ocorre nos vários postos de controle aduaneiro, onde policiais mal remunerados são facilmente subornados. Embora as concessionárias chinesas sejam as únicas empresas estrangeiras a extrair madeira nas duas províncias, a escala oficial de suas operações e o volume relatado de exportações para a China são pequenos em comparação com o volume total da produção nacional anual. Mais pesquisas precisam ser realizadas para verificar esses números, os impactos diretos potenciais das operações de exploração madeireira de

empresas chinesas, suas ligações com os operadores de serrarias e a medida em que suas operações apoiam a exploração e o comércio ilegal de madeira. Até o momento, as evidências disponíveis são insuficientes para tirar conclusões claras.

Moçambique

A maioria das florestas de Moçambique está localizada nas províncias do norte de Niassa, Tete, Cabo Delgado e Zambézia e ao sul da Província de Gaza (Tabela 9). Além da extração de madeira, o setor de plantio florestal está se expandindo rapidamente, com um grande número de novos investimentos em plantações de eucalipto e pinho para papel e celulose.

De acordo com a legislação moçambicana, há dois “regimes” para exploração florestal: licenças simples e concessões. Atualmente, a maior parte da exploração é realizada por meio de licenças simples (Ministry of Finance 2010). As licenças simples, disponíveis apenas para cidadãos moçambicanos, destinam-se a “usos comerciais, industriais e energéticos” e são válidas por até um ano. As licenças de concessão, disponíveis também para estrangeiros, são destinadas para abastecer a indústria da transformação da madeira e são válidas por até 50 anos. As licenças simples especificam os volumes máximos anuais de colheita, e as licenças de concessão estipulam o volume que a concessionária deve extrair a cada ano³⁴. Em ambos os casos, 20% da receita gerada com a madeira deve ser devolvido para as comunidades que residem dentro da área de exploração madeireira sob licença. Além desses regimes “regulados”, os

33 Entrevista com o Departamento de Terras em Kasama, 23 de junho de 2010; entrevista com SNV em Kasama, 25 de junho de 2010.

34 Enquanto eles são estabelecidos por espécie, a média do corte anual permitido (CAP) por hectare com base no total de CAP para o país e hectares de floresta produtiva é estimada em 52,2 m³/ha (Inventário Florestal de 2007, Ministry of Finance 2010).

Tabela 9. Florestas produtivas em Moçambique, por província (Ministry of Finance 2010)

Província	Área (km ²)	Área de floresta (mil ha)	Tipo de floresta predominante
Cabo Delgado	78.665	47.535	Caducifólia densa
Gaza	75.714	37.709	Caducifólia aberta
Inhambane	68.536	23.057	Caducifólia aberta
Manica	62.428	34.560	Caducifólia aberta
Maputo	22.989	8.151	Caducifólia aberta
Nampula	78.816	26.910	Caducifólia densa
Niassa	122.459	94.210	Caducifólia densa
Sofala	67.542	28.497	Caducifólia aberta
Tete	100.944	42.067	Caducifólia aberta
Zambézia	103.036	48.478	Caducifólia densa
País	781.129	391.174	Caducifólia densa

residentes locais podem explorar os recursos florestais a qualquer momento, para fins de subsistência, sem o pagamento de taxas, desde que os recursos florestais não saiam do posto administrativo em que foram explorados. De acordo com a Estratégia Nacional para as Florestas, o objetivo é eliminar lentamente as licenças simples no setor, por causa de preocupações com a sustentabilidade e a limitada captura de benefícios locais. Todavia, na prática, as licenças simples ainda continuam a ser emitidas (Mackenzie e Ribeiro 2009)³⁵. Um segundo objetivo é melhorar o processamento interno e a agregação de valor antes da exportação. A legislação sobre florestas e fauna, a partir de 2002 (Decreto 12/2002) especifica cinco classes de madeira comercial (preciosa, primeira classe, segunda classe, terceira classe e quarta classe) e proíbe a exportação de toras em estado bruto para as 21 espécies classificadas como sendo de primeira classe³⁶. Em 2007, foi aprovado um decreto que mudou uma série de espécies madeireiras para a Classe 1, proibindo, assim, a sua exportação na forma de toras não processadas.

35 Entrevista do CIFOR com um funcionário técnico estrangeiro do Ministério da Agricultura (MINAG), 18 de novembro de 2010; respondentes do estudo exploratório de Cabo Delgado, fevereiro de 2011.

36 Eles incluem *Azelia quanzensis*, *Androstachys johnsonii*, *Albizia glaberrima*, *Albizia versicolor*, *Balanites maughamii*, *Breonadia microcephala*, *Baikiaea plurijuga*, *Combretum imberbe*, *Cordyla africana*, *Diospyros spp.*, *Erythrophloeum suaveolens*, *Faurea speciosa*, *Inhambanella henriquesii*, *Khaya nyasica*, *Milletia stuhlmannii*, *Monotes africanus*, *Morus lácteo*, *Pterocarpus angolensis*, *Podocarpus falcatus*, *Pseudobersama mossambicensis* e *Swartzia madagascariensis* (República de Moçambique 2002).

Onde esses instrumentos legislativos foram efetivamente implementados observaram-se aumentos na produção de madeira serrada e no número de operadores que processam madeira para exportação (Mackenzie e Ribeiro 2009). No entanto, a não implementação também é comum e muitas das novas serrarias são de baixa qualidade, processando apenas o suficiente para atender aos requerimentos mínimos para a exportação e, portanto, empregando poucas pessoas (Mackenzie e Ribeiro 2009). Uma série de estudos recentes revelam as deficiências sistemáticas do setor de governança, com um pobre desempenho do setor em uma série de indicadores (Ministry of Finance 2010) e um elevado nível de cumplicidade dos funcionários públicos e das elites econômicas, políticas e militares (Mackenzie 2006, Jansson e Kiala 2009, Mackenzie e Ribeiro 2009, Ribeiro e Nhabanga 2009). Essa impressão foi confirmada durante o estudo exploratório rural em Pemba. Uma recente auditoria do setor indicou deficiências sistêmicas na administração e no cumprimento da lei (Ministry of Finance 2010). A limitada capacidade para fazer cumprir a legislação é frequentemente citada como um dos principais entraves. As estatísticas oficiais tendem a confirmar essa percepção, com o número atual de inspetores muito abaixo da concentração recomendada (Bila e Salmi 2003, citado pelo Ministry of Finance 2009) e com províncias onde os agentes oficiais são responsáveis por grandes áreas – e, portanto, onde se pode esperar um pior desempenho – incluindo as províncias com as maiores áreas florestais. A interferência política também prejudica a eficácia

daqueles que estão presentes no campo³⁷. Outros problemas estão relacionados com a gestão dos Cortes Anuais Permitidos (CAP) e com o declínio das receitas provenientes de práticas de manejo florestal não sustentáveis, incluindo a colheita em excesso do corte anual permitido; uma redução de 50% no valor por volume de madeira extraída de 2007 a 2009, devido a uma mudança em direção a espécies madeireiras menos valiosas (um sintoma do manejo não sustentável); e o desenvolvimento de planos de manejo com estatísticas incorretas ou falsificadas, as quais não são baseadas em um inventário florestal³⁸. Um terceiro conjunto de desafios refere-se à colheita e transporte de madeira sem licença. Em 2009, 87.000 m³ de madeira com um valor estimado de 71 milhões de meticais (USD 2,2 milhões, no momento da realização deste relatório) foram extraídos sem licença e um número estimado de 72 a 150 milhões de meticais (USD 2,3 a 4,7 milhões) foi perdido por causa de operações de transformação em carvão vegetal sem licença³⁹. Além da terceirização ilegal de madeira, muitas concessões madeireiras são supostamente usadas para encobrir a mineração de pedras preciosas⁴⁰. A implementação insuficiente da Estratégia Nacional para as Florestas e das regulamentações associadas, incluindo o apoio técnico e financeiro limitado para permitir que os operadores mudassem da licença simples para a o

modelo de concessão⁴¹ e o abuso sobre as licenças simples originalmente destinadas a pequenos operadores minaram o apoio político para a essa estratégia, comprometendo ainda mais o potencial do setor florestal para apoiar o desenvolvimento rural.

Alguns informantes-chave questionaram a viabilidade técnica de um sistema de concessão sustentável em Moçambique. Com uma densidade muito baixa de espécies comerciais, com várias dessas espécies, atingindo a maturidade depois de 50 anos ou mais (200-300 anos no caso do pau preto) e uma estrutura florestal que não permite a mecanização, as características ecológicas das florestas de Moçambique também contribuem para minar a capacidade de se estabelecer um sistema de rotação florestal bem manejado e economicamente viável (Siteo 2009)⁴².

A presença de empresas e mercados chineses é evidente apenas na exploração de madeira proveniente de florestas naturais. O valor do comércio de madeira entre a China e Moçambique tem aumentado nos últimos anos, com a participação das exportações de madeira de Moçambique para a China crescendo de um patamar de 10% em 2000 para 87% no final da década, de acordo com dados aduaneiros de Moçambique (Figura 18). Essa relação comercial é claramente mais importante para Moçambique do que para a China, para a qual o comércio de madeira com Moçambique corresponde a menos de 1% do valor total do seu comércio de madeira durante aquela década.

Como pode ser visto a partir deste gráfico, existe um certo número de discrepâncias entre os valores relatados por Moçambique e pela China, para toda a década. O valor das importações de madeira moçambicana relatado pela China supera o valor das exportações para todos os parceiros comerciais relatados por Moçambique, atingindo um máximo de USD 134,3 milhões em 2007. Se assumirmos que as estatísticas chinesas representam o valor total do comércio, com a diferença sendo interpretada como resultante do fraco controle aduaneiro durante a exportação, então Moçambique perdeu uma receita

37 Entrevista do CIFOR com o corpo docente da Universidade Eduardo Mondlane, 23 de novembro de 2010.

38 Esses resultados são apoiados por outros estudos (Mackenzie 2006, Mackenzie e Ribeiro 2009, Ribeiro e Nhabanga 2009, Siteo 2009), que documentam fatores semelhantes subjacentes ao manejo florestal não sustentável, entre os quais: a ausência de planos de manejo aprovados na maioria das concessões; corte em áreas que não são devidamente inspecionadas antes do licenciamento; a colheita fora das áreas de concessão e o esforço limitado para monitorar tais práticas; licenciamento muito além do CAP; colheita e transporte de mais de 10% em excesso aos volumes autorizados; planos de gestão de baixa qualidade (com planos de explorar todas as espécies comerciais nos primeiros anos de operação); o não uso para esse propósito dos 15% em royalties que os operadores pagam para reflorestar; ausência de bons registros em nível nacional sobre o patrimônio florestal permanente (por exemplo, espécies e volumes de corte); e falta de registros permanentes das áreas licenciadas para exploração. Um estudo também questiona a qualidade dos inventários florestais utilizados para justificar um aumento recente no CAP (Mackenzie e Ribeiro 2009).

39 Esses resultados são apoiados por outros estudos (Mackenzie e Ribeiro 2009, Ribeiro e Nyabanga 2009), relatando altos níveis de licenciamento ilegal, falsificação de documentos e altos níveis de exploração madeireira sem licença.

40 Entrevista do CIFOR com a equipe de uma ONG sediada em Maputo, 5 de novembro de 2010; entrevista do CIFOR com um consultor independente baseado em Maputo, 27 de novembro de 2010.

41 Entrevistas do CIFOR com operadores de exploração madeireira em Cabo Delgado, em fevereiro de 2010.

42 Entrevista do CIFOR com a equipe de uma ONG sediada em Maputo, 5 de novembro de 2010; entrevista do CIFOR com um assessor técnico estrangeiro do MINAG, 18 de novembro de 2010.

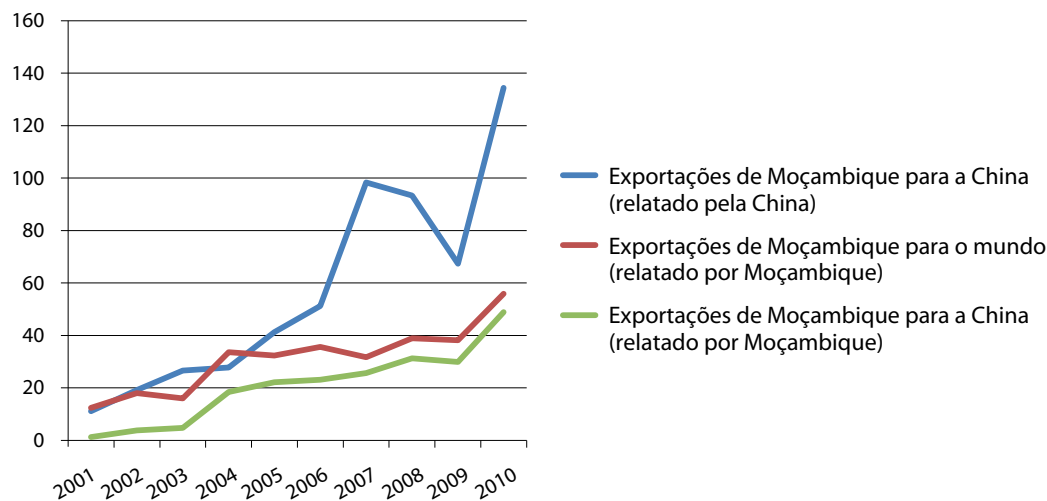


Figura 18. Valor das exportações de madeira de Moçambique para a China e para o mundo, 2000-2010 (milhões de USD)

Fonte: UN Comtrade

fiscal de USD 361 milhões no comércio com a China durante o período de 2001 a 2010.

Ao descrever o envolvimento de empresas chinesas na exploração e comercialização de madeira proveniente de florestas naturais, é importante ter uma perspectiva histórica. De acordo com várias fontes, houve uma mudança significativa nos modelos de negócios aplicados pelas operadoras chinesas no setor florestal de Moçambique a partir de 1990 até o presente. Nos anos 90, as empresas chinesas estavam diretamente envolvidas em atividades de exploração madeireira. Isso deu lugar a um papel mais indireto na década de 2000, em que outros atores – principalmente moçambicanos – passaram a extrair madeira para posterior venda aos comerciantes chineses e para o mercado chinês⁴³. Na maioria dos casos quando comerciantes de origem étnica chinesa trabalham com parceiros moçambicanos, os últimos possuem licenças simples e também podiam – até recentemente – receber adiantamentos financeiros para cobrir os custos da licença (estimada em USD 15.000), equipamentos, mão de obra e transporte (Mackenzie 2006, Jansson e Kiala 2009)⁴⁴. Em tais casos, o parceiro local transporta as toras para os portos, onde os compradores estão esperando com navios ou embarcações menores, que,

43 Entrevista do CIFOR com a equipe de uma ONG sediada em Maputo, 5 de novembro de 2010.

44 Entrevista do CIFOR com o corpo docente da Universidade Eduardo Mondlane, 23 de novembro de 2010; entrevista do CIFOR com um assessor técnico estrangeiro do MINAG, 18 de novembro de 2010.

posteriormente, transportam as toras para navios de carga, a espera em águas internacionais (Jansson e Kiala 2009). Enquanto algumas fontes acreditaram que essa era uma estratégia conveniente para os comerciantes chineses evitarem qualquer associação com práticas ilegais⁴⁵, nenhuma prova concreta para validar essa informação foi coletada durante o estudo exploratório. Outra mudança que ocorreu foi da operação exclusiva através de licenças simples para a participação recente em concessões⁴⁶. De acordo com um relatório, isso ocorreu em grande parte devido aos riscos associados à concessão de crédito, com muitos operadores dando calote ou realizando vendas paralelas (Mackenzie e Ribeiro 2009). Como consequência, em meados da década de 2000 muitos comerciantes asiáticos, que já haviam comprado madeira de titulares de licenças simples, começaram a adquirir suas próprias concessões (Mackenzie 2009). No entanto, isso não significa necessariamente que operadores chineses ou outros asiáticos têm uma presença mais forte no campo ou no manejo florestal. Segundo relatos da Zâmbia, a venda de licenças de concessão ou o fornecimento de licença para madeireiros confiáveis é uma prática comum (Mackenzie e Ribeiro 2009). Isso, juntamente com a proliferação de madeireiros não licenciados (*furtivos*), significa que as concessões tornaram-se um meio para contratar informalmente pessoas físicas que

45 Entrevista do CIFOR com o corpo docente da Universidade Eduardo Mondlane, 23 de novembro de 2010.

46 Entrevista do CIFOR com o corpo docente da Universidade Eduardo Mondlane, 23 de novembro de 2010.

anteriormente conduziam operações como detentores de licenças simples (Mackenzie e Ribeiro 2009).

Essas afirmações provenientes da Zambézia foram apenas parcialmente confirmadas por Cabo Delgado. Os entrevistados explicaram que o adiantamento de financiamento por comerciantes asiáticos se limitava a cobrir as taxas de licença simples e a gasolina para as motosserras e foi fornecido principalmente aos operadores com garantias (por exemplo, casa, carro). Além disso, o contrato entre comerciantes e madeireiros inclui um acordo de compra adiantada a um determinado preço. Em alguns casos, os comerciantes enviariam um caminhão para pegar a madeira e transportá-la para sua base operacional (alguns com serrarias), onde os contêineres são preparados para exportação. No entanto, alguns entrevistados também observaram uma redução na prática de adiantamento financeiro entre 3 e 4 anos atrás, quando os madeireiros optaram pelas concessões. Como um concessionário em Cabo Delgado colocou: “Eu preciso me preparar para quando ninguém quiser vender madeira para mim, com uma concessão de onde eu posso extrair madeira de forma segura nos próximos 15 anos.”

Essa tendência de aumento da demanda por concessões corresponde à política oficial de mudar do regime de licenças simples para concessões. No entanto, enquanto o número de concessões está em ascensão em algumas províncias, há também evidências que sugerem que poderosas elites políticas de origem chinesa e de Moçambique estão adquirindo novas concessões para reservar florestas primárias para uso futuro, em violação da política oficial (República de Moçambique 2002, Mackenzie e Ribeiro 2009). Alguns entrevistados em Pemba confirmaram essa tendência para a Província de Cabo Delgado. Trinta e cinco por cento das concessões recém-aprovadas e contratadas na Província de Zambézia não possuem a infraestrutura para processamento exigida por lei para iniciar operações (Mackenzie e Ribeiro 2009). Respondentes da sociedade civil em Cabo Delgado observaram que muitas concessionárias cumprem apenas os requisitos mínimos (por exemplo, serrarias muito simples, planos de manejo deficientes). Esse aumento no número de concessões não correspondeu a uma redução significativa no número de licenças simples (Mackenzie e Ribeiro 2009)⁴⁷ Como ilustrado, a redução temporária do número de licenças simples

na Província da Zambézia foi seguida de um modesto aumento, a proporção de madeira extraída através de licenças simples versus concessões permanece elevada e as tendências acima mencionadas supostamente têm levado a uma explosão de licenciamento ilegal e exploração madeireira sem licença (Mackenzie e Ribeiro 2009).

Grandes proporções da madeira exportada para a China são reportadas como ilegais (Mackenzie 2006, Mackenzie e Ribeiro 2009, Ribeiro e Nhabanga 2009, Ministry of Finance 2010)⁴⁸. As formas de ilegalidade incluem: (1) exploração ilegal (exploração em excesso às quantias licenciadas, extração sem licença ou exploração em uma área não abrangida pela licença); (2) violações das leis trabalhistas (por exemplo, emprego ilegal de trabalhadores estrangeiros); (3) trânsito e venda ilegais de madeira; e (4) exportações ilegais (exportações de toras brutas de espécies classificadas como “de primeira classe”, e relatórios insuficientes dos volumes exportados) (Mackenzie 2006, Mackenzie e Ribeiro 2009, Ribeiro e Nhabanga 2009, Ministry of Finance 2010). Quanto à exploração ilegal, um entrevistado relatou discrepâncias entre os cortes máximos permitidos, os registros oficiais e as importações chinesas. Os dados oficiais de uma província mostraram 400 m³ de pau preto (*Dalbergia melanoxylon*) com documentos, apesar de que a legislação permita um máximo de 100 m³ para a província. Esses dados também estimaram de 3000 a 4000 m³, deixando a província em direção à China. Ao procurar registros da entrada de pau preto na China, foram encontrados cerca de 10.000 a 15.000 m³ oriundos de Moçambique, sem documentação. Exportações de 30 vezes a quota anual de pau preto provenientes da Província de Zambézia também foram registradas para um ano (Mackenzie e Ribeiro 2009).

Como os dados do comércio não discriminam as espécies envolvidas, é difícil avaliar a extensão na qual o Decreto 12/2002, que especifica que espécies devem ser processadas antes da exportação, está sendo cumprido. No entanto, a avaliação da composição das exportações de madeira processada versus não processada e o nível de processamento pode fornecer alguma indicação se as políticas oficiais sobre a agregação de valor pelo processamento estão sendo alcançadas. Os dados mostram altos níveis de exportações de toras em estado bruto até 2007, com uma queda acentuada depois desse

47 Entrevista do CIFOR com um assessor técnico estrangeiro do MINAG, 18 de novembro de 2010.

48 Entrevista do CIFOR com um assessor técnico estrangeiro do MINAG, 18 de novembro de 2010.

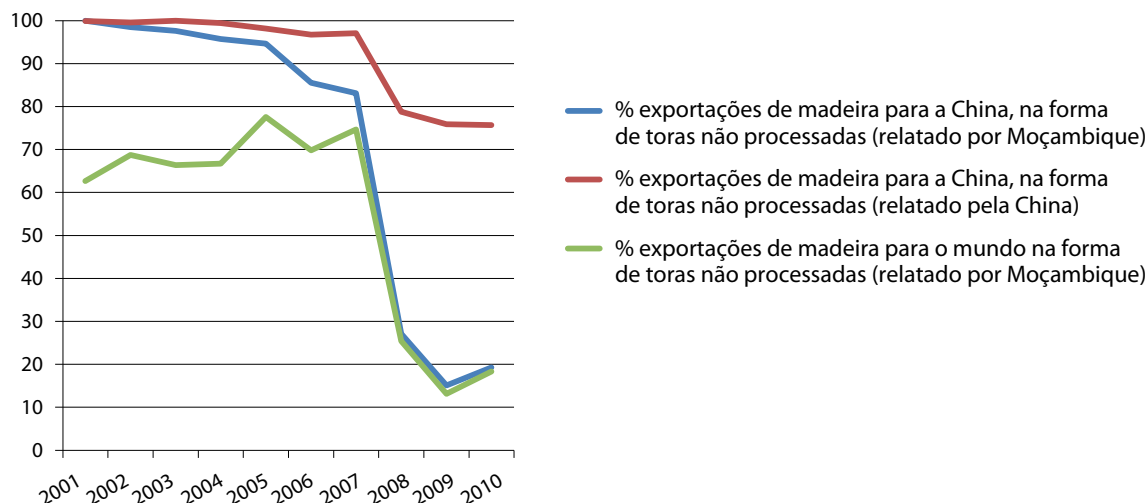


Figura 19. Percentagem das exportações de madeira não processada para a China, 2001-2010

Fonte: UN Comtrade

ano (Figura 19). No entanto, o declínio sugerido pelos dados de importações chinesas é muito mais sutil do que o indicado pelos dados relatados por Moçambique. O primeiro sugere que 76% das exportações para a China – o principal parceiro comercial – permanecem inalteradas. Ao olhar para o nível de processamento das exportações de madeira classificadas como processadas, quase 100% das exportações classificadas como processadas são apenas minimamente processadas (classificadas como “madeira serrada / desbatada longitudinalmente / cortada / descascada”). Esse valor fica notavelmente constante entre 2001 a 2010 (97-100%), sugerindo um progresso muito limitado em face dos objetivos da política oficial⁴⁹. Há também evidência de violações das leis florestais de Moçambique por ou em nome de atores chineses. Uma pesquisa realizada em 2004, na Província da Zambézia, por exemplo, revelou que a grande maioria das exportações chinesas foi de toras não processadas (Mackenzie 2006). Em janeiro de 2011, um navio foi impedido de exportar ilegalmente 161 contêineres de Pemba, retendo principalmente toras não processadas de propriedade

chinesa e 126 presas de elefantes⁵⁰. Durante o estudo exploratório rural em Cabo Delgado (fevereiro de 2011), os funcionários do Ministério da Agricultura (MINAG) e da alfândega responsáveis pela fiscalização da exportação haviam sido suspensos de suas funções (e foram removidos de seus postos⁵¹) e as empresas madeireiras envolvidas foram levadas a julgamento.

Quanto às outras irregularidades, um estudo revelou que espécies de baixo valor (Classe 3) estavam sendo usadas para mascarar as exportações de espécies mais valiosas e que estavam sendo usadas pranchas de pau ferro para cobrir exportações de toras (Mackenzie e Ribeiro 2009). Secretarias de trabalho das províncias e estudos publicados também confirmam o emprego ilegal de trabalhadores estrangeiros (muitos, mas não todos eles, chineses) por empresas madeireiras de grande porte (Mackenzie e Ribeiro 2009, Ribeiro e Nhabanga 2009). Respondentes no estudo de Mackenzie e Ribeiro (2009) também relataram que comerciantes chineses normalmente descontam USD 10/m³ na compra de madeira ilegal, o que evidencia o seu envolvimento na compra de madeira de origem ilegal, contrariando a lei de 1999 que exige que apenas os produtos florestais com licenças

49 A lei de 1999 estipula que o Estado “promoverá o estabelecimento de indústrias de processamento de produtos florestais e da fauna, com o objetivo de aumentar, gradualmente, as exportações de produtos manufaturados” (artigo 8º). O artigo 16 da lei estabelece um sistema de licenciamento de concessão com o objetivo de “suprir a indústria de processamento” e afirma que o titular da licença de concessão “deve garantir o processamento dos produtos florestais obtidos” (República de Moçambique 1999).

50 Notícias, 12 de janeiro de 2011, Pemba: Abortada saída ilegal de madeira (www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1164652/20110112); A Verdade, 27 de janeiro de 2011, Apreensão de madeira e marfim em Pemba (www.verdade.co.mz/nacional/17011-apreensao-de-madeira-e-marfim-em-pemba).

51 Entrevista do CIFOR com o corpo docente na Universidade Eduardo Mondlane, 10 de novembro de 2011.

adequadas de exploração ou transporte possam ser adquiridos. A prática de descontar o valor da madeira ilegal também foi relatada pelos entrevistados em Cabo Delgado. Um operador industrial citado em um relatório afirma que as autoridades de nível da província recebem subornos por parte dos titulares de licença simples e dos operadores asiáticos para facilitarem suas operações (Mackenzie e Ribeiro 2009).

Várias forças motrizes do mercado na China tiveram uma forte influência na formação de práticas florestais em Moçambique. A primeira é a demanda para o consumo doméstico. A madeira moçambicana é usada para fabricar uma série de artigos especiais que necessitam de espécies das classes 1 e preciosa, incluindo a reprodução de móveis da Dinastia Ching Ming, para os quais as espécies mais caras de pau rosa tradicionalmente utilizadas estão sendo substituídas por espécies africanas, e pisos de madeira sólida (Mackenzie 2009). No entanto, os entrevistados locais também sugerem que a demanda chinesa por madeira moçambicana desconhece limites, não apenas para espécies comercialmente viáveis, mas também para aquelas espécies menos conhecidas e menos reguladas em Moçambique⁵². Forças do mercado que conduzem *grandes volumes de demanda* incluem a crescente economia chinesa, o ativo setor de processamento de madeiras, a proibição da exploração madeireira na China e a tendência de importar mais madeira do que a demanda atual (com algumas empresas supostamente armazenando madeira importada debaixo d'água, para venda posterior por um preço superior) (Barr e Cossalter 2004)⁵³. Por isso, é importante notar que enquanto uma parte importante da madeira é consumida internamente, a demanda internacional de produtos de madeira processada (por exemplo, móveis) da China está contribuindo ainda mais para a demanda chinesa de madeira africana, com a exportação de piso de madeira (Canby 2008).

Fatores de mercado que impulsionam a *demandada de toras versus madeira processada* incluem políticas chinesas de apoio à indústria doméstica de transformação de madeira e o fato de que as importações de toras não processadas não implicam em taxaço de importação na China e na maioria

dos outros países importadores⁵⁴ (Barbier 1995). Os exportadores supostamente obtêm menos lucros através da venda de madeira para o mercado chinês na forma de tábuas (primeiro nível de processamento) do que como toras, dadas as exigências acima referidas, associadas com o uso final na China, e a capacidade dos processadores chineses de madeira para fazer o uso eficiente de todos os pedaços de madeira⁵⁵. Assim, embora algumas toras sejam serradas de acordo com os regulamentos moçambicanos, os dados chineses de importação sugeriam que a maioria não é (Figura 19). Há algum desacordo sobre o papel do governo chinês na condução da demanda de toras não processadas. Enquanto uma fonte sugere que o alto nível de participação das empresas estatais no comércio de madeira com Moçambique (responsável por 40-60% das importações) pode incentivar as importações de toras dadas as políticas oficiais de apoio ao setor doméstico de processamento de madeira (Mackenzie e Ribeiro 2009), outros sugerem que o governo não está interessado na madeira moçambicana por causa dos pequenos volumes envolvidos e as complicações políticas associadas ao comércio ilegal de madeira⁵⁶.

Além disso, para o mercado chinês, um técnico do setor agrícola da província de Cabo Delgado apontou para o muito menor, porém mais significativo mercado da Tanzânia para a madeira. Pelo menos nos últimos seis anos, foram observados comerciantes da Tanzânia, operando na parte norte de Cabo Delgado, perto da fronteira com a Tanzânia onde a madeira é exportada por estrada ou por pequenos navios no porto da cidade setentrional de Moçimbo da Praia. O comércio ocorre, em grande parte, de maneira descontrolada e é uma outra força que move as operações madeireiras ilegais. Milledge et al. (2007) citam a possibilidade de que a madeira moçambicana transite por Zanzibar em rota até a China.

Um relatório sugere que a interferência política tem caracterizado as relações comerciais entre a China e Moçambique, dada a necessidade de conciliar a política oficial com a demanda do mercado chinês (Mackenzie e Ribeiro 2009). Isso supostamente inclui pressões do lobby madeireiro asiático sobre o

52 Entrevista do CIFOR com um assessor técnico estrangeiro do MINAG, 18 de novembro de 2010.

53 Entrevista do CIFOR com o corpo docente da Universidade Eduardo Mondlane, 23 de novembro de 2010.

54 Ministério do Comércio e Indústria; entrevista do CIFOR com um assessor técnico estrangeiro do MINAG, 18 de novembro de 2010.

55 Entrevista do CIFOR com um assessor técnico estrangeiro do MINAG, 18 de novembro de 2010.

56 Entrevista do CIFOR com o pessoal de uma ONG baseada em Maputo, 5 de novembro de 2010.

governo para que permita a exportação de prancha em lugar de madeira completamente quadrada e pressão semelhante para reclassificar as principais espécies comerciais como “preciosas” para permitir sua exportação na forma de toras.

Os efeitos das tendências acima referidas, se comprovadas como verdadeiras, incluem tanto perdas para a economia nacional quanto o rápido esgotamento de madeiras valiosas das florestas moçambicanas⁵⁷. Declarações de que as empresas chinesas tendem a enfatizar retornos rápidos (por exemplo, o foco no comércio de espécies madeireiras nativas em vez de plantações, limitado a nenhum investimento no processamento, pouca atenção para a sustentabilidade) em detrimento do investimento em uma indústria viável precisam, portanto, ser avaliadas à luz de evidências. As empresas chinesas são muito mais ativas na exploração de espécies nativas do que em plantações florestais, onde elas estão ausentes (German e Wertz-Kanounnikoff em prep.). No entanto, embora isso indique um investimento limitado em atividades que exigem investimento inicial mais alto, esse argumento não diz nada sobre a qualidade dos investimentos em florestas de produção nativas. De acordo com a literatura e respondentes locais entrevistados durante o estudo exploratório no campo, em Cabo Delgado, a maioria dos atores econômicos chineses que operam no setor florestal do país são comerciantes, e não investidores, que compram madeira de operadores locais ou estrangeiros e a exportam para a China (Mackenzie 2006). No entanto, a principal conclusão do estudo de Mackenzie e Ribeiro (2009), sobre a Província da Zambézia, é uma tendência para a aquisição de licenças de concessão por asiáticos, uma tendência também observada em Cabo Delgado. Contudo, o mesmo estudo descobriu que essas concessões tendem a ser subcontratadas para titulares de licença simples, resultando em uma perda de transparência e prestação de contas. Isso vai contra a intenção da lei de 1999 sobre Florestas e Fauna Silvestre, a qual tenta estimular a criação de emprego e a captura de valor interno através do aumento do processamento de madeira e de sua industrialização doméstica. Todavia,

57 Embora isso seja disputado na ausência de inventários florestais atualizados, Mackenzie e Ribeiro (2009) citam cortes anuais de quase quatro vezes o CAP para *mondzo* em três distritos da Província da Zambézia. Ribeiro e Nhabanga (2009), fazendo referência a dados primários sobre madeira extraída e percepções das partes interessadas, sugerem que os madeireiros estão concentrando-se em árvores mais jovens, em fase de regeneração, e as práticas ilegais são gritantes.

essa parece ser uma tendência geral para todas as empresas na província, com a exceção de algumas empresas moçambicanas estabelecidas há mais de 10 anos. Os supostos diferentes níveis de conformidade legal e / ou cumprimento da lei e o emprego de trabalhadores estrangeiros também são motivo de preocupação por sua tendência a corroer ainda mais a captura local de benefícios. Alguns relatos citam depoimentos informais que sugerem que as empresas chinesas não pagam impostos ou a segurança social, tornando difícil para outros operadores concorrerem com elas (Mackenzie e Ribeiro 2009). Por outro lado, observações informais de Cabo Delgado sugerem que realmente ocorrem benefícios pela via trabalhista. Por exemplo, em uma empresa de processamento e comercialização de madeira gerida por asiáticos, o pessoal administrativo era composto por quatro asiáticos (incluindo o gerente) e por 45 moçambicanos, que trabalhavam como operários.

Apesar de não existirem estudos sistemáticos para avaliar os impactos sobre a base de recursos, várias linhas independentes de evidência sugerem que essas tendências estão prejudicando a sustentabilidade da floresta em alguns locais. De acordo com vários entrevistados, as florestas na Zambézia estão em grande parte destruídas, e o foco da extração ilegal de madeira no norte direcionou-se para as florestas primárias de Cabo Delgado⁵⁸. No entanto, mesmo em Cabo Delgado, vários entrevistados (operadores madeireiros, membros da sociedade civil e da comunidade local) indicaram que a madeira comercial já tinha desaparecido das proximidades da cidade e que a “fronteira de exploração madeireira” estava direcionando-se para a zona noroeste da província. Com base em evidências obtidas até o momento, é difícil afirmar se as empresas de diferentes nacionalidades têm níveis diferenciais de responsabilidade para induzir essas tendências mais amplas.

Mineração

Historicamente, o setor de mineração tem tido um papel importante nas economias da Zâmbia e do Zimbábue, que remonta ao início do século 20. Observou-se também que os investimentos chineses na extração mineral concentram-se especialmente nesses dois países. Na Zâmbia, a extração mineral

58 Entrevista do CIFOR com um membro de uma organização de pesquisa agrícola internacional sediada em Maputo, 3 de novembro de 2010; entrevista do CIFOR com o pessoal de uma ONG sediada em Maputo, 5 de novembro de 2010.

historicamente focou-se no cobre e seu associado mineral cobalto, encontrados principalmente na região Copperbelt, ao longo da fronteira entre a Zâmbia e a República Democrática do Congo. No Zimbábue, o setor de mineração é dominado pelo ouro, níquel, metais do grupo da platina e cromo, que estão concentrados em sua maioria ao longo do chamado *Great Dyke*, um dique ígneo que se estende na porção central do país, de norte a sul. Sob o domínio colonial britânico, a Zâmbia e, em menor medida, o Zimbábue tornaram-se o alvo para os principais investimentos em mineração de grandes conglomerados de mineração sul-africanos e britânicos. O controle estrangeiro sobre os recursos minerais e a distribuição desigual dos benefícios do setor tornaram-se importantes pontos de mobilização política em ambos os países após a sua independência. A Zâmbia, em particular, tomou medidas de grande alcance para recuperar o controle sobre ativos de mineração. Na década de 1960, a Zâmbia nacionalizou todas as operações de mineração, que acabaram por ser consolidadas sob a paraestatal *Zambia Consolidated Copper Mines* (ZCCM) (Fraser e Lungu 2007). No entanto, quando o mercado global de cobre desabou na década de 1980, mantendo-se estagnado até a década de 2000, a economia da Zâmbia contraiu-se e o governo ficou cada vez mais endividado. No final da década de 1990, o governo foi forçado a abandonar seu monopólio sobre a produção de cobre. Embora a ZCCM continue a deter participações minoritárias em mais de sete empresas que adquiriram as minas do governo, o setor da mineração é agora essencialmente controlado por empresas estrangeiras (Lungu 2009). Apesar de que duas empresas mineradoras estatais tenham sido criadas após a independência do Zimbábue, ao longo da história do país, os

seus minerais têm sido amplamente explorados por empresas estrangeiras. Só recentemente, com a aprovação da Lei de Indigenização e Empoderamento Econômico, o Zimbábue tem buscado recuperar o controle nacional sobre o setor. Com ampla oposição do setor privado e de alguns partidos políticos, ainda é incerto se a lei será implementada em sua forma atual. Pouco tempo depois de terem sido aprovados, por exemplo, os regulamentos iniciais que exigiam 51% de participação acionária por parte de zimbabuanos negros foram alterados por uma proposta para empresas estrangeiras, estabelecendo limites específicos para o setor (AfDB 2011).

As exportações de minerais representam atualmente a fonte de divisas mais importante para ambos os países. Em 2010, elas contribuíram com aproximadamente 88% das receitas totais das exportações na Zâmbia e com 40% no Zimbábue. Na Zâmbia, as exportações de cobre representaram 85% do total de receitas com a exportação de minerais em 2010, enquanto o setor de mineração no Zimbábue é mais diversificado, com ferro cromo e mates de níquel (um produto intermediário entre o níquel e a platina), cada um abrangendo níveis significativos na exportação de minérios (Tabela 10).

Com o setor de mineração em Moçambique historicamente dominado pela mineração artesanal de ouro e pedras preciosas, a sua contribuição para a balança comercial não foi tão significativa quanto nos outros dois países. Os investidores estrangeiros tiveram uma presença formal limitada no setor, até recentemente, quando o país iniciou uma série de reformas para atrair investimentos para o setor. Um investimento de USD 1,34 bilhão em uma unidade de processamento de alumínio em 2000

Tabela 10. Principais exportações de metais e minerais do Zimbábue (mil USD)

Produtos (<i>commodities</i>)	2010	Média (2001-2010)
Todos os produtos	246.186	155.777
Ferro-cromo contendo mais de 4% de carbono por peso	52.457	10.916
Minérios de cromo e seus concentrados	48.284	7.718
Feldspato	5.179	1.617
Cobre (Mates, cimento, precipitados)	3.068	307
Minérios de cobre e seus concentrados	1.884	477
Mates de níquel	1.790	498

Fonte: UN Comtrade

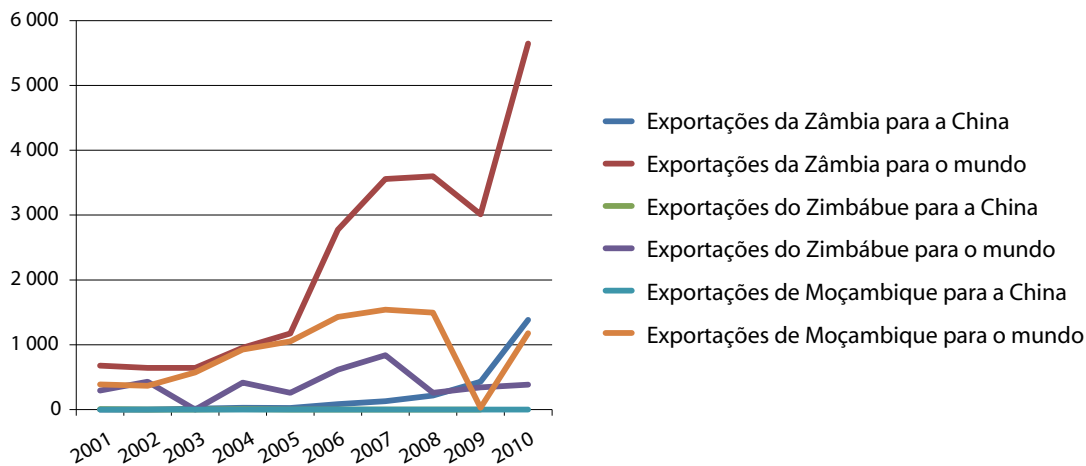


Figura 20. Tendências no comércio de minerais (excluindo combustíveis minerais) com a China e com o mundo, 2001-2010 (milhões de USD)

Fonte: UN Comtrade

(para converter o óxido de alumínio importado da Austrália em alumínio em bruto) iniciou os investimentos no setor, que em 2010 representavam 52% do valor total das exportações e 97% do valor total da exportação mineral. Além disso, espera-se que a recente descoberta de um grande depósito de carvão na Província de Tete e a rápida expansão dos investimentos em prospecção e mineração ajudem o setor a se diversificar rapidamente e ampliar sua contribuição para a receita cambial nos próximos anos.

Historicamente, os principais parceiros de exportações da Zâmbia e do Zimbábue têm sido a União Europeia, a África do Sul e os Estados Unidos. Contudo, desde 2005, a China tornou-se o segundo maior importador de cobre da Zâmbia, depois da Suíça. A magnitude desses fluxos difere consideravelmente, dependendo de quem estiver realizando o registro, se a China ou a Zâmbia. De acordo com dados aduaneiros da Zâmbia, a China foi responsável por 24% das exportações de cobre em 2010, porém, de acordo com as estatísticas chinesas, o país foi responsável por 44% das exportações de cobre da Zâmbia durante o mesmo período (UN Comtrade). De acordo com estatísticas do comércio de Moçambique e do Zimbábue, a China não é um parceiro comercial de relevância, e o país só tornou-se importante para a Zâmbia no ano passado (Figura 20). Todavia, com o aumento da participação chinesa na mineração e processamento de cromo, em 2010 a China relatou que havia importado mais de USD 100 milhões em cromo do Zimbábue (UN Comtrade).

Com a China acessando cada vez mais recursos minerais estrangeiros para suprir o seu setor industrial em expansão, as empresas chinesas, geralmente estatais, começaram a investir pesadamente na extração e processamento mineral na Zâmbia e no Zimbábue e, em menor grau, em Moçambique. Na Zâmbia, durante a década de 2000, as empresas estatais e privadas chinesas comprometeram-se a investir mais de USD 6 bilhões no setor de mineração do país, predominantemente voltados para o cobre. Isso representa mais de 40% de todos os empenhos de IED durante a década (ZDA 2010). Embora dados compreensivos sobre o investimento não estejam disponíveis ao público no Zimbábue, uma empresa estatal chinesa adquiriu o controle acionário da maior produtora de ferro cromo do país em 2007 e o governo chinês assinou vários acordos com o governo do Zimbábue para o acesso a depósitos minerais. Os investimentos no setor de mineração em Moçambique, por outro lado, originam-se primariamente em fontes não chinesas, como o Brasil, a Índia e a Austrália⁵⁹. No entanto, a estatal *Wuhan Iron and Steel Corporation* detém a propriedade de 40% dos USD 2 bilhões do Projeto de Carvão do Zambézia, que tem uma reserva estimada em 9 bilhões de toneladas de carvão⁶⁰. Como

59 Entrevista do CIFOR com o Chefe da Cooperação de um país membro da OCDE, 4 de novembro de 2010; entrevista do CIFOR com conselheiros em duas embaixadas de países de economia emergente, 23 e 24 de novembro de 2010; entrevista do CIFOR com a Direcção das Minas, do MIREME, 29 de novembro de 2010; ver também Selemane (2009, 2010).

60 Disponível em <http://www.mining-technology.com/projects/zambesecoalproject/> (17 de novembro de 2011).

as empresas mineradoras chinesas estão ativamente envolvidas na prospecção de calcário, metais, areias pesadas e pedras semipreciosas em todo o país, espera-se que a sua participação seja intensificada no futuro próximo⁶¹. Existem também alguns relatos de atividades de mineração ilegais em pequena escala sob licenças para exploração madeireira com capital chinês, mas isso não pode ser validado⁶².

Considerando a intensidade crescente (real e planejada) dos investimentos chineses no setor de mineração, em particular na Zâmbia e no Zimbábue, as seguintes seções consideram com maior detalhe os impactos de tais investimentos nesses países. O envolvimento chinês em Moçambique não é avaliado em detalhes por causa da entrada mais recente dos investidores e mineradores chineses no setor e devido às insignificantes exportações para a China.

Zâmbia

O investimento chinês mais significativo no setor de mineração da Zâmbia é aquele realizado pela empresa estatal Companhia Chinesa de Mineração de Metais Não Ferrosos (CNMC), através de uma das suas subsidiárias, a Companhia Africana de Não Ferrosos (NFCA). Em 1998, através de um processo de licitação, a NFCA adquiriu uma participação de 85% em uma das sete minas da ZCCM, a mina de cobre de Chambishi. Após um investimento financeiro inicial de USD 132 milhões para a reforma da mina e do concentrador, as operações de mineração começaram em 2003 (Fraser e Lungu 2007, Hairong e Sautman 2009). Considerada uma mina relativamente esgotada, a mina produziu apenas 23.500 toneladas de cobre contido em 2009 (equivalente a 3,3% da produção total de cobre extraído da Zâmbia). Em 2010, a NFCA abriu uma nova mina e está planejando uma terceira mina (Dow Jones 2010). Em maio de 2009, a NFCA também adquiriu uma participação de 85% nas minas de cobre de Luanshya (Reuters 2009). A mina, anteriormente de propriedade da empresa suíça *Enya Holdings*, foi colocada sob “cuidados e manutenção” no final de 2008 como resultado dos baixos preços do cobre e do mal-estar econômico global. Como parte do acordo, a NFCA assumiu, entre outros compromissos, investir no desenvolvimento de um novo projeto e na modernização das instalações de mineração existentes (Thole 2009).

61 Entrevista do CIFOR com a Direção das Minas, do MIREME, 29 de novembro de 2010.

62 Entrevista do CIFOR com o diretor de uma ONG sediada em Maputo, 25 de novembro de 2010.

Nos últimos anos, a NFCA expandiu rapidamente seus investimentos no setor de cobre e, em 2006, iniciou a construção da Fundação de Cobre de Chambishi (CCS), que entrou em operação no final de 2008. A CCS é a segunda maior fundição em operação na Zâmbia, e tem atualmente uma capacidade de produção anual de 150.000 toneladas de cobre blister (cobre quase puro que ainda não passou pelo processo de eletrólise), que a NFCA planeja expandir para 300.000 toneladas (CNMC 2009). A NFCA também construiu uma fundição de cobre menor, que processa principalmente os resíduos da Mina de Cobre de Chambishi, transformados em cátodos de cobre (Mobbs 2009). Embora apenas outra fundição de cobre chinesa, muito menor, esteja oficialmente operando em Copperbelt⁶³, vários atores governamentais afirmaram que existiam muito mais fundições de cobre de propriedade chinesa, operando informalmente na área⁶⁴.

No que diz respeito à mineração de níquel, a maior empresa asiática, o grupo estatal chinês Jinchuan, aumentou suas participações na Mina de Níquel de Munali (a única mina de níquel na Zâmbia), de propriedade da empresa australiana Albidon, de 18% para 50,4% em agosto de 2009. Esse aumento na participação incluiu um contrato de distribuição futura durante a “vida útil” da mina. A Albidon havia suspenso suas operações de mineração no início de 2009 por causa dos baixos preços do níquel e por problemas com credores, mas a entrada do capital chinês permitiu que essa retomasse suas operações (Mobbs 2011). A outra grande operação de mineração de propriedade chinesa na Zâmbia é a Mina de Carvão de Collum que, desde o fechamento da maior mina de carvão do país (a *Maamba Collieries*), tornou-se a única grande produtora de carvão da Zâmbia.

Em 2006, o governo da Zâmbia adotou uma política de estabelecimento de Zonas Econômicas Multifuncionais (MFEZs). O objetivo das MFEZs é promover as exportações, a manufatura e a transferência de tecnologia. Em 2008, os governos da China e da Zâmbia assinaram um acordo para

63 A fundição é um investimento privado chinês de pequena escala chamado de Liang Yun, com uma capacidade de produção anual de 200 toneladas de cobre blister (Environmental Impact Assessment Liang Yun 2009, não publicado).

64 Entrevista com ECZ em Ndola, 1 de dezembro de 2010; entrevista com o Conselho Distrital de Chingola, 2 de dezembro de 2010; entrevista com o Conselho Distrital de Kalulushi, 2 de dezembro de 2010.

desenvolver a primeira MFEZ da Zâmbia e a primeira zona de processamento econômico da China na África, a Zona de Cooperação Econômica e Comercial Zâmbia-China (ZCCZ), em uma área de 1.158 ha dentro dos 4.100 ha da área de mineração da mina de Chambishi. A ZCCZ, desenvolvida e operada sob o controle da NFCA, abrigará seis diferentes subsetores da mineração: mineração e fundição, processamento de fios e cabos, processamento de produtos derivados, fabricantes de materiais de construção, serviços de apoio à mineração e infraestrutura social para empregados (ZCCZ 2011). A zona deverá gerar receitas anuais superiores a USD 1,5 bilhão, criar 6.000 empregos e gerar investimentos de capital de cerca de USD 1 bilhão (ZCCZ 2011). Devido aos planos para abrigar mais de 50 empresas em 2013, esperava-se que 20 empresas iniciassem operações na zona até o final de 2010 (ZDA 2010). Embora a zona esteja aberta para empresas de todas as nacionalidades, todas as empresas que foram aprovadas para operar na zona são chinesas⁶⁵. Como reflexo da predominância de interesses econômicos chineses na zona, o website da ZCCZ está apenas em língua chinesa. Em 2010, a ZCCZ iniciou o desenvolvimento de outra MFEZ localizada em 570 hectares de terra adjacente ao Aeroporto Internacional de Lusaka, para complementar as atividades realizadas na zona de Chambishi (ZJTIS 2010).

O grande atrativo dessas zonas é a miríade de incentivos especiais para os quais os operadores são elegíveis, tanto do lado da Zâmbia quanto do lado chinês. Na Zâmbia, as empresas estabelecidas em uma MFEZ, por exemplo, são elegíveis para isenção de imposto de renda durante os primeiros 10 anos de operação, isenções de certas taxas de importação e de uma série de deduções de despesas de capital. No caso da NFCA, esses incentivos aplicam-se à maioria de suas operações em Chambishi (por exemplo, *CCS*, *Sino-Metals Leach*, *Sino-Acid*). Houve muitas críticas dentro do governo sobre a aprovação da fundição na ZCCZ porque ela não é considerada uma “indústria pioneira”, que traria novos recursos e oportunidades para a Zâmbia. Como um parlamentar observou, é uma forma de “apartheid fiscal”, onde uma fundição recebe diversos incentivos fiscais enquanto fundições concorrentes de fora da zona não são elegíveis para os mesmos (*Zambian Parliament* 2009). Além disso, o governo chinês também oferece vários incentivos

às empresas chinesas que investem na MFEZ, incluindo empréstimos concessionais do Banco de Desenvolvimento da China e uma redução das tarifas sobre os insumos adquiridos na China (ZCCZ 2011).

Espera-se que a ZCCZ possa contribuir para a oferta de empregos, a agregação de valor e para as divisas cambiais, além de gerar investimentos necessários nas indústrias terciárias que utilizam tecnologia intensivamente. No entanto, a intensidade dos vínculos com a indústria nacional (vertical e horizontal) provavelmente não será significativa, a despeito de tais vínculos formarem a filosofia econômica subjacente à MFEZ (e de economias de aglomeração em geral). Considerando que a zona tem sido até agora composta exclusivamente por empresas chinesas, a maioria das quais prestam serviços auxiliares e de apoio para as operações existentes de mineração e fundição da NFCA, esta poderia se tornar um enclave econômico exclusivo, de benefício limitado para empresas nacionais ou para a economia nacional. Consequentemente, a zona poderia se tornar um “ajuste espacial”⁶⁶ para acumulação de capital estrangeiro (e talvez até mesmo para acumulação cultural), mais integrado ao global do que na economia nacional ou regional. As empresas de capital da Zâmbia que prestam serviços à mina poderiam ser substituídas por empresas chinesas que operam na MFEZ, as quais agora participam na maioria das áreas da cadeia de valor do cobre. Além disso, além do risco de transferência de preços enquanto a NFCA torna-se cada vez mais integrada verticalmente, a capacidade do governo de gerar receitas é prejudicada pelos diversos incentivos econômicos que ele oferece⁶⁷.

Nos últimos anos, o governo da Zâmbia tem promovido reformas no regime tributário do setor, causando apreensão entre as grandes empresas de mineração do país. Um grande número de empresas recusou o pagamento de um imposto extraordinário introduzido em 2009 (fazendo com que ele, finalmente, fosse revogado) e negociou remissões

65 Entrevista com o Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria, 9 de novembro de 2010.

66 Com o conceito de “ajuste espacial”, Harvey argumenta que a acumulação de capital enseja uma contradição fundamental “entre o poder crescente de superar o espaço e a estrutura espacial imóvel necessária para tal finalidade” (Harvey 1985: 150, citado por Zhou et al. 2010). Para discussões mais detalhadas sobre o assunto, ver Brenner (1999), Harvey (2001) e Ross (2007).

67 Haglund (2010) observa que a NFCA era a única das cinco minas que ele estudou que não fornece contas auditadas para a Autoridade Tributária da Zâmbia.

fiscais temporárias. A NFCA foi uma das três únicas empresas que pagaram o imposto extraordinário para o governo (PriceWaterhouseCoopers 2011) e não há nenhuma evidência de que a NFCA esteja negociando incentivos especiais com o governo. No entanto, como resultado de compromissos de investimentos da NFCA e pela relevância estratégica das relações diplomáticas da China com a Zâmbia, acredita-se que a empresa mantém fortes laços com o governo central, sobre os quais vários funcionários do governo, tanto no nível distrital quanto regional, alegam que a empresa explora vantagens detrás de portas fechadas. Não está claro se o fato de que apenas as empresas chinesas estejam estabelecidas na ZCCZ é uma manifestação dessa relação.

Durante os últimos anos, o envolvimento chinês no setor de mineração da Zâmbia tem atraído muita atenção devido a relatos de violações trabalhistas. Uma série de incidentes particularmente públicos e de alto nível tem contribuído para percepções negativas sobre a China entre muitos zambianos. Em 2005, por exemplo, uma fábrica de explosivos em Chambishi, parcialmente de propriedade da NFCA, explodiu matando mais de 50 de seus funcionários (todos cidadãos da Zâmbia) (BBC 2005). No ano seguinte, a Mina de Chambishi foi palco de outro incidente, no qual cinco funcionários foram baleados pela polícia após um protesto de trabalhadores pela falta do aumento de salários por parte da NFCA (AFP 2006). Em 2008, a CCS demitiu mais de 500 funcionários sindicalizados após uma greve por melhores condições de trabalho (ZNBC 2008). Em outubro de 2010, os gestores chineses da Mina de Carvão de Collum atiraram contra empregados (desarmados) da mina, ferindo 11 deles, durante um protesto por causa da baixa remuneração e pelas condições de segurança (Bower 2010). O governo da Zâmbia tem sido fortemente criticado, sobretudo por parte da sociedade civil e do partido da oposição, por sua incapacidade de condenar e agir contra indiscrições de empresas chinesas – devido, segundo se diz, ao medo de desequilibrar as relações diplomáticas (Mundy 2010).

Embora esses possam ter sido incidentes isolados, eles ilustram as tensas relações de trabalho entre os gestores de algumas empresas chinesas e os funcionários locais. Muneku (2009) argumenta que, devido às rígidas leis trabalhistas da Zâmbia e aos fortes sindicatos de trabalhadores das minas, as empresas chinesas têm tendência para a informalização da força de trabalho. Em 2007, apenas 49% dos 2.100 funcionários nas minas de

Chambishi tinham contratos permanentes ou com prazo estipulado, com a maioria dos funcionários contratados através de subcontratantes chineses⁶⁸. Os trabalhadores informais não estão cobertos pelo acordo coletivo que é negociado anualmente entre a NFCA e os sindicatos e, geralmente, recebem salários mais baixos, menos benefícios e desfrutam de menor segurança no emprego do que os empregados sindicalizados. No entanto, a proporção de trabalhadores empregados diretamente em relação àqueles contratados via empreiteiras não é diferente nas outras grandes minas (ILO 2010). Talvez o ponto de destaque da NFCA seja que ambos os seus empregados sindicalizados e informais são apontados como aqueles que recebem a remuneração mais baixa no setor (Muneku 2009). Enquanto a NFCA é acusada de cumprir inconsistentemente os regulamentos de segurança e saúde ocupacional da Zâmbia, as normas da NFCA supostamente alcançaram os padrões para o setor nos últimos anos (Muneku 2009)⁶⁹. Por exemplo, no que diz respeito às taxas de acidentes, em 2008 as minas de Chambishi não se afastaram muito da média do setor.

Enquanto a questão da singularidade das práticas trabalhistas da empresa chinesa permanece inconclusiva, os investimentos da NFCA e da Jinchuan têm contribuído para a geração de emprego e a estabilidade nele. Por exemplo, quando entre 2008 e 2009 a maioria das minas demitiam funcionários, as empresas chinesas estavam gerando empregos. As duas maiores minas demitiram quase 14.000 funcionários, enquanto as minas de Chambishi aumentaram sua mão de obra (ILO 2010). Além disso, quando a NFCA adquiriu a Mina de Luanshya e a Jinchuan adquiriu a Mina de Níquel de Munali (em meio à crise financeira), elas recontrataram quase todos os funcionários que haviam sido demitidos quando os antigos donos das minas as colocaram sob cuidados e manutenção (Thole 2010). O fato de que os investidores chineses mantivessem seus compromissos durante a crise financeira enquanto a maioria das outras minas diminuiu a escala de suas operações deu a essas empresas um caráter político considerável. Poderia, assim, ser argumentado que as empresas chinesas têm uma capacidade relativamente maior para manter seus compromissos e operações do que outras empresas, quando enfrentam condições

68 Derivado de dados do Departamento de Segurança em Minas citados em ILO (2010).

69 Entrevista com o Departamento de Segurança em Minas em Ndola, 30 de novembro de 2010.

econômicas desfavoráveis. Como Haglund (2009) comenta, as empresas chinesas podem proporcionar uma maior estabilidade em longo prazo devido à sua maior segurança de acesso ao capital financeiro relativamente barato.

Apesar da limitada evidência de irregularidades trabalhistas, aparentemente a NFCA não formulou práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) abrangentes, ou não realizou esforços concertados para ser um “bom vizinho”. Quando a indústria de mineração entrou em colapso durante os anos 1980 e 1990, a maioria dos trabalhadores desempregados das minas foi obrigada a voltar-se para atividades alternativas de subsistência. Muitos funcionários começaram a praticar agricultura de pequena escala na região, levando a uma invasão maciça para de áreas da ZCCM reservadas para atividades de mineração⁷⁰. Embora não haja disponibilidade de números precisos, a nossa pesquisa constatou que a maior parte das terras não utilizadas pela NFCA é ativamente cultivada. Com a expansão das operações da NFCA nessa área prevista para 2011, a maioria dos agricultores que vivem nessas terras foi convidada a desocupá-las, sem receber a oferta de qualquer forma de compensação⁷¹. De acordo com o Conselho Distrital de Kalulushi, a NFCA não estava preparada para se envolver no reassentamento e reabilitação das pessoas deslocadas. Como resultado, o Conselho agora está encarregado do reassentamento e, com a recusa da NFCA a fazê-lo, terá que arcar com os custos envolvidos. Com base nessa evidente recusa por parte da NFCA em assumir a responsabilidade de envolver-se e acolher as comunidades adjacentes, pode-se questionar a abrangência das políticas de RSC da empresa. Além disso, o Conselho Distrital de Kalulushi manifestou a sua consternação com a falta de apoio da empresa, como o maior empregador do distrito, para a infraestrutura social na área. Algumas das outras grandes minas são conhecidas por se envolverem e apoiarem ativamente as comunidades em suas áreas. Haglund (2009) argumenta que, uma vez que as mineradoras chinesas na Zâmbia são na maioria de propriedade estatal e têm suas atividades moldadas por considerações geopolíticas, em sua busca de um ambiente operacional estável, elas procuram

laços estreitos com a burocracia estatal centralizada, ao invés de laços com os atores locais; assim, elas dependem do Estado para ser o “intermediário de seu contrato social” (p. 9). A intensidade dessa relação é ilustrada pela recusa da NFCA, em 2010, de pagar USD 1,75 milhão em impostos sobre a propriedade para o Conselho Distrital. De acordo com o Conselheiro do Distrito, a NFCA alegou que ainda não havia equilibrado seu balanço e, portanto, não tinha condições de pagar o imposto. Quando o Conselho Distrital procurou o apoio do Ministério do Comércio, ele lhe disse que deixasse os chineses em paz, “pois é contra a política do governo discutir com eles”⁷².

Embora haja escassa evidência para sugerir que a NFCA é ambientalmente menos responsável do que outras mineradoras, as atividades da NFCA podem vir a ter impactos indiretos únicos. Por exemplo, em torno de Copperbelt há um número elevado de grandes depósitos de rejeitos que não foram processados ou eliminados. Quando a ZCCM privatizou as minas, a maioria desses depósitos não foi adquirida pelas empresas e ficou sob o controle da ZCCM. Tendo capacidade tecnológica para extrair o cobre restante, a NFCA agora está reprocessando esses rejeitos. Embora seja ilegal, muitos mineiros de pequena escala estão agora realizando a mineração desses depósitos para alimentar a demanda de reprocessadores; a NFCA legalmente não pode comprar rejeitos de mineiros não cadastrados, mas supostamente adquire a maioria desses materiais de comerciantes chineses de pequena escala. De acordo com um grupo de mineiros ilegais, operando perto de um depósito na cidade de Chingola, a maior parte dos rejeitos explorados ilegalmente é comprada por comerciantes chineses, que, por sua vez, os vendem para a NFCA. Isso pode ser visto como um desenvolvimento positivo no sentido de fazer uso eficiente dos recursos minerais e gerar oportunidades de trabalho a partir desses recursos. Todavia, aparentemente, várias fundições de cobre de pequena escala chinesas estavam comprando os rejeitos. Baseado nos registros do Conselho Ambiental da Zâmbia (ECZ), apenas uma dessas fundições chinesas obteve uma Licença Ambiental. Apesar de abundantes rumores sobre a existência de um grande número de fundições ilegais em Kitwe e Chingola, só fomos capazes de localizar uma fundição chinesa que estava operando sem licença. Com a indústria de

70 Entrevista com a Comissão Florestal em Ndola, 30 de novembro de 2010; entrevista com o Conselho Ambiental da Zâmbia em Ndola, 1 de dezembro de 2010.

71 Entrevista com o Conselho Distrital Kalulushi, 2 de dezembro de 2010; entrevistas com vários agricultores na área de concessão de Chambishi, 1 de dezembro de 2010.

72 Entrevista com o Conselho Distrital de Kalulushi, 2 de dezembro de 2010.

mineração conhecida por seus impactos ambientais negativos, principalmente a poluição do ar e da água e pelos impactos sobre a saúde humana (Mwitwa et al. no prelo), a ausência de controles ambientais sobre essas atividades é preocupante.

Embora as operações de mineração chinesa em grande escala estejam atualmente limitadas àquelas operadas pelas empresas NFCA e Jinchuan, pode-se antecipar uma futura rápida expansão de investimentos chineses em mineração, dado o número de empresas chinesas, prospectando minerais ao redor da Zâmbia. A prospecção mais extensiva está sendo conduzida pela empresa Zhonghui, com licenças de prospecção para um total de 656.000 ha em Luapula, Copperbelt, e nas províncias Central e do Noroeste. A empresa se comprometeu a investir USD 5,3 bilhões em suas atividades de mineração ao longo dos próximos 10 anos, concentrando seus esforços de investimento inicialmente na área de Mwinilunga na Província Noroeste⁷³. O acordo, supostamente envolvendo o Eximbank da China, incluiria uma fundição de cobre e uma estação de energia hidrelétrica, para os quais se espera gerar até 34.000 postos de trabalho (Mulenga 2009). No entanto, de acordo com a Lei de Minas e Minerais de 2008, uma empresa não pode ter licenças de prospecção para uma área total superior a 500.000 ha. Com a Zhonghui operando sob o nome de três empresas diferentes, incluindo a *Wang Wang Mining* e a *Golden Lion Mining*, ela foi evidentemente capaz de contornar essas restrições.

Há certamente uma série de riscos de longo prazo associados com essas atividades. Para começar, a maioria das licenças de exploração concedidas para empresas chinesas estão localizadas em áreas densamente florestadas, principalmente na Província Noroeste⁷⁴. Embora as atividades de exploração (por exemplo, escavação) possam ter um impacto ambiental mínimo devido à sua escala limitada, a construção de estradas geraria grandes efeitos indiretos, abrindo as florestas para entrada de outros usuários. Se essas empresas decidirem iniciar atividades de mineração em grande escala nessas áreas, isso também geraria impactos ambientais diretos e indiretos significativos. Ambas as formas de impacto em áreas de difícil acesso também poderiam

sobrecarregar as autoridades locais e comprometer sua capacidade de regular essas atividades econômicas.

Zimbábue

Cerca de 90% do processamento do minério de cromita no Zimbábue é realizado pela empresa de cromo Zimasco, que anteriormente pertencia à *Union Carbide*. Em 2007, 73% da Zimasco foi comprada pela *Sinosteel Corporation* com o apoio do Fundo de Desenvolvimento China-África. A *Sinosteel* é uma empresa estatal chinesa, dedicada principalmente a mineração, processamento e comercialização de recursos minerais metalúrgicos. Embora a Zimasco tenha fechado suas fundições no final de 2008, por causa dos baixos preços globais para o cromo e pela instabilidade econômica no Zimbábue, a empresa reabriu novamente duas de suas seis fundições em abril de 2009, com um capital de giro de USD 7 milhões, injetado pela *Sinosteel*. Com a recuperação dos preços do cromo, cinco fornos estavam operando novamente em plena capacidade em 2010, com o outro forno ainda em fase de remodelação. Além do processamento, a Zimasco detém as maiores concessões para mineração de cromita no Zimbábue, as quais se estendem através do *Great Dyke* e no cinturão de rochas verdes de Shurugwi. A maior parte dos minérios de cromita das concessões é explorada não só pela empresa Zimasco, mas também por “*tributors*”. Os *tributors* variam desde os sistemas manuais até operações de mineração totalmente mecanizadas, os quais são contratados para explorar as concessões da Zimasco e fornecer minério de cromita para os fornos da empresa. Cerca de 63% da cromita da Zimasco são obtidos a partir desses *tributors*⁷⁵. Apesar de não serem relatadas oficialmente, muitas pequenas operações chinesas de processamento de cromo foram identificadas na área do sul do *Great Dyke* em torno da cidade de Gweru, as quais, aparentemente, iniciaram suas atividades nos últimos dois anos. Pelo menos quatro empresas operavam fornos e pelo menos outras sete empresas operavam as chamadas “lavadoras de minério espiral”, que ajudam a concentrar o minério de cromita⁷⁶.

Enquanto a empresa Zimasco parece, até agora, ser a única que opera com cromo em grande escala, vários novos projetos relacionados ao cromo foram anunciados e /ou estão em desenvolvimento.

73 Entrevista com o ZDA, 11 de novembro de 2010.

74 Banco de dados de concessões de mineração em grande escala, do Ministério de Minas, não publicados.

75 Entrevista com Zimasco, 21 de novembro de 2010.

76 Entrevista com o Ministério de Minas, Gweru, 24 de novembro de 2010; entrevista com a EMA, Gweru, 24 de novembro de 2010.

Em 2005, a empresa *Star Communications*, uma subsidiária da estatal chinesa *Hebei Broadcasting Bureau*, teria assinado um acordo com a estatal Corporação de Desenvolvimento da Mineração do Zimbábue (ZMDC) sobre os direitos das reivindicações da ZMDC sobre o cromo em Rutala, no *Great Dyke* (África Research Boletim 2006, Herald 2006). Esse acordo empresarial conjunto, tendo a *Star Communications* como a acionista majoritária, deveria operacionalizar um negócio que envolvesse o fornecimento, no valor de USD 63 milhões, de transmissores para que a Corporação Transmedia do Zimbábue modernizasse a cobertura do sistema nacional de rádio e televisão (China Monitor 2005). No entanto, em 2009, foi relatado que essa concessão, de fato, teria sido outorgada a outra empresa chinesa, a *Wamboia Mining* (Africa Confidential 2009). Em 2006, como parte de um acordo de permuta, duas empresas estatais chinesas, a Corporação Nacional Chinesa de Construção e Maquinaria Agrícola, Importação e Exportação (CMAC) e a Corporação Nacional Chinesa de Aerotecnologia, Importação e Exportação (CATIC), teriam assinado um memorando de entendimento no valor de USD 1,3 bilhão para a construção de instalações de energia em todo o país, em troca de cromo (BBC 2006, Holslag et al. 2007). Em outro negócio com a China, em 2006 a ZMDC supostamente formou um empreendimento conjunto com a estatal chinesa Corporação Chinesa de Indústrias do Norte (NORINCO) e a *Zimbabwe Defence Industries Limited*, para a exploração de cromo no Distrito de Ngezi (Bloomberg 2006)⁷⁷. A empresa NORINCO teria adquirido 60% de participação no empreendimento conjunto, com cada uma das partes nacionais controlando 20% (Bloomberg 2006). Em 2008, a partir de um acordo de empreendimento conjunto entre a ZMDC e o setor privado chinês, a empresa de contratação de infraestrutura Corporação Chinesa Internacional Jiangxi (CJIC) concordou em garantir USD 200 milhões para o desenvolvimento de duas minas de cromita em concessões da ZMDC na região de Midlands e no Vale de Zambézia (Bloomberg 2008, Africa Confidential 2009).

77 A empresa NORINCO é mais conhecida por sua produção de produtos de defesa de alta tecnologia. Ela é uma das 10 empresas chinesas de defesa subordinadas ao Conselho de Estado chinês. Em 2000, a empresa vendeu ao Zimbábue armas no valor de USD 65,9 milhões. Em 2003, os EUA impuseram sanções à empresa por proliferação de armas, proibindo-a de exportar para os EUA e de manter contratos com agências do governo norte-americano (Nuclear Threat Initiative, 2004).

Duas das cinco empresas que operam nos campos de diamantes de Marange no oeste do Zimbábue, a Anjin e a *Sino Zimbábue Holdings*, são chinesas. Suas operações foram iniciadas no ano passado, e, em função do valor estimado de USD 800 bilhões dos depósitos de diamantes, essas tendem a ser altamente lucrativas. Outros investimentos ativos incluem a Fábrica de Cimento China-Zimbábue⁷⁸, um empreendimento conjunto entre a estatal Corporação Industrial Chinesa de Materiais de Construção (SINOMA) e a *Industrial Development Corporation*, do Zimbábue, e os dois processadores de coque em Hwange, a *Southern Mining* e a *Taiyuan Sanxing Coal Gasification Company*. Alguns entrevistados também afirmam que muitas empresas chinesas de mineração e processamento de ouro, em sua maioria sem licença, são ativas em todo o país, embora não houvesse oportunidades para validar essas afirmações. Apesar de que grandes investimentos chineses são ocasionalmente anunciados com muito alarde, como no setor de cromo, poucos desses investimentos parecem ter sido materializados. Exemplos de tais investimentos incluem a empresa *Winboa SHINEX* para o cobre, a *Jinchuan Mining* para o níquel, e, mais recentemente a Humboi e o Eximbank para a platina. Muleya (2011) relatou que o Eximbank chinês ofereceu ao governo do Zimbábue USD 3 bilhões pelos direitos de exploração das cobiçadas reservas de platina de Selous e Northfields, cujo valor dos depósitos foi estimado entre USD 30 bilhões e USD 40 bilhões. Como parte das condições de financiamento, supostamente o banco pediu que o governo do Zimbábue abrisse mão de receitas provenientes de atividades de mineração de diamantes operadas por chineses (por exemplo, na forma de impostos e *royalties*). Contudo, em 2007, as mesmas reservas de platina já tinham sido colocadas como garantia para uma linha de crédito para exportação de equipamentos agrícolas fornecida pelo Eximbank, no valor de USD 200 milhões (Manthorpe 2011, Muleya 2011). Com Zimbábue ansiosamente pagando o empréstimo para liberar as reservas, a China supostamente está tentando motivar o país a assinar a entrega completa dos direitos sobre as suas reservas.

Apesar dos muitos acordos firmados com empresas chinesas, o maior investimento chinês ativo no setor de mineração até o momento é o da Zimasco. Desde

78 Essa é uma empresa diferente da Sino-Zimbabwe Development Company, ativa na exploração de diamantes e no descaroçamento de algodão.

sua aquisição pela *Sinosteel* em 2007, as condições de trabalho, as políticas de responsabilidade social corporativa e as rigorosas práticas de gestão ambiental da empresa supostamente teriam permanecido intocadas⁷⁹. Por exemplo, não houve redução de trabalhadores ou influxo de trabalhadores chineses. De acordo com fontes anônimas da empresa, o único cidadão chinês que trabalha na empresa foi o seu recém-nomeado diretor. De modo similar à NFCA na Zâmbia, esse investimento também contribuiu significativamente para a restauração da capacidade de produção durante uma época em que as condições econômicas globais dissuadiram investimentos e fizeram com que muitas operações de mineração fossem fechadas por longos períodos. A *Sinosteel* parece ter investido pesadamente na consolidação da posição da empresa no mercado e na estabilização de suas condições operacionais. Por exemplo, a empresa está investindo USD 37 milhões para reconstruir um de seus fornos e USD 200 milhões para a construção de dois fornos adicionais e uma planta de sinterização, que aumentará sua capacidade de processamento em 50% (Sutton 2010). Além disso, desde que a *Sinosteel* assumiu as operações, ela tem feito acordos com empresas de fornecimento de energia para melhorar a confiabilidade e a capacidade de abastecimento. Por exemplo, forneceu USD 15 milhões para financiar uma grande reforma da Usina de Hwange, operada pela *Zimbabwe Electricity Supply Authority*, a qual vem lutando ao longo de anos para atender à demanda de eletricidade, devido à escassez de divisas cambiais (Herald 2008a). Além disso, a empresa financiou os reparos, no valor de USD 2,5 milhões, do reboque quebrado da maior mina de carvão do Zimbábue, a *Hwange Colliery Company*, em troca de carvão e de suprimentos de coque (Herald 2008b)⁸⁰. No entanto, devido a persistentes restrições de oferta pela *Hwange Colliery Company*, a Zimasco abasteceu-se de carvão e coque de dois novos produtores chineses de coque em Hwange, a *Taiyuan Sanxing Coal Gasification Company* e a *South Mining Company*. Ambas as empresas têm como alvo as minas afiliadas na República Democrática do Congo, onde o carvão é relativamente escasso, o que sugere um interesse em

garantir o fornecimento, caso a entrega pela *Hwange Colliery* falhe⁸¹.

A presença chinesa no setor de mineração não se limita aos grandes investimentos. Nos últimos anos, temos assistido a uma proliferação de empresas chinesas informais de pequena escala no setor. Os impactos associados a essas operações, a maioria das quais se concentram no processamento, mas algumas também na mineração, têm sido observados com preocupação. Nenhuma dessas empresas tem direito legal para explorar o cromo. Ao invés disso, as empresas supostamente adquirem a maioria do minério de cromita de mineiros de cromo de pequena escala. Essas compras são realizadas tipicamente com base em condições de mercado, a um preço fixo (USD 25 por tonelada de minério, em 2010). Apesar dos mineiros de pequena escala poderem vender seu produto para a Zimasco a um preço de USD 40 por tonelada de minério, todos os mineiros entrevistados demonstraram preferência por vender para operações chinesas de pequena escala. Supostamente, sendo que os pagamentos efetuados pela Zimasco geralmente levam meses para serem completados e são processados exclusivamente através do sistema bancário oficial, os mineiros de pequena escala preferem optar pelo sistema de pagamento “dinheiro na mão”, dos processadores chineses (tendência essa confirmada pela Zimasco). Embora outro comprador sul-africano tenha sido identificado, quase todo o produto dos mineradores de pequena escala da região é comprado por esses operadores chineses. Como, aparentemente, não há limite para a quantidade de minério de cromita que esses processadores são capazes de comprar, a área tem assistido a um grande *boom* na mineração de cromo em pequena escala nos últimos dois anos, enquanto os mineiros respondem a uma nova oportunidade de mercado. Sem ter certeza de como regular esses processadores chineses, as representações regionais do Ministério de Minas e da Agência de Gestão Ambiental (EMA) manifestaram certo desconforto com essa tendência. Eles afirmam que mais de 60% dos mineiros que exploram minério de cromita em pequena escala operam de forma ilegal, uma tendência impulsionada pela demanda chinesa. Essa proliferação de operações ilegais gerou uma nova saída de mercado para os zimbabuanos subcapitalizados, supostamente aliviando as barreiras administrativas que têm servido como um empecilho à entrada de operadores de menor escala no mercado. Isso contrasta fortemente com a situação da empresa Zimasco, que supostamente exerce uma considerável

79 Entrevista do CIFOR com a EMA, 3 de novembro de 2010.

80 Isso e a falta de recursos financeiros da empresa estão entre as principais razões do declínio da produção de carvão no Zimbábue.

81 Entrevista com Zimasco, 22 de novembro de 2010.

influência sobre seus *tributors*, para garantir a conformidade com as regulamentações nacionais. Embora esses tributos sejam geralmente obrigados a atender as normas ambientais, de saúde e de segurança da empresa, basicamente não há controle ou regulamentação sobre mineiros não contratados. Embora seja provável que essa tendência em direção a um setor de cromo mais desconcentrado traga impactos positivos sobre os meios de subsistência, é certo também que esses impactos podem enfraquecer as receitas do governo do Zimbábue oriundas de recursos naturais não renováveis.

A pegada ecológica de mineiros ilegais de pequena escala é uma preocupação para as agências governamentais, que os culpam por muitos dos incêndios florestais no país na estação seca porque eles tendem a queimar a vegetação para facilitar as suas operações. Além disso, como a grande maioria dos mineiros de cromita de pequena escala pratica a mineração a céu aberto, a maior parte da camada superficial do solo é retirada e depois os locais são simplesmente abandonados, deixando a terra permanentemente degradada. Ademais, devido à relativa abundância e facilidade de mineração de cromita em leitos de rios, há danos consideráveis para as zonas ripárias. As operações resultam em enormes quantidades de depósitos de resíduos de areia, cascalho e resíduos de rocha, que contribuem para o assoreamento de canais de rios e de represas. A perturbação da vegetação pode acelerar a erosão, causar danos nos habitats de peixes e animais selvagens e alterar a quantidade e a qualidade da água.

Embora o aumento de processadores chineses em pequena escala possa contribuir indiretamente para a degradação ambiental através de suas práticas de fornecimento, há também indícios de impactos mais diretos. Como mencionado anteriormente, nenhum dos processadores tem acesso a concessão para mineração. No entanto, durante as visitas de campo a minas de pequena escala, observamos alguma evidência de envolvimento chinês na mineração. Em um caso, um processador chinês estava financiando o pedido de licença de mineração em troca de um

contrato de fornecimento exclusivo de minério de cromita. Em outro caso, um processador chinês estava operando ativamente a mineração com base na concessão para mineração de uma outra pessoa. Enquanto a maioria dos mineiros de pequena escala normalmente usam pás e picaretas, essa concessão estava sendo explorada com equipamentos pesados importados da China. Uma vez que o Ministério de Minas parou de conceder direitos sobre recursos minerais em 2003, após violentos conflitos sobre direitos que se sobrepunham, supõe-se que os processadores chineses procuraram obter controle sobre os direitos de mineração através da celebração de acordos com os detentores de direitos existentes. O Ministério de Minas regional mostrou-se cético no que diz respeito a se os processadores chineses tinham obtido as autorizações necessárias (nomeadamente, as licenças para investimento e autorizações para exportação) ou se haviam adquirido status de empresas do Zimbábue – necessário para se candidatarem a direitos de mineração sob a Lei de Minerais e Minas, de 1996. A segunda etapa também requer o registro junto às autoridades fiscais, o que sugere que a receita governamental está em jogo. Em 2010, a EMA emitiu multas e ordens para cessar as operações de duas empresas chinesas de mineração de minério de cromita sem autorização do *Northern Great Dyke*. Como as empresas não quiseram pagar as multas ou cessar as suas operações de mineração, fontes da EMA insinuaram que as empresas estavam politicamente bem conectadas (RadioVOP 2010). Em outros relatos, afirmou-se que empresas chinesas estavam explorando cromita em forma ilegal em áreas ecologicamente sensíveis e protegidas, como a Reserva de Vida Selvagem de Mavuradona e o Santuário de Caça de Nyamaneche. Isso estaria, supostamente, causando extensivo desmatamento e desprendimento do solo por causa dos métodos grosseiros de mineração empregados (Moyo 2010, RadioVOP 2010, Sithole 2010). A Força Tarefa de Conservação do Zimbábue (ZCTF) afirmou que os mineiros ilegais de cromo chineses no Santuário de Caça de Nyamaneche também foram responsáveis pelo abate ilegal de seis rinocerontes no parque, em dezembro de 2010 (Moyo 2010).

6. Conclusões e implicações para futuras pesquisas

6.1 Conclusões

Esta pesquisa procurou avaliar os padrões de ajuda chinesa e o comércio e investimento sino-africano nos países com florestas de miombo do sul da África, bem como as suas implicações sociais, econômicas e ambientais nos setores agrícola, de mineração, e florestal. A revisão dos dados publicados e da literatura; entrevistas com informantes-chave dos setores público, privado e da sociedade civil; e um estudo exploratório baseado em trabalho de campo permitiram visualizar um quadro que mostra uma grande e crescente presença da ajuda, comércio, investimentos e influência chinesa na região, com a possível exceção do Zimbábue, onde as relações políticas são fortes, porém os fluxos financeiros, na forma de ajuda e investimento, são relativamente fracos. A crescente influência da assistência ao desenvolvimento e o engajamento empresarial chinês na África estão sob um contexto mais amplo de cooperação econômica e diplomática estabelecido no Fórum de Cooperação China-África, no Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (no caso de Moçambique) e uma série de acordos bilaterais para o comércio, proteção de investimentos e ajuda. Foi identificado que a APD chinesa se dá em grande parte sob a forma de empréstimos, ao invés de doações, com níveis de concessionalidade superiores em Moçambique e na Zâmbia do que no Zimbábue, um padrão que provavelmente está relacionado à limitada capacidade do Zimbábue de pagar e garantir os empréstimos chineses. A preferência do governo chinês de apoiar países africanos com base em projetos e a proeminência de apoio público para empresas privadas chinesas foram preocupações levantadas, dada a provável falta de alinhamento com as prioridades nacionais de desenvolvimento, os riscos para a sustentabilidade da dívida e a concorrência com a indústria nacional. A China também representa um destino comercial importante para as exportações regionais, recentemente ultrapassando a África do Sul como o segundo maior parceiro de exportações de Moçambique e da Zâmbia, e atingindo cerca de 18% do total das exportações do Zimbábue. As principais mercadorias exportadas incluem a madeira e produtos madeiros

(Moçambique), metais (todos os países) e *commodities* agrícolas (todos os países). O IED chinês, estimulado pela estratégia “Indo para fora” ou “Globalize-se” da China, é igualmente significativo. O setor de mineração está recebendo a maioria do capital de investimento na Zâmbia e em Moçambique, para os quais estão disponíveis dados desagregados por setor. Os recentes investimentos chineses no Zimbábue são muito menores, com o volume de IED chinês, representando menos de 4% do total.

A presença de empresas chinesas no setor agrícola varia entre países, sendo mais forte no comércio do que na produção em si. Os mercados chineses têm um papel determinante no comércio agrícola em todos os países, particularmente para gergelim (no caso de Moçambique), tabaco (Zâmbia e Zimbábue) e algodão (Zimbábue). Onde as empresas chinesas estão envolvidas na produção, o seu papel é em grande medida indireto, ocorrendo através de sistemas de produção por contrato, como é o caso do algodão e do tabaco, no Zimbábue, e do algodão, na Zâmbia. Moçambique e Zâmbia também acolhem dois investimentos chineses consideráveis em biocombustíveis. Embora existam evidências informais dos benefícios da presença chinesa no setor para a subsistência rural, é necessário realizar mais pesquisas para explorar esses efeitos, bem como as consequências ecológicas de um mercado chinês em expansão, e em que medida as empresas e os mercados chineses estão desempenhando um papel determinante no setor – ou se são apenas atores adicionais, dentre os múltiplos que ali atuam.

No setor florestal, as empresas e os mercados chineses têm uma presença determinante apenas em Moçambique. A proporção das exportações de madeira moçambicana para a China cresceu de 10% para 82% no período de 2001 a 2010. Enquanto um número de investidores de grande escala recentemente entrou em Moçambique para investir em plantações de madeira, a presença de empresas e mercados chineses foi observada apenas para a madeira extraída de florestas naturais. Muitas irregularidades foram observadas em relatórios publicados e durante o estudo exploratório, incluindo uma predominância contínua da comercialização

de toras não processadas, apesar da proibição de exportação de toras, com possíveis consequências negativas para a receita, agregação de valor, criação de emprego e a sustentabilidade da floresta. Embora irregularidades nas exportações associadas com empresas chinesas também foram relatadas para a Zâmbia, mais pesquisas são necessárias para confirmar essas observações.

No setor de mineração, foi observado que o comércio e o investimento chinês são significativos para todos os países. A presença mais notável é na Zâmbia, onde os investimentos chineses têm ajudado a trazer um setor de mineração prejudicado pela crise financeira de volta ao seu eixo, bem como a enfrentar a recente crise financeira, em um momento em que empresas de outros países reduziram suas operações e demitiram uma grande parte de sua mão de obra. No entanto, preocupações relacionadas com os investimentos chineses no setor foram identificadas, incluindo frágeis relações trabalhistas, deslocamento de comunidades sem a devida compensação e que incentivos excessivamente generosos minam a capacidade do país de gerar lucros sobre seus recursos através de investimentos privados. No Zimbábue, os investimentos chineses no processamento de cromo permitiram que um setor prejudicado pelos baixos preços internacionais conseguisse se recuperar e recapitalizar a maior empresa de mineração de cromo do país. No entanto, um grande número de processadores de cromo chineses compra minério de cromo extraído ilegalmente, o que leva a um aumento na mineração ilegal de cromo. Embora isso provavelmente traga impactos positivos para a subsistência da população no curto prazo através da redução de barreiras administrativas históricas à entrada de operadores de pequena escala no mercado nacional, isso certamente prejudicará as receitas fiscais do país. Além disso, preocupações foram levantadas sobre os impactos ecológicos desse tipo de mineração, principalmente nas matas ciliares. Ademais, o Zimbábue está hipotecando muitos dos seus ativos de mineração para empresas chinesas como garantia às ações de ajuda ao desenvolvimento e aos empréstimos chineses. Em Moçambique, enquanto até muito pouco tempo investidores estrangeiros de qualquer origem tinham uma limitada presença formal no setor, as recentes reformas para atrair investimentos levaram a um rápido influxo de novos investidores. Entre eles, grandes investidores chineses desempenham um papel relativamente menor, em comparação com os grandes investidores indianos, australianos e brasileiros na recente “corrida

pelo carvão de Tete”, embora muitas das recentes licenças para prospecção tenham sido emitidas para empresas chinesas.

Os resultados desta fase do estudo exploratório entre países e diferentes setores da economia sugerem uma presença marcante de empresas estatais e privadas chinesas e a influência diplomática da China em todos os países. Isso levou a contribuições significativas para a infraestrutura pública, como estradas, edifícios e barragens, entre outras; a intensificação de investimentos do setor privado no setor de mineração; e a expansão do comércio internacional. Também foi observado o sucesso na ligação de operadores de pequena escala em todos os setores, com os mercados internacionais. No entanto, foram levantadas preocupações sobre os compromissos assumidos, tanto pelo setor público quanto pelo privado, e a medida em que eles estão contribuindo ou prejudicando as perspectivas de desenvolvimento em longo prazo e a sustentabilidade ambiental. A imagem que emerge é, portanto, uma de perdas e ganhos entre os resultados econômicos e ambientais e os benefícios atuais e os riscos de endividamento futuro. No entanto, dadas as ressalvas levantadas acima sobre a qualidade questionável dos dados sobre o comércio e investimento e do elevado nível de dependência nas percepções dos atores sociais entrevistados e fontes secundárias, grande parte da informação que apoia estas observações ainda necessita ser mais fundamentada e diferenciada através de pesquisas adicionais.

6.2 Implicações para pesquisas futuras

Resultados preliminares sugerem algumas linhas de investigação produtivas, que poderiam ajudar a alcançar os propósitos do projeto de promover a compreensão dos impactos sociais, econômicos e ambientais do investimento chinês em *commodities* que afetam as florestas e o fortalecimento da capacidade dos tomadores de decisão de sancionar reformas destinadas a alavancar resultados mais justos e sustentáveis. Embora os resultados específicos por país e por setor sugiram a adequação do desenho da pesquisa, algumas linhas gerais de investigação também podem ser usadas para a sub-região. Começamos esta seção, apresentando temas predominantes para pesquisas posteriores e, depois, examinamos temas de pesquisa específicos para cada país.

6.2.1 Linhas predominantes de pesquisa O impacto do envolvimento da China com os pequenos agricultores, mineiros e operadores de serrarias, tanto no setor formal quanto no informal

Em todos os países pesquisados, observamos que as empresas chinesas estão ativamente envolvendo operadores de pequena escala para produzirem ou obterem *commodities* para a exportação. Por um lado, isso pode ser benéfico para os esforços nacionais de redução da pobreza através de conectar operadores de pequena escala com os mercados internacionais. Por outro lado, muitos veem esse modelo de negócio como emblemático da aparente preferência dos operadores econômicos chineses por investimentos de baixo capital que poderia prejudicar as perspectivas de crescimento no longo prazo, representando riscos de não permanência e o aumento da concorrência com as indústrias domésticas menores. Isto, juntamente com a suposta indiferença mostrada por muitos compradores chineses em relação às questões de sustentabilidade, poderia levar a escolhas de perdas e ganhos e resultados de menor qualidade, sobretudo quando essas atividades promovem a ilegalidade (por exemplo, a mineração de cromita e a extração madeireira) e quando os regulamentos ambientais são inadequados (por exemplo, para o algodão e a madeira). Mais pesquisas detalhadas sobre as forças motrizes e os impactos econômicos, sociais e ambientais dessas interações poderiam fornecer informações valiosas sobre o valor desses tipos de investimentos de baixo capital. Observações comparativas podem ser traçadas entre setores e produtos, incluindo: (1) a mineração de cromita e o tabaco⁸² no Zimbábue; (2) a extração de madeira em Moçambique e na Zâmbia; e (3) o gergelim em Moçambique. Uma análise comparativa também pode ser realizada com investimentos de larga escala, para identificar os modelos de negócios com maior potencial de contribuir para a redução da pobreza e a sustentabilidade.

A anatomia, impacto e *trade-offs* associados à “permuta de recursos” e outros acordos e transações de alto nível em setores de interesse

Inúmeros acordos de alto nível (envolvendo subsídios, empréstimos, comércio e investimento) e “permuta de recursos” foram assinados entre a China e os países-alvo, muitos dos quais foram concretizados. Embora seja difícil conduzir pesquisa

investigativa sobre os termos e condições e os impactos desses negócios, ela poderia produzir resultados altamente informativos a respeito de questões que envolvem altos níveis de especulação e interesse público. Tal pesquisa poderia fornecer ideias sobre como governos com recursos limitados e com avaliações de crédito variáveis podem falhar ou ter sucesso na captura de capital estrangeiro, em que condições isso é conseguido através de caução e / ou transferência de direitos sobre os recursos naturais, em que termos e com que implicações. Esse tema é de particular relevância para o setor da mineração, mas também para selecionar negócios que envolvam transferências de terras em grande escala para investidores. A segunda dimensão dessa questão diz respeito a transações intermediadas fora dos canais formais, entre as elites econômicas e políticas, de um lado, e os agentes e interesses privados, do outro. A investigação sobre os conflitos de interesses entre as funções públicas e os interesses privados dos atores do governo e as condições sob as quais eles estão autorizados a ocorrer, poderia ajudar a fornecer informações sobre a dimensão crítica da governança de recursos. Considerando que tais acordos ou transações ocorrem frequentemente nos mais altos níveis do governo, é concebível que os operadores do setor privado que se beneficiam desses acordos não estejam sujeitos, na prática, às mesmas leis e normas ambientais que outros operadores são obrigados a cumprir. Uma abordagem comparativa de estudos de caso que exploram as consequências de queixas levantadas e seus resultados poderia ajudar a lançar luz sobre a imparcialidade dos esforços de aplicação da lei e os fatores que os afetam, bem como ligar a economia política dos acordos de alto nível (ajuda, investimento, comércio) aos comportamentos regulatórios em setores específicos que afetam as florestas.

Avaliação comparativa do apoio do setor público a empresas privadas que operam no exterior e suas consequências econômicas, sociais e ambientais

Com a presença de empresas chinesas, caracterizando cada vez mais as paisagens rurais e as preocupações generalizadas sobre as empresas chinesas que concorrem com empresas nacionais por oportunidades econômicas e licitações públicas, é fundamental fazer perguntas sobre os fatores causais por trás dessa competitividade. Os principais fatores levantados durante o estudo exploratório incluem o cumprimento desigual das normas sociais e ambientais e o apoio público para empresas privadas que operam no exterior (por exemplo, através de

82 Embora o algodão possa ser uma boa escolha, a documentada relação entre o cultivo de tabaco, o consumo de lenha e o desmatamento faz dessa uma melhor opção.

créditos à exportação). Ao invés de apresentar-se como um tema independente, esta pesquisa seria mais bem conduzida no contexto de estudos de casos de setores específicos em cada país. Deveria, portanto, incluir uma avaliação pormenorizada da legislação e dos incentivos concedidos por instituições estatais da China e de outros países cujas empresas têm uma presença estabelecida no setor, bem como uma pesquisa baseada nas empresas sobre a natureza e o nível de apoio recebido das instituições públicas em seus respectivos países. Ela incluiria, também, uma abordagem de estudo de caso para documentar exemplos em que as empresas chinesas e não chinesas têm sido capazes de obter concessões, oportunidades de mercado ou a lealdade dos operadores de pequena escala e os fatores causais envolvidos. Para contextualizar os resultados, essa pesquisa deveria também incluir um olhar histórico para o sistema político-econômico e seu papel na estruturação da acumulação de capital nos setores público e privado.

6.2.2 Pesquisa específica por país

Moçambique

Os seguintes temas são de interesse para uma pesquisa mais aprofundada no setor florestal em Moçambique.

- Os relatórios publicados do setor fazem uma série de afirmações sobre as operadoras chinesas e os méritos e deméritos dos dois principais regimes de exploração madeireira. No entanto, apresentam poucas evidências concretas para apoiá-las. Esse tema de pesquisa teria por objetivo realizar uma avaliação equilibrada dos impactos socioeconômicos e ecológicos dos dois principais modelos de negócios no setor florestal (concessões e licenças simples), as diferenças entre empresas dentro de cada modelo (por exemplo, colheita direta versus indireta e manejo florestal, níveis de legalidade) e do nível de participação de empresas e atores de diferentes países de origem em cada modelo. Essa pesquisa também avaliaria os fatores condicionantes da adoção de cada modelo, incluindo os níveis de conexões políticas, de conhecimento e de capital.
- Moçambique tem uma meta política declarada de afastar-se das concessões de licenças simples, como um meio para aumentar a agregação de valor e criar empregos no setor, enquanto promove o manejo florestal sustentável. No entanto, o que prejudica esse objetivo são as restrições enfrentadas pelos agentes econômicos para passar de um regime que

requer relativamente baixos custos iniciais para outro que demanda níveis de investimento mais significativos, por causa da tendência a investir o mínimo necessário para cumprir a lei e por uma fraca aplicação da lei. Esse tema de pesquisa consistiria em uma análise profunda da governança do setor, com foco no sistema de concessões e nas principais restrições para alcançar os objetivos setoriais. Uma análise comparativa de concessões a nível das províncias permitiria uma avaliação paralela da medida em que as concessionárias chinesas são únicas em seu modo de interagir com o atual sistema de governança, identificando os pontos fortes e as lacunas mais importantes no sistema em face dos objetivos do setor.

- O papel determinante do mercado final sobre as práticas de obtenção de madeira e as diferenças observadas nas exigências do mercado chinês e de outros destinos de exportação (principalmente a Tanzânia) sugerem que a pesquisa deveria caracterizar os fluxos de comércio internacional (rotas, atores envolvidos, valor capturado em diferentes estágios) e a demanda relacionada (volume, produto), bem como as irregularidades observadas ao longo do caminho. Desse longo caminho poderiam ser derivadas maneiras para incrementar a captura doméstica de valor e governar melhor os fluxos comerciais nas remotas províncias do norte.
- Um estudo exploratório adicional é necessário para explorar as dinâmicas associadas ao recente aumento e queda no comércio de gergelim com a China e em que medida essa tendência tem causado impactos sociais ou ambientais de importância suficiente para merecer uma pesquisa mais aprofundada.

Zâmbia

Os seguintes temas são de interesse para uma pesquisa mais aprofundada na Zâmbia.

- Uma avaliação comparativa dos níveis de legalidade das exportações de minerais e madeira entre empresas chinesas e não chinesas e para os mercados chineses e não chineses, bem como suas implicações para os sistemas de subsistência, o manejo florestal e a geração de renda. Essa pesquisa consistiria em uma comparação não só de empresas de diferentes países de origem, mas também de empresas que atendem a mercados finais distintos.
- A governança de aquisições de terra e de recursos em larga escala (por exemplo, direitos associados

à proteção ambiental, trabalhistas e a terra) e seus impactos sociais e ecológicos nas aquisições de terra em larga escala, particularmente em áreas remotas. O interesse por esse tema deriva da grande escala dos investimentos chineses nos setores de mineração e agrícola e dos relatos sobre o governo da Zâmbia, rendendo-se facilmente a investidores chineses. De relevância para as florestas são os graus de conformidade de empresas de diferentes nacionalidades ou intermediários do governo que agem em seu nome em relação a processos legislados de aquisição de terras ou controles ambientais, bem como as respectivas implicações para as florestas e os meios de vida.

Zimbábue

Os seguintes temas são de interesse para uma pesquisa mais aprofundada no Zimbábue.

- Uma análise comparativa da natureza e da extensão da participação estrangeira no setor de mineração informal (por exemplo, extração, aquisição, processamento) e os impactos ambientais, sociais e econômicos específicos dessa participação. Devido à dispersão geográfica e a escala das atividades de mineração informal, o governo tem muito menos capacidade para regular essas atividades do que investimentos em mineração em grande escala. Assim, a compreensão dos processos que causam e permitem o funcionamento do setor de mineração informal (por exemplo, o financiamento e distribuição por chineses ou a demanda para superar barreiras administrativas

para entrar no mercado) e a melhoria ou deterioração de quaisquer benefícios socioeconômicos oriundos da mineração contribuiriam para os esforços de melhorar o desempenho social, econômico e ambiental do setor.

- Numerosos acordos de “permuta de recursos” foram assinados entre a China e o Zimbábue, sem dúvida para minimizar a exposição da China ao elevado risco de calote de crédito do Zimbábue através do acesso a importantes recursos não renováveis. No momento, há pouca evidência que sugira que acordos semelhantes foram negociados em Moçambique e na Zâmbia. Negociações semelhantes podem estar em curso, mas com pouca divulgação, ou talvez os credores chineses não impuseram condições de financiamento similares a esses países por causa da menor exposição ao risco. Pesquisas adicionais no Zimbábue e em outros países ajudariam a esclarecer em que medida esses acordos são peculiares ao Zimbábue ou se são mais generalizados. Caso tais acordos sejam exclusivos para o Zimbábue, a pesquisa sobre essas transações forneceria informações sobre como governos com recursos limitados em um ambiente de risco estrutural e de insustentabilidade política falham ou têm sucesso na captura de capital estrangeiro através de caução e / ou transferência de direitos sobre recursos naturais e se tais estratégias criam condições para alcançar objetivos de desenvolvimento em longo prazo.

7. Referências

- African Biodiversity Network (ABN) 2007 Agrofuels in Africa: the impacts on land, food and forests. ABN, Nairobi, Quênia.
- Africa Confidential 2009 Zimbabwe: next the mines. Vol. 50(5). <http://www.africa-confidential.com/article-preview/id/2997/No-Title> (14 de dezembro de 2011).
- African Development Bank (AfDB) 2011 Infrastructure and growth in Zimbabwe: an action plan for sustained strong economic growth. AfDB, Tunes, Tunísia.
- African Forum and Network on Debt and Development (AFRODAD) 2007 A critical assessment of Chinese development assistance in Africa: the case for Zimbabwe. AFRODAD, Harare, Zimbábue.
- African Forum and Network on Debt and Development – AFRODAD (2008) Mapping Chinese development assistance in Africa: A synthesis analysis of Angola, Mozambique, Zambia and Zimbabwe. AFRODAD, Harare, Zimbábue.
- African Research Bulletin 2006 China's lifeline: scepticism greets the new deals. XLIII, 17002.
- Agence France-Presse (AFP) 2006 Five shot during riots at Chinese-owned mine in Zambia: report. 26 de julho. <http://www.terradaily.com/reports/a060726143357.3bpo8508.html> (15 de dezembro de 2011).
- Alvarenga, D. 2008 China's economic involvement in Mozambique and prospects for development: an analysis of the processes and impacts of major recent investments. MSc Thesis, Peace Research Institute of Oslo, Noruega, e University of Stellenbosch, África do Sul.
- Asche, H. e Schüller, M. 2008 China's engagement with Africa: opportunities and risks for Development. GTZ, Eschborn, Alemanha.
- Bank Information Center (BIC) 2006 EIB urges looser environmental and social standards for loans to Africa. 7 de dezembro. <http://www.bicusa.org/en/Article.3037.aspx> (15 de dezembro de 2011).
- Banya, N. 2011 Chinese foreign minister to visit Zimbabwe amid investment hopes. Bloomberg Business Week, 10 February. <http://www.businessweek.com/news/2011-02-10/chinese-foreign-minister-to-visit-zimbabwe-amid-investment-hopes.html> (15 de dezembro de 2011).
- Barbier, E.B. 1995 Trade in timber-based forest products and the implications of the Uruguay Round. *Unasylva* 183. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Roma. <http://www.fao.org/docrep/v7850e/V7850e02.htm> (15 de dezembro de 2011).
- Barr, C. y Cossalter, C. 2004 China's development of a plantation-based wood pulp industry: Government policies, financial incentives, and investment trends. *International Forestry Review* 6(3-4):267-281.
- Bastholm, A. y Kragelund, P. 2009 State-driven Chinese investments in Zambia: combining strategic interests and profits. *Em van Dijk, M. (ed.), The new presence of China in Africa*. Amsterdam University Press, Amesterdão.
- Bennett, B. 2008 Adapting to new marketing realities: value chain analysis of sesamum in Tanzania. Natural Resources Institute, Kent, Reino Unido. http://www.sadc.int/fanr/agricresearch/icart/grantprojects/CRARF_SESAMUM/SESAMUMValueChainAnalysisStudyTanzania1108.pdf (3 de novembro de 2011).
- Bloomberg 2006 Zimbabwe signs deal with China's Wambao, NORINCO. *Mining Weekly*, 12 de julho. <http://www.miningweekly.com/article/zimbabwe-signs-deals-with-chinas-wambao-norinco-2006-07-12> (8 de fevereiro de 2011).
- Bloomberg 2008 China's Jiangxi to develop Zimbabwe chrome mines, *Gazette says*. 18 de julho. <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=newsarchive&sid=aOxjyvJkBRvQ&refer=afri> ca (8 de fevereiro de 2011).
- Boughton, D. e D. Tschirley 2006 Cotton Sector Reform in Sub-Saharan Africa: Mozambique Initial Country Report. Presented at the 'Workshop on Multi-Country Review of Cotton Sector Reform Experience in Sub-Saharan Africa,' World Bank, Washington, D.C., 31 de outubro a 2 de novembro de 2006.
- Bower, E. 2010 Zambia mine shootings raise tensions with China. *CNN*, 4 de novembro. http://articles.cnn.com/2010-11-04/world/zambia.mine.shooting_1_three-chinese-employees-zambian-mining-mining-industry?_s=PM:WORLD (18 de fevereiro de 2011).
- Brautigam, D. 2009 *The dragon's gift: The real story of China in Africa*. Oxford University Press, Nova Iorque.

- Brenner, N. 1999 Globalisation as Reterritorialisation: The Re-scaling of Urban Governance in the European Union. *Urban Studies*, 36:3.
- British Broadcasting Corporation (BBC) 2005 Dozens killed in Zambia explosion. 21 de abril. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/4466321.stm> (16 de fevereiro de 2011).
- British Broadcasting Corporation (BBC) 2008 Fury as Zimbabwe sanctions vetoed. 12 de julho. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/7503135.stm> (11 de fevereiro de 2010).
- British Broadcasting Corporation (BBC) 2006 Zimbabwe signs China energy deal. 12 de junho. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/5071824.stm> (8 de fevereiro de 2010).
- Broadman, H. 2007 Africa's silk road: China and India's new economic frontier. The International Bank for Reconstruction and Development/World Bank, Washington, DC.
- Brown, S. and Sriram, C.L. 2008 China's role in human rights abuses in Africa: clarifying issues of culpability. *Em* Rotberg, R. (ed.), *China into Africa: trade, aid, and influence*. Brookings Institution, Washington, DC.
- Campbell, B.M., Vermeulen, S.J., Mangono, J.J. e Mabugu, R. 2003 The energy transition in action: Domestic fuel choices in a changing Zimbabwe. *Energy Policy* 31: 553–562.
- Canby, K. 2008 La Chine et le commerce mondial des produits forestiers. In Tubiana L. and P. Jacquet (eds) *Regards sur la terre: Biodiversité – nature et développement*. Paris, Les Presses de Science Po.
- Canby, K., Hewitt, J., Bailey, L. Katsigris, E. e Xiufang, S. 2007 Forest products trade between China and Africa: an analysis of imports and exports. *Forest Trends and Global Timber*, Washington, DC.
- Cancryn, A. e Cui, C. 2010 Flashback to 1870 as cotton this peak. *The Wall Street Journal*, 16 de outubro. <http://online.wsj.com/article/SB10001424052748704300604575554210569885910.html> [4 de fevereiro de 2010]
- Carmody, P.D. 2009 An Asian-Driven Economic Recovery in Africa? The Zambian Case. *World Development* Vol. 37, No. 7, pp. 1197–1207
- Carmody, P.R. e Owusu, F.Y. 2007 Competing hegemony? Chinese versus American geo-economic strategies in Africa. *Political Geography* 26: 504–524.
- Chemonics International 2002 Overview of the Nigerian sesamum industry. Chemonics International, Washington, DC. http://www.nigeriamarkets.org/files/sesamum_subsector_overview.pdf (2 de março de 2011).
- Chichava, S. 2008 Mozambique and China: from politics to business? Discussion Paper No. 05. Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Maputo, Moçambique.
- China Monitor 2005 China delegation visits Zimbabwe. Novembro. The Center for Chinese Studies, Stellenbosch, África do Sul.
- China National Mining Corporation (CNMC) 2009 Chambishi copper smelter. 20 de agosto de. <http://www.cnmc.com.cn/417-1102-1606.aspx> (16 de fevereiro de 2011).
- Chipata Cotton Company 2011 <http://www.chipatacotton.com/英文/yjianjie.htm> [15 de fevereiro de 2011]
- Commonwealth Forestry Association – CFA. 2010. Commonwealth Forests 2010: An overview of the forests and forestry sectors of the countries of the Commonwealth. Disponível em: <http://www.cfa-international.org> (23 de novembro de 2011).
- Cotton Outlook (Cotlook) 2011 Cotlook Indices. <http://www.cotlook.com/index.php> [4 de fevereiro de 2010]
- de Wit, M. 2007 Doing deals that last. *The China Monitor* 16: 4–6.
- DfID 2006 Evaluation of General Budget Support: Overall Findings. Londres: DfID.
- Dow Jones 2010 Zambia's 10 copper output seen at 740,000 tons: government. 6 de setembro de. <http://www.dowjones.de/site/2010/09/zambias-10-copper-output-seen-at-740000-tons-government.html> (16 de fevereiro de 2011).
- Edinger, H. 2008 How China delivers development assistance to Africa. *Em* China's development assistance to Africa. *The China Monitor* 28: 4–7.
- Edinger, H. e Burke, C. 2008 AERC Scoping Studies on China Africa Relations: A research report on Zimbabwe. The Center for Chinese Studies, University of Stellenbosch, Stellenbosch.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) 2010 Global forest resources assessment 2010. FAO Forestry Paper no. 163. FAO, Roma.
- Forestry Department of Zambia. 2011 Lusaka District Annual Report for 2010, Forestry Department, Ministry of Tourism, Environment, and Natural Resources, Lusaka, Zâmbia.
- Forestry Department of Zambia. 2010 Concession commercial forest licenses issued from 1st December 2003 – 31st October 2009. Annual report for 2009. Lusaka, Zâmbia.

- Fraser, A. e Lungu, J. 2007 For whom the windfalls? Winners and losers in the privatization of Zambia's copper mines. Disponível em: <http://www.minewatchzambia.com> [15 de fevereiro de 2011]
- Freeman, D., Holslag, J. e Weil, S. 2010 China's foreign farming policy: can land provide security? BICCS Asia Paper Vol. 3 (9). Brussels Institute of Contemporary China Studies, Bruxelas.
- Friedberg, A.L. 2006 'Going out': China's pursuit of natural resources and implications for the PRC's grand strategy. *NBR Analysis* 17(3): 5–34. <http://www.ou.edu/uschina/SASD/SASD2007readings/Friedberg2006 GoingOut.pdf> (24 de fevereiro de 2011).
- Geist, H. 1997 How tobacco farming contributes to tropical deforestation. Trabalho apresentado na Tobacco Deliberation Group Meeting, National Committee for International Cooperation and Sustainable Development, Utrecht, 29 de outubro de 1997.
- German, L., Schoneveld, G. e Mwangi, E. 2011 Contemporary processes of large-scale land acquisition by investors: Cases from sub-Saharan Africa. CIFOR Occasional Paper no. 68. Center for International Forestry Research, Bogor, Indonésia.
- German, L., Schoneveld, G., Skutsch, M., Andriani, R., Obidzinski, K., Pacheco, P., Komarudin, H., Andrianto, A., Lima, M. e Dayang Norwana, A.A.B. 2010 The local social and environmental impacts of biofuel feedstock expansion: a synthesis of case studies from Asia, Africa and Latin America. CIFOR Infobrief No. 34. Center for International Forestry Research, Bogor, Indonésia.
- German, L. e Wertz-Kanounnikoff, S. (em prep.) Sino-Mozambican relations and their implications for forests: a preliminary assessment for the case of Mozambique. Center for International Forestry Research, Bogor, Indonésia.
- Goko, C. 2010 Zim urged to grab China's US\$100mln 'lint cushion'. *Daily News*, 26 de julho. <http://www.dailynews.co.zw/business/35-business/255-zim-urged-to-grab-chinas-us100mln-lint-cushion.html> [4 de fevereiro de 2010]
- Gumbo, D. 2010 Do outgrower schemes improve rural livelihoods? Evidence from Zambia. Trabalho apresentado na World Bank Land Conference. Washington, DC, abril de 2010. <http://siteresources.worldbank.org/EXTARDResources/336681-1236436879081/5893311-1271205116054/gumbo.pdf> (2 de março de 2011).
- Gupta, S., B. Clements, A. Pivovarsky e E.R. Tiongson 2003 Foreign Aid and Revenue Response: Does the Composition of Aid Matter? IMF Working Paper 03/176.
- Haglund, D. 2009 Regulating diversity: China and the changing composition of Zambia's mining sector. *The China Monitor* 44: 8-11.
- Haglund, D. 2010 Policy effectiveness and China's investment in the Zambian mining. SAIIA Policy Briefing No. 19. South African Institute of International Affairs, Joanesburgo, África do Sul.
- Hairong, Y. e Sautman, B. 2009 Small Chinese activities in Zambia: more than just mining. *The China Monitor*, 44: 4-7.
- Hare, P. 2007 China and Zambia: the all-weather friendship hits stormy weather. The Jamestown Foundation, 9 May. [http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews\[tt_news\]=4040](http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews[tt_news]=4040) (27 de fevereiro de 2011).
- Harvey, D. 2001 Globalization and the "Spatial Fix". *Geographische Revue* 2, pp. 23–30.
- Herald 2006 ZMDC will restore closed mines, explore minerals. *All Africa*, 12 de julho. <http://allafrica.com/stories/200607120010.html> (7 de fevereiro de 2010).
- Herald 2008a Zimasco injects US\$15 million into Hwange. *All Africa*, 12 de dezembro. <http://allafrica.com/stories/200812120046.html> (7 de fevereiro de 2010).
- Herald 2008b Zimasco, Hwange Colliery seal US\$2.5 million deal. *All Africa*, 20 de outubro. <http://allafrica.com/stories/200810301273.html> (8 de fevereiro de 2010).
- Holslag, J., Geeraerts, G., Gorus, J. e S. Smis. 2007 China's resource and energy policy in Sub-Saharan Africa. Vrije Universiteit Brussel, Bruxelas.
- Huse, M.D. e Muyakwa, S.L. 2008 China in Africa: lending, policy space and governance. Norwegian Campaign for Debt Cancellation and Norwegian Council for Africa, Oslo, Noruega.
- Ilhéu, F. 2010 The role of China in the Portuguese-speaking African countries: the case of Mozambique. Documento de Trabalho No. 84. Centre of African and Development Studies, Lisboa, Portugal.
- International Labour Organization (ILO) 2010 The impact of the global financial and economic crisis on job losses and conditions of work in the mining sector in Zambia. ILO, Lusaka, Zâmbia.

- Jansson, J. e Kiala, C. 2009 Patterns of Chinese investment, aid and trade in Mozambique. Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch, África do Sul. www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/11/CCS-Mozambique-Briefing-Paper-October-2009.pdf (15 de dezembro de 2011).
- Jenkins, R. e Edwards, C. 2006 The economic impacts of China and India on sub-Saharan Africa: trends and prospects. *Journal of Asian Economics* 17: 207–225.
- Kambewa, P.S., Mataya, B.F. Sichinga, W.K. e Johnson, T.R. 2007 Charcoal: the reality. A study of charcoal consumption, trade and production in Malawi. Lilongwe, Community Partnerships for Sustainable Resource Management, USAID Malawi.
- Kapekele, M. 2010 Mulungushi Textiles workers in the dark over 're-opening'. *Post of Zambia*, 29 de novembro. http://www.postzambia.com/post-print_article.php?articleId=16221 [24 de fevereiro de 2011]
- Lungu, J. 2009 The Politics of Reforming Zambia's Mining Tax Regime. *Resource Insight Issue* 8 de agosto de 2009. Southern Africa Resource Watch (SARW), Joanesburgo, África do Sul.
- Luo, Y., Xue, Q. e Han, B. 2010 How emerging market governments promote outward FDI: experience from China. *Journal of World Business* 45: 68–79.
- Mackenzie, C. 2006 Forest governance in Zambézia, Mozambique: Chinese take-away! Forum das ONGs da Zambézia (FONGZA), Quelimane, Moçambique.
- Mackenzie, C. e Ribeiro, D. 2009 Tristezas tropicais: more sad stories from the forests of Zambézia. Amigos da Floresta and Justiça Ambiental, Maputo, Moçambique.
- Mandondo, A. e German, L. 2011 Customary rights and societal stakes of large-scale tobacco cultivation in Malawi. Trabalho apresentado na reunião da International Association for the Study of the Commons. Hyderabad, Índia, 10–14 de janeiro.
- Mandondo, A., German, L., Utila, H. e Nthenda, U.M. (em prep.) Assessing societal benefits and trade-offs of tobacco in the miombo woodlands.
- Manthorpe, J. 2011 China's passion cools for Zimbabwe's natural resources. *Vancouver Sun*, 7 de fevereiro. http://www.vancouversun.com/story_print.html?id=4234520&sponsor= (10 de fevereiro de 2010).
- McGreal, C. 2007 Heavy Chinese investment in Zambia revives old colonial fears. *The Guardian*, 7 de fevereiro. <http://www.taipeitimes.com/News/editorials/archives/2007/02/07/2003348052> (27 de fevereiro de 2011).
- Mhizha 2010 Cotton growers forced to buy party cards. *The Zimbabwean*, 8 de setembro. http://www.thezimbabwean.co.uk/index.php?option=com_content&view=article&id=34064:cotton-growers-forced-to-buy-party-cards&catid=31:weekday-top-stories&Itemid=30 [5 de fevereiro de 2010]
- Michel, S. e Beuret, M. 2009 China safari: on the trail of Beijing's expansion in Africa. Nation Books, Nova Iorque.
- Milledge, S., Gelvas, I. e Ahrends, A. 2007 Forestry, governance and national development: lessons learned from a logging boom in southern Tanzania. TRAFFIC, Tanzania Ministry of Forestry and Tourism and Tanzania Development Partners Group, Dar es Salaam, Tanzânia.
- Ministério do Comércio, República Popular da China (MOFCOM) 2010 2009 Statistical bulletin of outward foreign direct investment. MOFCOM, Pequim, China.
- Ministério das Finanças 2010 Relatório final: auditoria de desempenho ao sector agrícola. Ministério das Finanças, Maputo, Moçambique.
- Misana, S., Mung'ong'o, C. e Mukamuri, B. 1996 Miombo woodlands in the wider context: macroeconomic and intersectoral influences. *Em* Campbell, B. (ed.), *The miombo in transition: woodlands and welfare in Africa*. Center for International Forestry Research, Bogor, Indonésia.
- Mobbs, P.M. 2009 The mineral industry of Zambia in 2006. *Minerals Yearbook*. US Department of the Interior, US Geological Survey, Reston, Virginia, Estados Unidos.
- Mobbs, P.M. 2011 The mineral industry of Zambia in 2009. *Minerals Yearbook*. US Department of the Interior, US Geological Survey, Reston, Virginia, Estados Unidos.
- Monela, G.C., Chamshama, S.A.O. Mwaipopo, R. e Gamassa, D.M. 2005 A study on the social, economic and environmental impacts of forest landscape restoration in Shinyanga Region, Tanzania. Ministry of Natural Resources and Tourism Forestry and Beekeeping Division e World Conservation Union Eastern Africa Regional Office, Dar es Salaam, Tanzânia e Nairobi, Quênia. http://cmsdata.iucn.org/downloads/flr_final_report_shinyanga_june2005.pdf (1 de novembro de 2011).

- Moyo, I. 2010 Chinese poachers slaughter Rhinos. *The Zimbabwean*, 18 de dezembro. http://www.thezimbabwean.co.uk/index.php?option=com_content&view=article&id=36358:chinese-poachers-slaughter-rhinos&catid=69:sunday-top-stories&Itemid=30 (9 de fevereiro de 2010).
- Mukosha, J. e Siampale, A. 2008. Integrated land use assessment-Zambia, Report. FAO/Forestry Department, Lusaka.
- Mulenga, K. 2009 Revisit mining deal. *Daily Mail*, undated. <http://www.daily-mail.co.zm/media/news/viewnews.cgi?category=8&id=1230974924> (18 de fevereiro de 2011).
- Muleya, D. 2011 China's US\$3 billion offer for platinum raises tension. *The Zimbabwe Independent*, 3 de fevereiro. <http://www.theindependent.co.zw/local/29811-chinas-us3-billion-offer-for-platinum-raises-tension.html> (9 de fevereiro de 2010).
- Mundy, S. 2010 Zambia accused of ignoring mine abuses. *The Financial Times*, 19 de outubro. <http://www.ft.com/cms/s/0/3288f110-db9a-11df-a1df-00144feabdc0.html#axzz1EljEq5hb> (15 de fevereiro de 2011).
- Muneku, A. e Koyi, G. 2007 The social and economic impact of Asian FDI in Zambia: a case of Chinese and Indian investments in Zambia. Relatório não publicado.
- Muneku, A. 2009 Chinese investments in Zambia. *Em Baah, A.Y. e Jauch, H. (eds.), Chinese investments in Africa: labor perspective*. Africa Labor Research Network, Acra, Gana.
- Mwitwa, J., German, L. Muimba-Kankolongo, A. e Puntodewo, A. (na imprensa) Governance and sustainability challenges in landscapes shaped by mining: mining-forestry linkages in the Copper Belt of Zambia and the DRC. *Forest Policy and Economics*.
- National Cotton Council (NCC) 2010. Influence of India's export restrictions on the world cotton market. <http://www.cotton.org/issues/2010/loader.cfm?csModule=security/getfile&pageid=112836> (12 de fevereiro de 2011)
- Ng'andwe, P., A. Muimba-Kankolongo, M.K. Banda, J.P. Mwitwa e O. Shakacite 2006 Forest Revenue, Concession Systems, and the Contribution of the Forest Sector to Poverty Reduction and Zambia's national economy. Lusaka: MTENR/FAO.
- Nuclear Threat Initiative 2004 China Northern Industries Group (NORINCO). <http://www.nti.org/db/china/norinco.htm> (4 de fevereiro de 2010).
- OECD (2007) *Financing Development: Aid and Beyond*. Paris: OECD.
- Parker, J. 2007 China's leaf tobacco imports show upward trend. *Tobacco International*. <http://www.tobaccointernational.com/0907/feature3.htm> (1 de novembro de 2011).
- People Daily 2003. Zambia-China Mulungushi Textile Joint Venture Ltd. (ZCMT) is the largest textile company in Zambia. 27 de novembro. http://english.peopledaily.com.cn/200311/27/eng20031127_129097.shtml [23 de fevereiro de 2011]
- Ploch, L. 2008 Zimbabwe: 2008 elections and implications for US policy. Prepared for members and Committees of Congress. Congressional Research Service – Foreign Affairs, Defense, and Trade Division, Washington, D.C.
- Poulton, C., Kydd, J. e Kabame, D. 2007 Review of experiences with commercial agriculture: case study on Malawi tobacco. Centre for Environmental Policy, Imperial College, Kent, Reino Unido.
- PriceWaterHouseCoopers 2011 Zambia Extractive Industries Transparency Initiative: Independent Reconciliation Report for Year End December 2008. PriceWaterHouseCoopers, Lusaka.
- Puurstjärvi, E., G. Mickels-Kokwe e M. Chakanga 2005 The Contribution of the Forestry Sector to the National Economy and Poverty Reduction in Zambia. Helsinki, Finlândia: Forestry Department and Ministry for Foreign Affairs of Finland.
- Radio Voices of the People (RadioVOP) 2010 Chinese mines in Zim face closure. 2 de outubro de. <http://www.radiovop.com/business/zimbabwe-business/4668-chinese-mines-in-zim-face-closure.html> (9 de fevereiro de 2010).
- República de Moçambique 1999 Lei de Florestas e Fauna Bravia (Lei 10/99). Maputo: República de Moçambique.
- República de Moçambique 2002 Decreto 12/2002 – Regulamento da Lei 10/99, Lei de Florestas e Fauna Bravia. Maputo: República de Moçambique.
- Reuters 2007 Zimbabwe gets Chinese farm machinery worth \$25 mln. 21 de abril. <http://in.reuters.com/article/2007/04/21/zimbabwe-china-idINL2154251920070421> [9 de fevereiro de 2010]
- Reuters 2009 Zambia picks China firm to run Luanshya copper mine. 8 de maio. <http://>

- www.reuters.com/article/2009/05/08/minerals-zambia-luanshya-idUSWEB40020090508 (25 de fevereiro de 2011).
- Ribeiro, D. e Nhabanga, E. 2009 Levantamento preliminar da problemática das florestas de Cabo Delgado. Justiça Ambiental, Maputo, Moçambique.
- Rich, B. 2007 Blank checks for unsustainable development. *Environmental Forum* Março/abril: 1–5.
- Ross, M.L. 2007. How Can Mineral Rich States Reduce Inequality? Em Humphreys, M., Sachs, J., e Stiglitz, J. (eds.). *Reversing the Resource Curse*. Columbia University Press, Nova Iorque.
- Rotberg, R.I. 2008 *China into Africa: trade, aid and influence*. World Peace Foundation, Cambridge, Reino Unido.
- Rubert, S.C. 1997 *A most promising weed: a history of tobacco farming and labor in Colonial Zimbabwe, 1890–1945*. Ohio University Center for International Studies, Athens, Ohio, Estados Unidos.
- Sandu, N. 2010 TAZ accuses buyers of ‘ripping-off’ farmers. *The Standard*, 19 de junho. <http://www.thestandard.co.zw/business/25165-taz-accuses-buyers-of-ripping-off-farmers.html> (2 de fevereiro de 2010).
- Schoneveld, G., German, L e Gumbo, D. (em prep.) Sino-African relations and the implications for forests: a preliminary assessment for the case of Zambia. Center for International Forestry Research, Bogor, Indonésia.
- Schoneveld, G., German, L. e Nukator, E. (na imprensa) Land-based investments for rural development? A grounded analysis of the local impacts of biofuel feedstock plantations in Ghana. *Ecology and Society*.
- Schoneveld, G. e Gumbo, D. (em prep.) The sun rises in the East: the impact of Zimbabwe’s new allegiance to China. Center for International Forestry Research, Bogor, Indonésia.
- Selemane, T. 2009 *Alguns Desafios na Industria Extractiva em Moçambique*. Centro de Integridade Publica (CIP), Maputo.
- Selemane, T. 2010 *Questões a volta da Mineração em Moçambique*. Relatório de Monitoria das Actividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga, Centro de Integridade Publica (CIP), Maputo.
- Shackleton, C.M., Shackleton, S.E. Buitenb, E. e Bird, N. 2007 The importance of dry woodlands and forests in rural livelihoods and poverty alleviation in South Africa. <http://eprints.ru.ac.za/414/1/drywoodlands.pdf> (2 de novembro de 2011).
- Shackleton, S.E. 2005 *The significance of the local trade in natural resource products for livelihoods and poverty alleviation in South Africa*. PhD Thesis, Rhodes University, Grahamstown, África do Sul.
- Shackleton, S.E. 2006 *Forests as safety nets for mitigating the impacts of HIV/AIDS in southern Africa*. Center for International Forestry Research, Bogor, Indonésia.
- Shumba, E.M. 2001 *Biodiversity and Planning Support Programme: Zimbabwe Case Study*. Trabalho apresentado na oficina sobre “Integration of Biodiversity in National Forestry Planning Programme”, na sede do CIFOR, Bogor, Indonésia, 13-16 de agosto.
- Sithole, Z. 2010 Chinese accused of damaging Mavhuradonha. *The Zimbabwean*, 20 de dezembro. http://www.thezimbabwean.co.uk/index.php?option=com_content&view=article&id=36417:chinese-accused-of-damaging-mavhuradonha&catid=69:sunday-top-stories&Itemid=30 (7 de fevereiro de 2010).
- Sitoe, A.A. 2009 *Governança florestal em Niassa: O caso de Muembe, Sanga, Lago e Cuamba*. Maputo: Associação Rural de Ajuda Mútua.
- Spring, A. 2009 *Chinese Development Aid and Agribusiness Entrepreneurs in Africa*. University of Florida, Gainesville, USA. Em Sigué, S. P. (ed.) *Repositioning African Business and Development for the 21st Century* Simon Sigué (Ed.) *Décima Conferência Anual da International Academy of African Business and Development (IAABD)*, Alberta, Canadá.
- Stockholm Environment Institute (SEI) 2002 *Charcoal potential in southern Africa, CHAPOSA: Final report*. SEI, Estocolmo, Suécia.
- Sutton, G. 2010 *Zimasco: rising to the challenge*. *Business Excellence*, 6 de agosto. <http://www.bus-ex.com/article/zimasco> (6 de fevereiro de 2010).
- Taylor, I. 2008 *China’s new role in Africa*. Lynne Rienner Publishers, Boulder, Colorado, Estados Unidos.
- Times of Zambia 2010 *Zambia: Banda’s China Visit Resulted in Seven Agreements – Pande*. *All Africa*, 20 de março. <http://allafrica.com/stories/201003221116.html> [8 de fevereiro de 2011]
- Tobacco Journal International 2008 *China: still a Mecca for the tobacco industry*. <http://www>

- tobaccojournal.com/China___Still_a_Mecca_for_the_tobacco_industry.48796.0.html (1 de novembro de 2011).
- Thole, G. 2009 Zambia: Luanshya mine stirs back to life. *All Africa*, 9 de maio. <http://allafrica.com/stories/200905110716.html> (8 de fevereiro de 2011).
- Thole, G. 2010 Zambia: Luanshya mine to create 1,000 more jobs. *All Africa*, 27 de maio. <http://allafrica.com/stories/201005270777.html> (8 de fevereiro de 2011).
- Tobacco Industry and Marketing Board (TIMB) 2010 End of 2010 Tobacco Marketing Season Final Report. TIMB, Harare.
- Tschirley, D., Poulton, C. e Boughton, D. 2006 The many paths of cotton sector reform in Eastern and Southern Africa: lessons from a decade of experience. Working Paper no. 18. Food Security Research Project, Lusaka, Zambia. http://www.aec.msu.edu/fs2/zambia/wp_18.pdf (1 de novembro de 2011).
- Tschirley, D. e Kabwe, S. 2010 A case study of regulation in Zambia's cotton sector. Working Paper 45. Food Security Research Project, Lusaka, Zâmbia. <http://www.aec.msu.edu/fs2/zambia/wp45.pdf> (2 de março de 2011).
- White, A., Sun, X., Canby, K., Xu, J., Barr, C., Katsigris, E. Bull, G. Cossalter, C. e Nilsson, S. 2006 China and the global market for forest products: transforming trade to benefit forests and livelihoods. *Forest Trends*, Center for International Forestry Research, and Rights e Resources Institute, Washington, DC.
- World Bank 1997 Causes and consequences of tropical deforestation. Environmentally Sustainable Development Division. Washington, DC: World Bank.
- World Bank 2005 Pathways to greater efficiency and growth in the Malawi tobacco industry: a poverty and social impact analysis. World Bank, Washington, DC.
- World Bank 2008 Managing the Miombo woodlands of southern Africa: policies, incentives and options for the rural poor. Sustainable Development Department, Environment and Natural Resources Management Unit, Africa Region, World Bank, Nairobi, Quênia.
- World Investment Report (WIR) 2008 Transnational corporations and infrastructure challenge. United Nations Conference on Trade and Development, Nova Iorque e Genebra.
- Youde, J. 2007 Why look east? Zimbabwean foreign policy and China. *Africa Today* 53(3): 3–19.
- Zambia Development Agency (ZDA) 2010 China's FDI in Zambia. ZDA, Lusaka, Zâmbia.
- Zambia National Broadcasting Corporation (ZNBC) 2008 Chinese plant sacks Zambian workers. Sem data. <http://www.znbc.co.zm/media/news/viewnews.cgi?category=2&id=1204746978> (16 de fevereiro de 2011).
- Zambia–China Cooperation and Trade Zone (ZCCZ) 2011 Site corporativo. <http://www.zccz.org.cn/wzsy/index.asp> (9 de fevereiro de 2010).
- Zambian Parliament 2009 Daily Parliamentary debates for the third session of the Tenth Assembly. http://www.parliament.gov.zm/index.php?option=com_content&task=view&id=873&Itemid=86 (26 de fevereiro de 2011).
- ZJITS 2010 Zambia–China economic & trade cooperation zone. http://www.zjits.com/index.php/en/jwtz_c_detail/72.html (24 de fevereiro de 2011).

Os Documentos de Trabalho do CIFOR contêm resultados preliminares ou avançados de pesquisas sobre questões florestais tropicais que precisam ser publicados em tempo hábil para informar e promover o debate. O conteúdo destes documentos é revisado internamente, mas não passa pela revisão por pares externos.

A presença diplomática e econômica da China na África cresceu consideravelmente nos últimos anos. Desde a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e os esforços para fortalecer as relações diplomáticas, culturais e econômicas com os países africanos ao rápido crescimento do Investimento Estrangeiro Direto (IED) chinês e do comércio bilateral, é provável que esta relação continue a desempenhar um papel determinante nas economias africanas. Estas tendências são importantes para os países africanos que veem essa relação como uma oportunidade para catalisar investimentos muito necessários em infraestrutura e na indústria, a fim de estimular a criação de empregos e as exportações, bem como para contrabalançar a influência histórica das nações ocidentais. No entanto, a observada falta de transparência na diplomacia sino-africana (e condicionalidades de empréstimos relacionadas) e a menor preocupação com os impactos sociais e ambientais entre os investidores chineses têm levantado preocupações sobre os riscos potenciais desta parceria emergente. Na ausência de uma forte evidência sobre a singularidade das relações diplomáticas e econômicas chinesas em países específicos da região e os impactos relacionados, é impossível avaliar as oportunidades e riscos colocados pela crescente influência da China na região.

Este relatório, e o projeto mais amplo no qual ele está inserido, tem o objetivo de lançar luz sobre este debate, analisando a influência chinesa no setor florestal na Bacia do Congo e em países com floresta de miombo. Através de uma análise comparativa dos padrões de ajuda, comércio e investimento com chineses e outros “parceiros de desenvolvimento” e suas implicações sociais, econômicas e ambientais para setores-chave que moldam as florestas africanas (agricultura, silvicultura, mineração), o projeto tem como objetivo explorar as nuances por trás da emergente parceria sino-africana. Para este fim, este relatório explora as relações diplomáticas e econômicas entre a China e três países com floresta de miombo (Moçambique, Zâmbia e Zimbábue). A ênfase é colocada na identificação de padrões-chave do comércio sino-africano e do investimento em setores de interesse, como um meio para identificar as tendências de importância para as florestas e explorar temas-chave para uma pesquisa mais aprofundada. Os resultados iniciais sugerem que, embora a ajuda chinesa, o comércio e os investimentos estejam desempenhando um papel importante e muitas vezes decisivo em setores de interesse, o nível e o modo de influência – e os impactos esperados sobre as florestas – variam consideravelmente entre os países e setores. O relatório também destaca as diferentes opções de compromissos que muitas vezes acompanham as atividades de operadores estatais e não estatais, de pequena e grande escala.



PROGRAMA DE
PESQUISA SOBRE
Florestas, Árvores e
Agroflorestas

Esta pesquisa foi conduzida pelo CIFOR, como parte do Programa de Pesquisa do CGIAR sobre Florestas, Árvores e Agroflorestas (CRP-FTA). Este programa colaborativo visa melhorar o manejo e o uso de florestas, agroflorestas e recursos genéticos de árvores distribuídos por toda a paisagem, de florestas a fazendas. O CIFOR lidera o CRP-FTA em parceria com Bioversity International, o CATIE, o CIRAD, o Centro Internacional de Agricultura Tropical e o Centro Mundial Agroflorestal.

cifor.org

blog.cifor.org



giz



UNIVERSITÄT LEIPZIG INSTITUT FÜR AFRIKANISTIK



Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR)

O CIFOR contribui para o bem-estar humano, a conservação ambiental e a equidade, realizando pesquisas para servir de base para as políticas e práticas que afetam as florestas nos países em desenvolvimento. O CIFOR é um membro do Consórcio do CGIAR. Nossa sede fica em Bogor, na Indonésia, com escritórios na Ásia, África e América Latina.

